



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 745/2013

Altera a Lei nº 8.859, de 29 de agosto de 1988, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 8.859, de 29 de agosto de 1988, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Izabel do Oeste, com sede no Município de Santa Izabel do Oeste e foro no Município de Realeza.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 17 de março de 2014.

ALEXANDRE CURI

Presidente

Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 746/2013

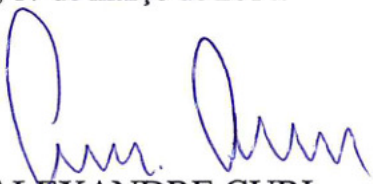
Altera a Lei nº 12.916, de 29 de agosto de 2000, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 12.916, de 29 de agosto de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova Esperança do Sudoeste, com sede no Município de Nova Esperança do Sudoeste e foro no Município de Salto do Lontra.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 17 de março de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator 


Mário Lima


Def. Lima



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 747/2013

Altera a Lei nº 12.477, de 20 de janeiro de 1999, de concessão de Título de Utilidade Pública.

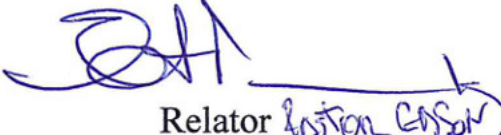
Art. 1º O art. 1º da Lei nº 12.477, de 20 de janeiro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pinhalão, com sede no Município de Pinhalão e foro no Município de Tomazina.”

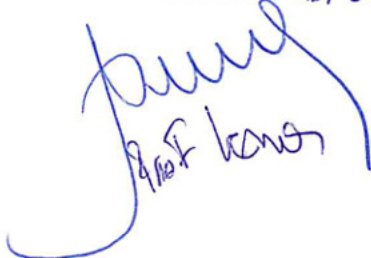
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 17 de março de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator (Assinatura)


Assinatura


Assinatura



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 748/2013

Altera a Lei nº 11.788, de 10 de julho de 1997,
de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 11.788, de 10 de julho de 1997,
passa a vigorar com a seguinte redação:

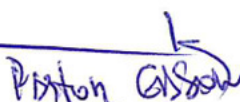
“Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e
Amigos dos Excepcionais de São Pedro do Ivaí, com sede no
Município de São Pedro do Ivaí e foro no Município de Jandaia
do Sul.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 17 de março de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator


Porton Gibson


Relator



PROJETO DE LEI Nº 46 /2013

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.
Em, 20 FEV. 2013
1º Secretário

Ementa: Altera o artigo 1º e o Parágrafo Único do artigo 1º da Lei nº 16.786, de 11 de Janeiro de 2011, que dispõe sobre a obrigatoriedade da presença de profissionais de odontologia nas Unidades de Terapia Intensiva e dá outras providências.

Art. 1º - O art. 1º da Lei 16.786/11 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. Torna obrigatória a presença de cirurgiões dentistas na equipe multiprofissional em ambiente hospitalar de todos os hospitais públicos e/ou privados do Estado do Paraná, para os cuidados da saúde bucal dos pacientes internados.

15:11 20/02/2013 000911 MP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Gabinete da Deputada Luciana Rafagnin

Praça Nossa Senhora da Salette, s/nº - Gabinete 804 - Centro Cívico - Curitiba - PR - CEP 80530-911
Tel / Fax (41) 3350-4087 / 3350-4249 / 3252-4314 - e-mail: rafagnin@pr.gov.br - Site: www.lucianapt.org



Art. 2º - O Parágrafo Único do art. 1º da Lei 16.786/11 passa a vigorar com a seguinte redação:

Caberá ao cirurgião dentista, a que se refere este artigo, o atendimento preventivo e de emergência aos pacientes internados em ambiente hospitalar.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, em 19 de fevereiro de 2013.


LUCIANA RAFAGNIN
Deputada Estadual



JUSTIFICATIVA

As alterações propostas na Lei nº 16.786, de 11 de Janeiro de 2011, cujo projeto original é de nossa autoria, visam inserir o cirurgião dentista nas equipes multidisciplinares dos hospitais. Segundo especialistas, esta inclusão possibilita uma melhora na qualidade de sobrevivência dos pacientes, uma diminuição do risco às infecções, redução do tempo de internação e do uso de medicamentos, e considerável diminuição nos custos hospitalares.

A Lei a que se pretende alterar versa somente da presença do profissional em odontologia nas unidades de terapia intensiva, e o que se sugere é que os cirurgiões dentistas estejam presentes em todos os ambientes hospitalares com participação efetiva nas equipes multiprofissionais.

A necessidade que se constata é que a presença destes profissionais não se restrinja às UTI's, mas que tenha uma maior abrangência, com atuação aos diversos setores dos hospitais, uma vez que a própria Lei original versa sobre o tratamento preventivo, e este poderá e deverá ser realizado em qualquer setor onde se fizer necessário.

Com a presente alteração na Lei em vigor, a assistência odontológica a pacientes em regime de internação hospitalar se dará no pré, trans e pós tratamento de saúde de base ao qual o paciente esteja submetido, e/ou aos portadores de doenças crônicas e com frequência minimizando intercorrências, diminuindo tempo de internamento e uso de medicamentos, refletindo em redução dos custos hospitalares.



Exemplificando: paciente com edema de face, febre, linfonodos palpáveis, alteração na linhagem branca num hemograma, pode ser examinado por um médico com suspeita de alguma patologia hematológica grave, mas com a colaboração de um dentista qualificado, com um exame clínico detalhado, anamnese e radiografia periapical, faz-se um diagnóstico diferencial de um processo infeccioso dentário.

Dessa maneira, evita-se o que se denomina na bioética, de tratamentos fúteis, que apesar de motivados pelo desejo de fazer o bem, acaba por acrescentar sofrimentos a esses doentes. Além disso, esses tratamentos fúteis causam outras consequências: elevam os custos do tratamento e agravam os sofrimentos físicos e emocionais dos envolvidos nesse drama

São estas, em suma, as modificações sugeridas. Temos certeza que o presente Projeto de Lei contará com o apoio de todos os parlamentares que integram esta Casa.

Sala das Sessões, em 19 de fevereiro de 2013.


LUCIANA RAFAGNIN
Deputada Estadual



CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida voltar

Exibir Ato

Página para impressão

Alterado Compilado Original

Lei 16786-11 de Janeiro de 2011

Publicado no Diário Oficial nº. 8386 de 18 de Janeiro de 2011

Súmula: Dispõe sobre a obrigatoriedade da presença de profissionais de odontologia nas Unidades de Terapia Intensiva e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º do Artigo 71 da Constituição Estadual, os seguintes dispositivos do Projeto de Lei nº 561/09:

Art. 1º. Torna obrigatória a presença de profissionais de odontologia na equipe multiprofissional das Unidades de Terapia Intensiva, em todos os hospitais públicos ou privados do Estado do Paraná, para os cuidados da saúde bucal dos pacientes.

Parágrafo único. Caberá ao profissional de odontologia, a que se refere este artigo, o atendimento preventivo e de emergência aos pacientes internos naquelas unidades.

Art. 2º. O descumprimento desta lei implicará nas penalidades legais aplicáveis pelos órgãos e entidades de controle social dessas atividades a serem regulamentadas pelo Poder Executivo.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor 120 (cento e vinte) dias após a sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 11 de janeiro de 2011.

Nelson Justus
Presidente

(Projeto de Lei: autoria da Deputada Luciana Rafagnin)

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© 2000 - Casa Civil do Governo do Estado do Paraná
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



CASA CIVIL





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 46/2013

PROJETO DE LEI N.º: 46/2013

AUTOR: DEPUTADA ESTADUAL LUCIANA RAFAGNIN

Súmula: Altera o artigo 1º e o parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 16.786/2011, de 11 de janeiro de 2011, que dispõe sobre a obrigatoriedade da presença de profissionais de odontologia nas Unidades de Terapia Intensiva e dá outras providências.

EMENTA: PROTEÇÃO E DEFESA DA SAÚDE. ALTERAÇÃO DO ARTIGO 1º DA LEI Nº 16.786/2011. CIRURGIÃO DENTISTA PARA ATENDIMENTO PREVENTIVO E DE EMERGÊNCIA A TODOS OS PACIENTES INTERNADOS NO AMBIENTE HOSPITALAR E NÃO SOMENTE NAS UTIs. ART. 5º, CF. ART. 24, CF. LEGALIDADE. CONSTITUCIONALIDADE. FAVORÁVEL. APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria da Deputada Estadual Luciana Rafagnin tem por finalidade alterar a Lei nº 16.786/11, a fim de tornar obrigatória a presença de cirurgiões dentistas na equipe multiprofissional em ambiente hospitalar de todos os hospitais públicos e/ou privados do Estado do Paraná, para os cuidados da saúde bucal dos pacientes internados.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, inciso I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

VISTA EM 26/03/2013
Fernando Sconovacca
Gandui
CCJ



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



Art. 33 – A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (grifo nosso)

De acordo com a determinação do Regimento Interno desta Casa de Leis, cumpre ressaltar a competência do nobre deputado para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifo nosso)

Este é o entendimento da Constituição do Estado do Paraná:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Portanto, fica evidenciada a competência da nobre parlamentar para realizar a propositura do presente Projeto de Lei uma vez que não afronta nenhuma norma vigente do ordenamento jurídico brasileiro.

Cumpramos observar do artigo 1º da Lei Estadual nº 16.786, de 11 de janeiro de 2011, que se pretende alterar:



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



"Art. 1º Torna obrigatória a presença de profissionais de odontologia na equipe multiprofissional das Unidades de Terapia Intensiva, em todos os hospitais públicos e privados do Estado do Paraná, para os cuidados da saúde bucal dos pacientes. Parágrafo único. Caberá ao profissional de odontologia, a que se refere este artigo, o atendimento preventivo e de emergência aos pacientes internos naquelas unidades."

Verifica-se que a pretensão versa no sentido de destinar os cuidados com a saúde bucal, preventivo e de emergência, para todos os pacientes internados no hospital, e não somente nas Unidades de Terapia Intensiva.

Conforme justificativa da autora, *"a necessidade que se constata é que a presença destes profissionais não se restrinja à UTI's, mas que tenha uma maior abrangência, com atuação aos diversos setores dos hospitais, uma vez que a própria Lei original versà sobre o tratamento preventivo, e este poderá e deverá ser realizado em qualquer setor onde se fizer necessário."*

Dessa forma, nota-se que o assunto diz respeito à saúde pública.

Assim, cumpre salientar que a Constituição Federal, em seu artigo 24, inciso XII destina a competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal para legislar na área de saúde, vejamos:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
XII - previdência social, proteção e defesa da saúde.
(grifo nosso)

No mesmo sentido é a previsão da Constituição do Estado do Paraná, no Art. 13, inciso XII, conforme segue:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:
(...)
XII - previdência social, proteção e defesa da saúde.
(grifo nosso)



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



Verifica-se que o presente Projeto trata de direito assegurado pela Carta Magna não sendo admissível restringir pessoas ou grupos de pessoas, deverá estar ao alcance de todos de forma igualitária, conforme Art. 5º, inciso XIV da Constituição Federal:

Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (grifo nosso)


Portanto, sem realizar análise meritória, o Projeto em tela possui adequação legal e constitucional. Assim, perfeitamente possível a alteração na mencionada lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.

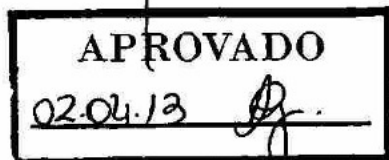
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE**.

Sala das Sessões em 02 de Abril de 2013.


NELSON JUSTUS
Presidente


TERCÍLIO TURINI
Relator





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete Deputado Gilberto Martin



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 46/2013

PROJETO DE LEI Nº 46/2013

AUTOR: DEPUTADO LUCIANA RAFAGNIN

SUMULA: Altera o Artigo 1º e o parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 16.786/2011, de 11 de janeiro de 2011, que dispõe sobre a obrigatoriedade da presença de profissionais de odontologia nas Unidades de Terapia Intensiva e dá outras providências.

EMENTA: PROTEÇÃO E DEFESA DA SAÚDE. ALTERAÇÃO DO ARTIGO 1º DA LEI Nº 16.786/2011. CIRURGIÃO DENTISTA PARA ATENDIMENTO PREVENTIVO E DE EMERGÊNCIA A TODOS OS PACIENTES INTERNADOS NO AMBIENTE HOSPITALAR E NÃO SOMENTE NAS UTIs. ART.5º, CF. ART. 24 CF. LEGALIDADE. CONSTITUCIONALIDADE. FAVORÁVEL. APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de Lei, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin tem por finalidade alterar a Lei nº 16.786/11, a fim de tornar obrigatória a presença de cirurgiões dentistas na equipe multiprofissional em ambiente hospitalar de todos os hospitais públicos e/ou privados do Estado do Paraná, para os cuidados da saúde bucal dos pacientes internados.

Este projeto adianta-se ao marco legal que tramita no Congresso Nacional para o projeto de lei da odontologia intensiva no País, unido o Paraná a outros estados que já iniciaram desta discussão.

Já é comprovada a eficácia deste atendimento para salvar de vidas por meio de redução infecções adquiridas no ambiente hospitalar, especialmente em pacientes submetidos à ventilação mecânica, além da diminuição do tempo de internação e na queda significativa dos custos do tratamento, a julgar pelos gastos com remédios e com hospitalização. A boca é uma das portas de entrada do nosso organismo.

Justamente por este motivo a odontologia hospitalar aumenta em até 50% a rotatividade de pacientes nos leitos de terapia intensiva, diminui a morbidade e o índice de mortalidade pro infecções adquiridas durante o tratamento.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete Deputado Gilberto Martin



O trabalho deste profissional consiste atuar nas unidades de terapia intensiva acompanhando e atendendo pacientes que sofrem de patologias compatíveis com este ambiente, ou que foram ou que ainda serão submetidos a cirurgias, radioterapias, quimioterapias, bem como portadores de doenças sistêmicas crônicas ou com necessidades especiais. Isto posto, pode-se perceber claramente, que a presença do odontólogo hospitalar minimiza e previne o impacto sistêmico de doenças bucais.

Desta forma, com uma análise sanitária, este parecer não só é favorável, como sugere a complementação da lei com o objetivo da presença de cirurgiões dentistas como parte do corpo clínico dos hospitais, não restringindo sua presença apenas às UTIs.

Ressalta-se, entretanto, que não se trata de uma defesa de um trabalho de uma categoria em específico. O resultado positivo será para as próprias instituições de saúde, para o sistema que reduzirá custos e principalmente para os pacientes, razão de ser de todo este debate.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, sou favorável à aprovação do Projeto de Lei em questão como sugere a complementação da lei com o objetivo da presença de cirurgiões dentistas como parte do corpo clínico dos hospitais, não restringindo sua presença apenas às UTIs.

SALA DAS COMISSÕES 20/05/2011

PRESIDENTE

Gilberto Martin
Deputado Estadual
RELATOR

TONIATO

PEDRO WUPIONI



EMENDA ADITIVA AO PROJETO 46/2013

Emenda de Plenário nº	01
DAP	27 AGO. 2013
Visto	Luciana

Acresce o art. 3º e o parágrafo único ao Projeto de Lei nº 46/2013, renumerando os demais.

“Art. 3º - A inclusão do profissional de odontologia em Hospitais de grande e médio porte, públicos ou privados do Estado do Paraná deverá ser feita de forma gradual, após treinamento e capacitação, que deverá iniciar num prazo máximo de 180 dias da publicação da presente lei.

Parágrafo único - Cabe as associações de classe, universidades e a escola de saúde pública do Estado, o treinamento e a capacitação daqueles profissionais que irão realizar procedimento em Hospitais Públicos e Privados do Estado.

Sala de Sessões, em 27 de agosto de 2013.

PAULO VENECHI

ENIO VENECHI

LUCIANA RAFAGNIN
Deputada Estadual

PASTOR ENIO VENECHI

ELTON WLÓDEK

Gabinete da Deputada Luciana Rafagnin

Praça Nossa Senhora da Salette, s/nº - Gabinete 804 - Centro Cívico - Curitiba - PR - CEP 80530-911
Tel / Fax (41) 3350-4087 / 3350-4249 / 3252-4314 - e-mail: rafagnin@pr.gov.br - Site: www.lucianapt.org

15:17 27/08/2013 007411 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Emenda nº 02
Khury 27 AGO. 2013
DAP
Visto *Olavio*

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO 46/2013



De acordo com o que determina o artigo 137 § 4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, fica modificado o artigo 1º do Projeto de Lei nº 46/2013, passando a contar com a seguinte redação:

Ementa: Altera o artigo 1º e o Parágrafo Único do artigo 1º da Lei nº 16.786, de 11 de Janeiro de 2011, que dispõe sobre a obrigatoriedade da presença de profissionais de odontologia nas Unidades de Terapia Intensiva e dá outras providências.

Art. 1º. Torna obrigatória a presença de profissional de odontologia na equipe multiprofissional em ambiente hospitalar de todos os hospitais gerais públicos (e/ou privados de médio e grande porte do Estado do Paraná), para os cuidados da saúde bucal dos pacientes internados.

15:21 27/08/2013 007413 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



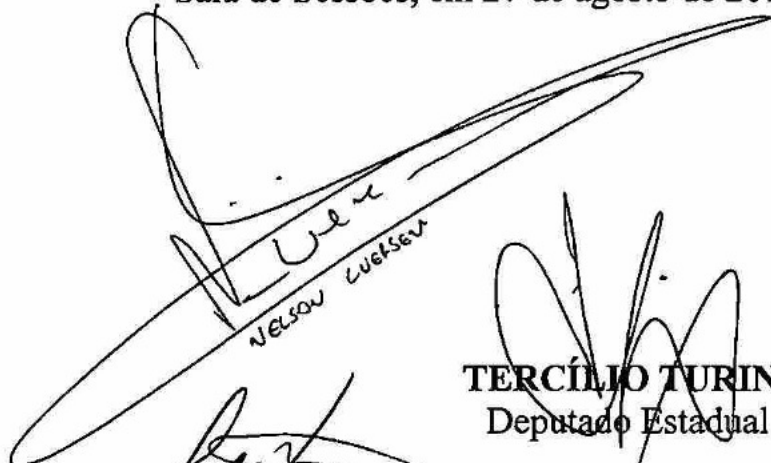
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

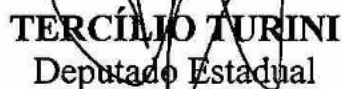


Art. 2º - Caberá ao cirurgião dentista, a que se refere este artigo, o atendimento preventivo e de emergência aos pacientes internados em ambiente hospitalar.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, em 27 de agosto de 2013.


NELSON LUETSEN


TERCÍLIO TURINI
Deputado Estadual


LUCIANA RAFAGNIN


ELIO VITTI


ELIO VITTI



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khouri
Liderança do Governo

Ordem de Plenário nº	03
DAP	27-AGO, 2013
Visto	<i>Cláudio</i>

SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº. 46/2013



Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 2º do Regimento Interno desta Casa de Leis, o Projeto de Lei nº 46/2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

Torna obrigatória a prestação de assistência odontológica a pacientes em regime de internação hospitalar.

Art. 1º Esta Lei torna obrigatória a prestação de assistência odontológica a pacientes em regime de internação hospitalar.

Art. 2º Nos hospitais públicos ou privados em que existam pacientes internados será obrigatória a presença de profissionais de odontologia para os cuidados da saúde bucal do paciente.

§ 1º A obrigatoriedade de que trata o caput deste artigo alcança apenas os hospitais públicos ou privados que possuem capacidade normal ou de operação de mais de cinquenta leitos.

§ 2º Aos pacientes internados em Unidades de Terapia Intensiva - UTI a assistência odontológica será prestada obrigatoriamente por cirurgião-dentista e nas demais unidades por outros profissionais devidamente habilitados para atuar na área, supervisionados por um odontólogo.

§ 3º A aplicação do disposto nesta Lei em hospitais públicos se dará de forma gradativa, conforme disponibilidade de profissionais habilitados nos quadros do Estado, respeitando ainda a disponibilidade orçamentário-financeira e as disposições da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 3º Regulamento disporá sobre a aplicação de penalidade em virtude do descumprimento desta Lei.

15:24 27/08/2013 007414 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná


Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

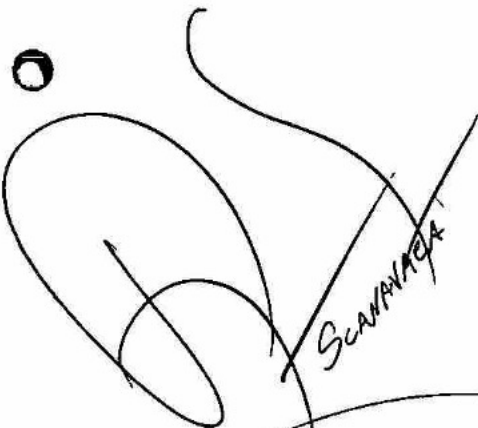
Liderança do Governo

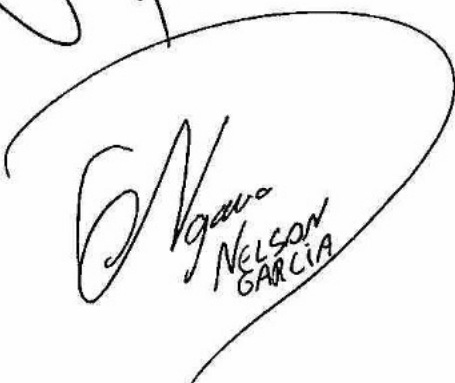


Art. 4º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação oficial.


Art. 5º. Revoga-se a Lei nº 16.786, de 11 de janeiro de 2011.



DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
LÍDER DO GOVERNO


SCAVAVARA


NELSON
GARCIA


MAURO MORAES


LÚCIO


JUSTUS



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



VOTO EM SEPARADO AS EMENDAS DE PLENÁRIO AO
PROJETO DE LEI Nº 46/2013

Projeto de Lei nº: 46/2013

Autor da emenda aditiva nº 01 – Deputada Luciana Rafagnin

Autor da emenda modificativa nº 02 - Deputado Tercílio Turini

Autor do Substitutivo Geral - emenda nº 03 – Deputado Ademãr Traiano

Súmula: Altera o artigo 1º e o parágrafo único do artigo 1º da Lei nº. 16.786/2011, que dispõe sobre a obrigatoriedade da presença de profissionais de odontologia nas unidades de terapia intensiva.

EMENTA: EMENDAS DE PLENÁRIO. ARTS. 33 E 137, §3º, §4º E §5º E ART. 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. VOTO EM SEPARADO PELA APROVAÇÃO DAS EMENDAS Nº. 01, 02 E 03, NA FORMA DE SUBSTITUTIVO GERAL.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, tem por finalidade alterar o artigo 1º e o parágrafo único do artigo 1º da Lei nº. 16.786/2011, que dispõe sobre a obrigatoriedade da presença de profissionais de odontologia nas unidades de terapia intensiva.

LISTA EM 18/02/2014

Dp. Dericles Mello
Traiano
CCJ



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



Ocorre que, em data de 27 de agosto de 2013, referido projeto recebeu três Emendas de Plenário em segunda discussão, sendo uma Emenda Aditiva, uma Emenda modificativa e, por fim, um Substitutivo Geral. Por esta razão é que as referidas Emendas submetem-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade das Emendas de Plenário, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembleia Legislativa:

Art. 33—A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que as três emendas foram propostas em 2º Discussão na Sessão Plenária, em data de 03 de abril, apoiadas por cinco Deputados.

Emenda Aditiva nº 01- Deputada Luciana Rafagnin

A emenda nº. 01, em síntese, pretende adicionar o artigo 3º e o parágrafo único a presente proposição, renumerando demais artigos.

O Regimento Interno, em seu art. 137, caput, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

O parágrafo 3º e 5º do referido artigo, prevê a possibilidade de emenda aditiva ao projeto de lei apresentado, desde que não deixe de apresentar relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal. Senão vejamos:

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 3º Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta à outra. (grifos nossos)

§ 5º. Não será admissível emenda substitutiva ou aditiva que não tenha relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



Desta forma, verifica-se que a presente emenda aditiva apresentada em Plenário n.º 01, deve ser aprovada, uma vez que está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais, bem em convergência com a técnica legislativa.

Emenda Modificativa n.º 02 – Deputado Tercílio Turini

A emenda n.º 02, em síntese, visa modificar o artigo 1º do presente projeto, que passará a conter a seguinte redação *"Torna obrigatória a presença de profissional de odontologia na equipe multiprofissional em ambiente hospitalar de todos os hospitais gerais públicos e/ou privados de médio e grande porte do Estado do Paraná, para os cuidados da saúde bucal dos pacientes internados"*.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º e §5º, prevê a possibilidade de emendas ao projeto de lei apresentado, desde que, não descaracterize a essência do projeto, bem como não deixe de apresentar relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal. Senão vejamos:

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º. Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência.

Assim sendo, verifica-se que a presente emenda modificativa de plenário, n.º 02, está em consonância com ditames constitucionais, tendo em vista a coesão ao projeto inicial, não encontrando óbice ao prosseguimento da mesma, devendo ser aprovada.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



Substitutivo Geral (emenda nº 03) – Deputado Ademar Traiano

No referido Substitutivo Geral (emenda nº. 03), os nobres parlamentares têm o objetivo substituir o conjunto do referido projeto, que passará a vigorar conforme redação dada pelo Substitutivo Geral.

O artigo 137, § 2º do Regimento Interno, prevê a possibilidade da emenda substitutiva, ou, ainda, *Substitutivo*, quando visa abranger seu conjunto. O § 5º do referido artigo, menciona que a emenda substitutiva não será admissível quando tiver relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal. Senão vejamos:

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra.

Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

§ 5ª. Não será admissível emenda substitutiva ou aditiva que não tenha relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal.

Dessa forma, verifica-se que o Substitutivo Geral apresentado encontra-se em consonância com ditames constitucionais, haja vista haver relação direta com o projeto inicial.

No entanto, com o intuito de dar melhor técnica legislativa, bem como corrigir algumas pontualidades na proposta, apresenta-se um Substitutivo Geral, visando englobar as três emendas em análise, facilitando a execução da proposta.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



CONCLUSÃO

Diante do exposto, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, bem como em consonância com o artigo 137 do Regimento Interno desta Casa de Leis, opina-se pela aprovação das Emendas apresentadas em plenário, na forma de Substitutivo Geral em anexo.

Sala das Sessões em

NELSON JUSTUS
Presidente

TERCÍLIO TURINI
Relator

APROVADO

11.03.2014.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo



SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº. 46/2013

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 2º do Regimento Interno desta Casa de Leis, o Projeto de Lei nº 46/2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

Torna obrigatória a prestação de assistência odontológica aos pacientes em hospitais gerais.

Art. 1º Torna obrigatória a presença de cirurgiões dentistas na equipe multiprofissional de todos os hospitais gerais do Estado do Paraná que contam com capacidade normal ou de operação de mais de cinquenta leitos, para os cuidados da saúde bucal dos pacientes internados e em atendimento.

Parágrafo único. Caberá ao cirurgião dentista o atendimento preventivo e de emergência aos pacientes.

Art. 2º A aplicação do disposto nesta Lei se dará de forma gradativa, conforme disponibilidade de profissionais habilitados nos quadros do Estado, respeitando ainda a disponibilidade orçamentária-financeira e as disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 3º Regulamento disporá sobre a aplicação de penalidade em virtude do descumprimento desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor após decorridos noventa dias de sua publicação oficial.

Art. 5º Revoga-se a Lei nº 16.786, de 11 de janeiro de 2011.

Sala das Comissões, 11 de março de 2014.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO TERCÍLIO TURINI



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



**LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.**

Em, 10 DEZ 2013

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 749 /2013

Altera a Lei nº 12.534, de 25 de
janeiro de 1999.

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 12.534, de 25 de janeiro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede no Município de Fênix e foro no Município de Engenheiro Beltrão."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 2013.

Deputado **CAITO QUINTANA**
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



Deputado **TABEU VENERI**

MEMBRO

Deputado **TERCÍLIO TURINI**

MEMBRO

Deputado **ANDRÉ BUENO**

MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração do foro.

A Lei nº 12.534, de 25 de janeiro de 1999 concedeu o título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Fênix. Contudo, verifica-se que a instituição tem sede no Município de Fênix e foro no Município de Engenheiro Beltrão, sendo necessária a adequação da Lei.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 2013.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 749/2013

Projeto de Lei nº. 749/2013

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a Lei nº 12.534, de 25 de janeiro de 1999.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DA SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 12.534/1999 – ALTERAÇÃO DA SEDE E FORO – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini, tem por objetivo revogar a Lei:

Lei 12.534/1999. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no município de Fênix.

O projeto pretende modificar a "sede e foro no município de Fênix" para "sede no município de Engenheiro Beltrão".



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.


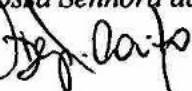
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 17 de dezembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR



Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

17.12.13



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*



**LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A.D.L.**

Em, 10 DEZ. 2013

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 750/2013

Altera a Lei nº 12.422, de 13 de
janeiro de 1999.

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 12.422, de 13 de janeiro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede no Município de São Jorge do Ivaí e foro no Município de Mandaguaçu."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 2013.

Deputado **CAITO QUINTANA**
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública




Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO


Deputado **TERCÍLIO TURINI**

MEMBRO


Deputado **ANDRE BUENO**

MEMBRO


Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração do foro.

A Lei nº 12.422, de 13 de janeiro de 1999 concedeu o título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de São Jorge do Ivaí. Contudo, verifica-se que a instituição tem sede no Município de São Jorge do Ivaí e foro no Município de Mandaguáçu, sendo necessária a adequação da Lei.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 2013.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 750/2013

Projeto de Lei nº. 750/2013

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a Lei nº 12.422, de 13 de janeiro de 1999.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DA SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 12.422/1999 – ALTERAÇÃO DA SEDE E FORO – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini, tem por objetivo revogar a Lei:

Lei 12.422/1999. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE do município de São Jorge do Ivaí, com sede e foro no mesmo Município.

O projeto pretende modificar a "sede e foro no município de São Jorge do Ivaí" para "sede no município de São Jorge do Ivaí e foro no município de Mandaguçu".



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A Iniciativa dos projetos caberá a qualquer
membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais
e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu
arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase
de sua tramitação.
Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a
competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e
do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob
a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

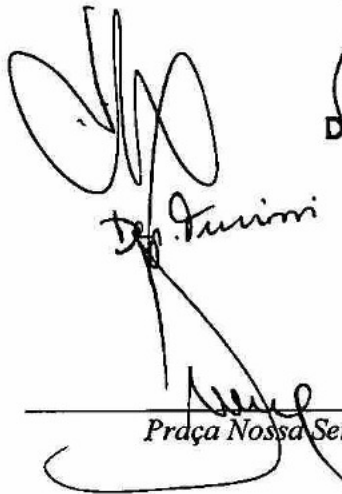



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 17 de dezembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR





Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

17.12.13



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em, 10 DEZ 2013

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 751/2013

Altera a Lei nº 11.443, de 20 de junho de 1996.

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 11.443, de 20 de junho de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede no Município de Rio Bom e foro no Município de Marilândia do Sul."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 2013.

Deputado **CAITO QUINTANA**
PRESIDENTE


Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO

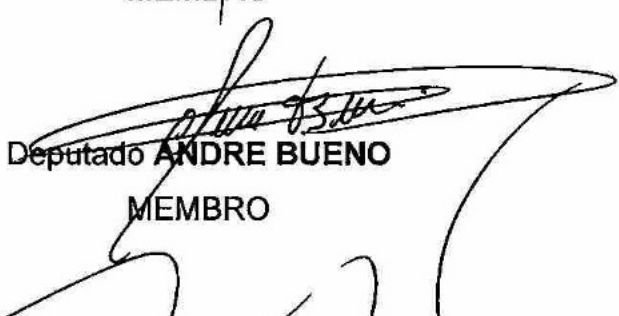



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*




Deputado **TADEU VENERI**
MEMBRO


Deputado **TERCILIO TURINI**
MEMBRO


Deputado **ANDRE BUENO**
MEMBRO


Deputado **ANIBELLI NETO**
MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração do foro.

A Lei nº 11.443, de 20 de junho de 1996 concedeu o título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Rio Bom. Contudo, verifica-se que a instituição tem sede no Município de Rio Bom e foro no Município de Marilândia do Sul, sendo necessária a adequação da Lei.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 2013.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 751/2013

Projeto de Lei nº. 751/2013

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a Lei nº 11.443, de 20 de junho de 1996.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DA SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 11.443/1996 – ALTERAÇÃO DA SEDE E FORO – POSSIBILIDADE – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini, tem por objetivo revogar a Lei:

Lei 11.443/1996. Súmula: Considera de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede na cidade de Rio Bom, Estado do Paraná.

O projeto pretende modificar a "sede e foro no município de Rio Bom" para "sede no município de Rio Bom e foro no município de Marilândia do Sul".



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer
membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais
e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu
arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase
de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a
competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e
do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob
a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

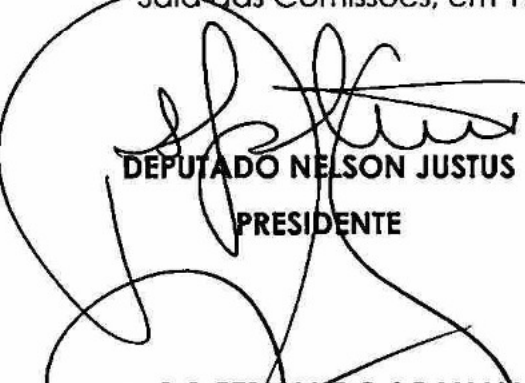


Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.






CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 17 de dezembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR






Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

17.12.13



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A.D.L.
Em, 1.º DEZ. 2013
1.º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 752/2013

Altera a Lei nº 10.026, de 7 de julho de 1992.

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 10.026, de 7 de julho de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede no Município de Cafelândia e foro no Município de Corbélia."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 2013.

Deputado **CAITO QUINTANA**
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*




Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO


Deputado **TERCÍLIO TURINI**

MEMBRO


Deputado **ANDRE BUENO**

MEMBRO


Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração do foro.

A Lei nº 10.026, de 7 de julho de 1992 concedeu o título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Cafelândia. Contudo, verifica-se que a instituição tem sede no Município de Cafelândia e foro no Município de Corbélia, sendo necessária a adequação da Lei.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 2013.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 752/2013

Projeto de Lei nº. 7512/2013

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a Lei nº 10.026, de 07 de julho de 1992.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DA SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 10.026/1992 – ALTERAÇÃO DA SEDE E FORO – POSSIBILIDADE – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini, tem por objetivo revogar a Lei:

Lei 10.026/1992. Súmula: Declara de utilidade pública a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cafelândia, com sede e foro no município.

O projeto pretende modificar a "sede e foro no município de Cafelândia" para "sede no município de Cafelândia e foro no município de Corbélia".



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A Iniciativa dos projetos caberá a qualquer
membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais
e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu
arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase
de sua tramitação.
Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a
competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e
do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob
a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.


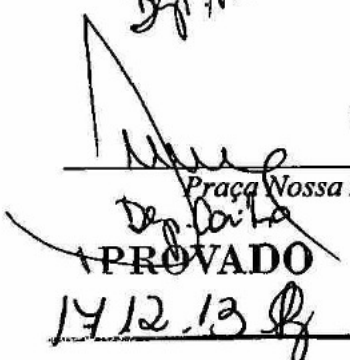
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 17 de dezembro de 2013.



DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR



PROVADO

17.12.13

Praca Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná


Dep. Laurion


Dep. Pastor


Dep. Tadeu



**LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.**
Em, 10 DEZ 2013
1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 753/2013

Altera a Lei nº 12.263, de 12 de agosto de 1998.

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 12.263, de 12 de agosto de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede no Município de Guaraci e foro no Município de Jaguapitã."

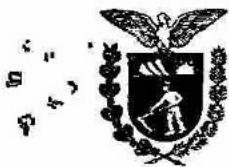
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 2013.

Deputado **CAITO QUINTANA**
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO

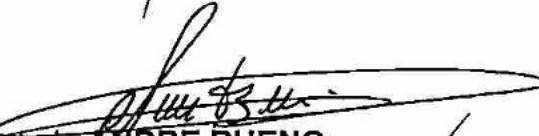


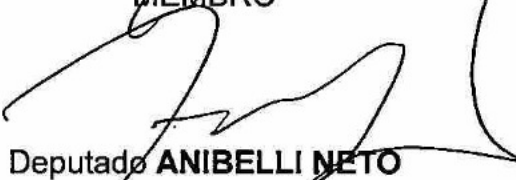
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*




Deputado **TADEU VENERI**
MEMBRO


Deputado **TERCÍLIO TURINI**
MEMBRO


Deputado **ANDRÉ BUENO**
MEMBRO


Deputado **ANIBELLI NETO**
MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração do foro.

A Lei nº 12.263, de 12 de agosto de 1998 concedeu o título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Guaraci. Contudo, verifica-se que a instituição tem sede no Município de Guaraci e foro no Município de Jaguapitã, sendo necessária a adequação da Lei.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 2013.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 753/2013

Projeto de Lei nº. 753/2013

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a Lei nº 12.263, de 12 de agosto de 1998.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DA SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 12.263/1998 – ALTERAÇÃO DA SEDE E FORO – POSSIBILIDADE – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini, tem por objetivo revogar a Lei:

Lei 12.263/1998. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no município de Guaraci.

O projeto pretende modificar a "sede e foro no município de Guaraci" para "sede no município de Guaraci e foro no município de Jaguapitã".



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

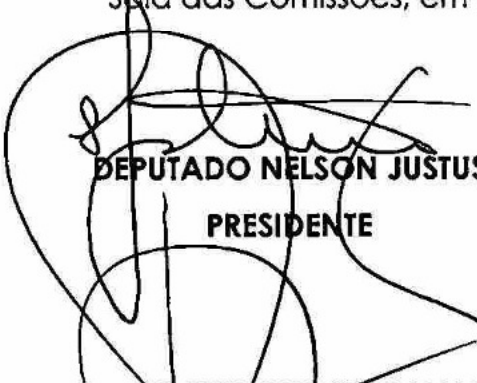


Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

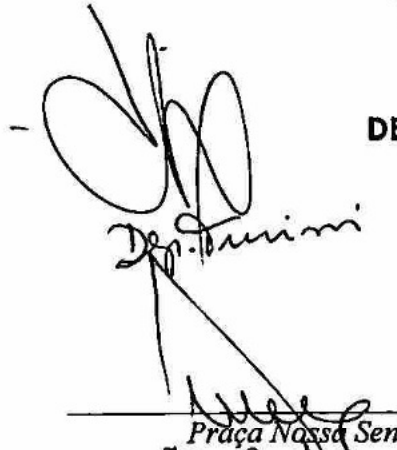
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 17 de dezembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR


Dep. Durini


Dep. Hermínio


Dep. Pastor

Prça Nossa Senhora do Saete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná


APROVADO

17.12.13


Dep. Aurion


Dep. Tereza



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.
Em, 1.º DEZ. 2013
1.º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 754 /2013

Altera a Lei nº 9.949, de 27 de abril de 1992.

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 9.949, de 27 de abril de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede no Município de Ipiranga e foro no Município de Apucarana.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 2013.

Deputado **CAITO QUINTANA**
PRESIDENTE


Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública




Deputado **TADEU VENERI**
MEMBRO


Deputado **TERCÍLIO TURINI**
MEMBRO


Deputado **ANDRE BUENO**
MEMBRO


Deputado **ANIBELLI NETO**
MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração do foro.

A Lei nº 9.949, de 27 de abril de 1992 concedeu o título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Ipiranga. Contudo, verifica-se que a instituição tem sede no Município de Ipiranga e foro no Município de Apucarana, sendo necessária a adequação da Lei.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 2013.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 754/2013

Projeto de Lei nº. 754/2013

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a Lei nº 9.949, de 27 de abril de 1992.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DA SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 9.949/1992 – ALTERAÇÃO DA SEDE E FORO – POSSIBILIDADE – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini, tem por objetivo revogar a Lei:

Lei 9.949/1992. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ipiranga - APAE, com sede e foro no município de Ipiranga, Estado do Paraná.

O projeto pretende modificar a "sede e foro no município de Ipiranga" para "sede no município de Ipiranga e foro no município de Apucarana".



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

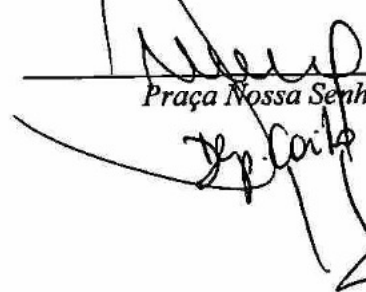



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 17 de dezembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR





Praça Nossa Senhora da Saleté s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

17.12.13



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A.D.L.

Em, 10 DEZ 2013

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 755/2013

Altera a Lei nº 13.175, de 25 de junho de 2001.

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 13.175, de 25 de junho de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede no Município de Novo Itacolomi e foro no Município de Apucarana."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 2013.

Deputado **CAITO QUINTANA**
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública




Deputado **TADEU VENERI**
MEMBRO


Deputado **TERCILIO TURINI**
MEMBRO


Deputado **ANDRE BUENO**
MEMBRO


Deputado **ANIBELLI NETO**
MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração do foro.

A Lei nº 13.175, de 25 de junho de 2001 concedeu o título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Novo Itacolomi. Contudo, verifica-se que a instituição tem sede no Município de Novo Itacolomi e foro no Município de Apucarana, sendo necessária a adequação da Lei.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 2013.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 755/2013

Projeto de Lei nº. 755/2013

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a Lei nº 13.175, de 25 de junho de 2001.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DA SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 13.175/2001 – ALTERAÇÃO DA SEDE E FORO – POSSIBILIDADE – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini, tem por objetivo revogar a Lei:

Lei 13.175/2001. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Novo Itacolomi, com sede e foro no município de Novo Itacolomi.

O projeto pretende modificar a "sede e foro no município de Novo Itacolomi" para "sede no município de Novo Itacolomi e foro no município de Apucarana".



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 17 de dezembro de 2013.

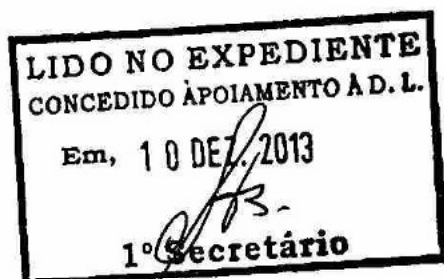
DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Saleta s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

14.12.13



PROJETO DE LEI Nº 756/2013

Altera a Lei nº 12.028, de 30 de janeiro de 1998.

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 12.028, de 30 de janeiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede no Município de Diamante do Norte e foro no Município de Nova Londrina.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 2013.

Deputado **CAIO QUINTANA**
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



Deputado **TÁDEU VENERI**

MEMBRO

Deputado **TERCÍLIO TURINI**

MEMBRO

Deputado **ANDRE BUENO**

MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração do foro.

A Lei nº 12.028, de 30 de janeiro de 1998 concedeu o título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Diamante do Norte. Contudo, verifica-se que a instituição tem sede no Município de Diamante do Norte e foro no Município de Nova Londrina, sendo necessária a adequação da Lei.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 2013.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 756/2013

Projeto de Lei nº. 756/2013

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Aníbelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a Lei nº 12.028, de 30 de janeiro de 1998.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DA SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 12.028/1998 – ALTERAÇÃO DA SEDE E FORO – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Aníbelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini, tem por objetivo revogar a Lei:

Lei 12.028/1998. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - A.P.A.E., com sede e foro no Município de Diamante do Norte - Pr.

O projeto pretende modificar a "sede e foro no município de Diamante do Norte" para "sede no município de Diamante do Norte e foro no município de Nova Londrina".



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

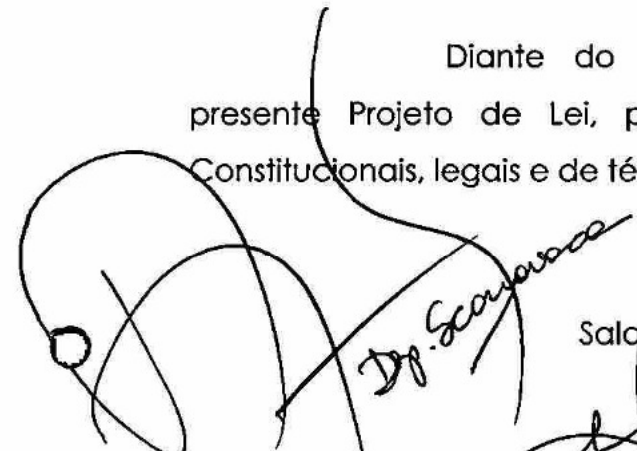


CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 17 de dezembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

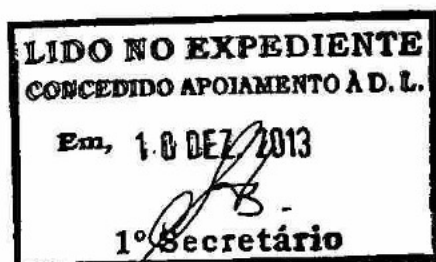

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR




Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná




APROVADO

14.12.13



PROJETO DE LEI Nº 757/2013

Altera a Lei nº 11.401, de 30 de maio de 1996.

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 11.401, de 30 de maio de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede no Município de Lupionópolis e foro no Município de Centenário do Sul.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 2013.

Deputado **CARLO QUINTANA**
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO

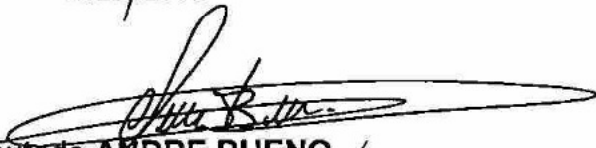


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n. 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*




Deputado **TADEU VENERI**
MEMBRO


Deputado **TERCÍLIO TURINI**
MEMBRO


Deputado **ANDRE BUENO**
MEMBRO


Deputado **ANIBELLI NETO**
MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração do foro.

A Lei nº 11.401, de 30 de maio de 1996 concedeu o título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Lupionópolis. Contudo, verifica-se que a instituição tem sede no Município de Lupionópolis e foro no Município de Centenário do Sul, sendo necessária a adequação da Lei.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 2013.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 757/2013

Projeto de Lei nº. 757/2013

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a Lei nº 11.401, de 30 de maio de 1996.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DA SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 11.401/1996 – ALTERAÇÃO DA SEDE E FORO – POSSIBILIDADE – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini, tem por objetivo revogar a Lei:

Lei 11.401/1996. Súmula: Declara de Utilidade Pública a A.P.A.E. - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Município de Lupionópolis, com sede e foro no município do mesmo nome.

O projeto pretende modificar a "sede e foro no município de Lupionópolis" para "sede no município de Lupionópolis e foro no município de Centenário do Sul".



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



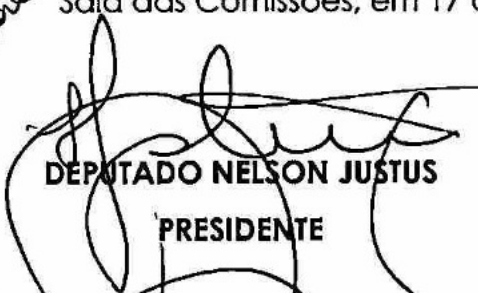
Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

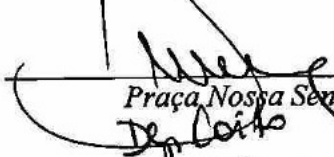




CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 17 de dezembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR






Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

PROVADO

17.12.13



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



**LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A.D.L.**

Em, 10 DEZ. 2013

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 758/2013

Altera a Lei nº 9.014, de 13 de
junho de 1989.

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 9.014, de 13 de junho de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede no Município de São Carlos do Ivaí e foro no Município de Paraíso do Norte."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 2013.

Deputado **CARLO QUINTANA**
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR


Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública




Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO


Deputado **TERCÍLIO TURINI**

MEMBRO


Deputado **ANDRE BUENO**

MEMBRO


Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração do foro.

A Lei nº 9.014, de 13 de junho de 1989 concedeu o título de Utilidade Pública à Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro no Município de São Carlos do Ivaí. Contudo, verifica-se que a instituição tem sede no Município de São Carlos do Ivaí e foro no Município de Paraíso do Norte, sendo necessária a adequação da Lei.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 2013.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 758/2013

Projeto de Lei nº. 758/2013

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a Lei nº 9.014, de 13 de junho de 1989.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DA SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 9.014/1989 – ALTERAÇÃO DA SEDE E FORO – POSSIBILIDADE – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini, tem por objetivo revogar a Lei:

Lei 9.014/1989. Súmula: Declara de utilidade pública estadual a Associação de Proteção à Maternidade e Infância - A.P.M.I. na cidade de São Carlos do Ivaí.

O projeto pretende modificar a "sede e foro no município de São Carlos do Ivaí" para "sede no município de São Carlos do Ivaí e foro no município de Paraíso do Norte".



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pag. 098

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.


CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Salas das Comissões, em 17 de dezembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR



Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

17.12.13


Dep. Henrique


Dep. Pastor


Dep. Salean


Dep. Raimon



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



**LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.**

Em, 10 FEV. 2014

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 17 /2014

Revoga Leis que concederam Título de
Utilidade Pública.

Art. 1º Revoga as seguintes Leis que concederam Título de Utilidade Pública:

- I – Lei nº 7.870, de 20 de junho de 1984;
- II – Lei nº 8.971, de 9 de maio de 1989 e
- III - Lei nº 15.092, de 4 de maio de 2006.


Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.


Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 2014.


Deputado CAIO QUINTANA
PRESIDENTE

Deputado PEDRO LUPION
RELATOR

Deputada CANTORA MARA LIMA
MEMBRO


Deputado TADEU VENERI
MEMBRO


Deputado TERCILIO TURINI
MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública




Deputado **ANDRÉ BUENO**

MEMBRO


Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de revogação de Leis outorgando o Título de Utilidade Pública a entidades que não cumprem os requisitos da Lei de concessão, vez que voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais, condição esta contrária às disposições da Lei.

Segundo as regras insculpidas pela Lei nº 17.826/2013, se a entidade deixar de observar qualquer um dos requisitos nela elencados, não poderá ser enquadrada como de utilidade pública (ou, caso tenha sido anteriormente, deixará de sê-lo caso não reveja seu estatuto e conduta de acordo com os ditames legais).

Ademais, não se deve olvidar que, ao lado dos requisitos dispostos no art. 1º da Lei mencionada, seu art. 6º também assinala situações em que não será possível a declaração de Utilidade Pública a determinadas entidades:

Art. 6º. Não serão passíveis de qualificação como entidade de Utilidade Pública, ainda que cumpram, de qualquer forma, os requisitos descritos no art. 1º desta Lei, as seguintes entidades:

I - as sociedades comerciais;

II - os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional e as organizações estudantis;

III - as instituições religiosas voltadas, exclusivamente, para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais;

IV - as organizações partidárias, inclusive suas fundações;

V - as entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;

VI - ...Vetado...;

VII - ...Vetado...;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*



VIII - as fundações públicas;

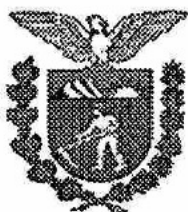
IX - as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criadas por órgão público ou fundação pública.

Cabe ressaltar que o art. 6º traz uma vedação expressa da declaração de utilidade pública a entidades que tenham cunho religioso e o fito de disseminar credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais.

Assim, em termos legais e, interpretando-se conjuntamente os artigos 1º e 6º da Lei nº 17.826/2013, fica de plano demonstrado que tais entidades, ainda que contemplem interesses públicos em seu objeto, não poderão ser enquadradas como instituições de utilidade pública.

Portanto, diante da necessidade de revogação das Leis pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 2014.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 17/2014

Projeto de Lei nº. 17/2014

Autores: Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno e Tercílio Turini.

Súmula: Revoga Leis que concederam Título de Utilidade Pública.

EMENTA: REVOGAÇÃO DAS LEIS Nº 7.870/1984, 8.971/1989 e 15.092/2006, QUE OUTORGAM O TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA – NÃO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE CONCESSÃO DA LEI Nº 17.826/2013- PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno e Tercílio Turini, têm por objetivo revogar as seguintes Leis:

Lei 7.870/1984. Súmula: Declara de utilidade pública a "COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA BOM PASTOR", com sede e foro na cidade de Ponta Grossa.

Lei 3.013/1989. Súmula: Declara de utilidade pública a IGREJA MISSIONÁRIA DE RECUPERAÇÃO VALE DA BENÇÃO, com sede e foro no Município de Curitiba.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 15.092/2006. Súmula: Declara de utilidade pública a Comunidade Cristã Água Viva, com sede e foro no município de Medianeira.

Estas Leis concedem o título de utilidade pública a entidades voltadas a disseminações de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais, condição esta contrária às disposições da Lei nº 17.826/2013.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Conforme a Lei nº 17.826/2013, se a entidade deixar de observar qualquer um dos requisitos nela elencadas, não poderá ser enquadrada como de utilidade pública, senão vejamos:

Art. 6º. Não serão passíveis de qualificação como entidade de Utilidade Pública, ainda que cumpram, de qualquer forma, os requisitos descritos no art. 1º desta Lei, as seguintes entidades;

III- As instituições religiosas voltadas, exclusivamente, para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Ademais, se torna necessária a análise dos requisitos dispostos no art. 1º da referida lei, para assinalar as situações em que serão possíveis a concessão do título de Utilidade Pública, *verbis*:

Art. 1º. O Título de Utilidade Pública será concedido por Lei a entidades que comprovarem preencher os seguintes requisitos, por meio do respectivo Estatuto:

I - ser pessoa jurídica de direito privado constituída no Estado do Paraná ou que exerça atividades com representação no Estado, com ato constitutivo registrado;

II - ter personalidade jurídica há mais de um ano;

III - ter finalidade assistencial, educacional, cultural, filantrópica, de pesquisa científica, de esporte ou meio ambiente, desde que comprovado o interesse público das atividades desenvolvidas, prestando serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade nos termos do respectivo Estatuto;

IV - não ter fins lucrativos, não distribuir lucros, bonificações, dividendos ou quaisquer outras vantagens aos seus associados, fundadores ou mantenedores e ter o respectivo patrimônio aplicado na consecução do objetivo social;

V - gestão administrativa e patrimonial que garanta e preserve o interesse público;

VI - que em caso de dissolução, a destinação do patrimônio à entidade congênere ou ao Estado.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Por fim, no que tange à técnica legislativa, o Projeto não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar nº. 95/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 25 de Fevereiro de 2014.

[Assinatura]
Dep. Cabi

[Assinatura]
DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

[Assinatura]
Dep. Curini

[Assinatura]
DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

[Assinatura]
Dep. Porto

[Assinatura]
Dep. Loupion

[Assinatura]
Dep. Tullini

[Assinatura]
Dep. Baston

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

[Assinatura]
[Assinatura]
Dep. Nereu

APROVADO
25.02.14



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*



**LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.**

Em, 10 FEV. 2014

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 18 /2014

Revoga Leis que concederam Título de
Utilidade Pública.

Art. 1º Revoga as seguintes Leis que concederam Título de Utilidade Pública:

- I - Lei nº 2.779, de 10 de julho de 1956;
- II - Lei nº 10.450, de 21 de setembro de 1993;
- III - Lei nº 11.312, de 12 de janeiro de 1996;
- IV - Lei nº 11.878, de 25 de novembro de 1997;
- V - Lei nº 12.393, de 28 de dezembro de 1998;
- VI - Lei nº 13.021, de 11 de dezembro de 2000;
- VII - Lei nº 13.337, de 5 de dezembro de 2001;
- VIII - Lei nº 13.541, de 6 de maio de 2002;
- IX - Lei nº 13.823, de 6 de novembro de 2002;
- X - Lei nº 13.993, de 27 de janeiro de 2003;
- XI - Lei nº 14.611, de 13 de janeiro de 2005;
- XII - Lei nº 14.638, de 13 de janeiro de 2005;
- XIII - Lei nº 14.836, de 3 de outubro de 2005;
- XIV - Lei nº 14.907, de 21 de novembro de 2005 e
- XV - Lei nº 15.990, de 2 de dezembro de 2008.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 2014.

Deputado **CAITO QUINTANA**
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública




Deputado TADEU VENERI

MEMBRO


Deputado TERCÍLIO TURINI

MEMBRO


Deputado ANDRÉ BUENO

MEMBRO


Deputado ANIBELLI NETO

MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de revogação de Leis outorgando o Título de Utilidade Pública a entidades que não cumprem os requisitos da Lei de concessão, vez que destinadas a defender os interesses restritos de seus associados, condição esta contrária às disposições da Lei, que prevê a declaração de Utilidade Pública para entidades que comprovem interesse público e serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade.

Segundo as regras insculpidas pela Lei nº 17.826/2013, se a entidade deixar de observar qualquer um dos requisitos nela elencados – incluindo a observância ao interesse público, não poderá ser enquadrada como de utilidade pública (ou, caso tenha sido anteriormente, deixará de sê-lo caso não reveja seu estatuto e conduta de acordo com os ditames legais).

Ademais, não se deve olvidar que, ao lado dos requisitos dispostos no art. 1º da Lei mencionada, seu art. 6º também assinala situações em que não será possível a declaração de Utilidade Pública a determinadas entidades:

Art. 6º. Não serão passíveis de qualificação como entidade de Utilidade Pública, ainda que cumpram, de qualquer forma, os requisitos descritos no art. 1º desta Lei, as seguintes entidades:

I - as sociedades comerciais;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



II - os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional e as organizações estudantis;

III - as instituições religiosas voltadas, exclusivamente, para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais;

IV - as organizações partidárias, inclusive suas fundações;

V - as entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;

VI - ...Vetado...;

VII - ...Vetado...;

VIII - as fundações públicas;

IX - as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criadas por órgão público ou fundação pública.

Cabe ressaltar que o art. 6º traz uma vedação expressa da declaração de utilidade pública a entidades de classe e àquelas que proporcionam bens ou serviços apenas a grupos restritos de associados.

Assim, em termos legais e, interpretando-se conjuntamente os artigos 1º e 6º da Lei nº 17.826/2013, fica de plano demonstrado que as entidades de classe ou que beneficiem apenas seus associados, ainda que contemplem interesses públicos em seu objeto, não poderão ser enquadradas como instituições de utilidade pública.

Adentrando no campo doutrinário, temos que, por definição, as entidades de utilidade pública tratam-se de pessoas jurídicas de direito privado criadas ou instituídas por particulares, nos termos da lei, para o desempenho perene, efetivo e desinteressado de atividades de interesse público, tendo em vista o bem-estar social, as necessidades e o proveito de toda a coletividade e pautando-se pela prática da benemerência. São passíveis de serem reconhecidas pelos poderes públicos como espontâneas colaboradoras do Estado e, conseqüentemente, não podem ser destinadas a beneficiar apenas grupos restritos de pessoas.

Em outras palavras, a entidade deve buscar o benefício do maior número possível de pessoas, mesmo que estas não sejam a ela afiliadas ou de alguma forma vinculadas, e sem que seja obrigatório contribuir financeiramente com tal entidade.

Imprescindível acrescentar, portanto, que o objetivo da entidade deve implicar na sua própria razão de ser, de forma que o interesse público não deve ser buscado apenas de forma indireta ou reflexa.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*



Portanto, diante da necessidade de revogação das Leis pelos motivos acima
expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 2014.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 18/2014

Projeto de Lei nº. 18/2014

Autores: Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno e Tercílio Turini.

Súmula: Revoga Leis que concederam Título de Utilidade Pública.

EMENTA: REVOGAÇÃO DAS LEIS Nº
2.779/1956, 10.450/1993, 11.312/1996,
11.878/1997, 12.393/1998, 13.021/2000,
13.337/2001, 13.541/2002, 13.823/2002,
13.993/2003, 14.611/2005, 14.638/2005,
14.836/2005, 14.907/2005 E 15.990/2008, QUE
OUTORGAM O TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA –
NÃO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE
CONCESSÃO DA LEI Nº 17.826/2013- PARECER
FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno e Tercílio Turini, têm por objetivo revogar as seguintes Leis:

Lei 2.779/1956. Súmula: Reconhece de utilidade pública a "CAIXA BENEFICENTE DOS FUNCIONÁRIOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO", com sede e foro nesta Capital.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Lei 10.450/1993. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário do Chapéu do Sol, com sede e foro no município de Santa Maria do Oeste, Estado do Paraná.

Lei 11.312/1996. Súmula: Declara de utilidade pública a Fundação ABC para Assistência e Divulgação Técnica Agropecuária, com sede e foro no município de Castro.

Lei 11.878/1997. Súmula: Declara de utilidade pública a "Associação de Desenvolvimento Comunitário de Papanduva de Cima", com sede e foro no Município de Prudentópolis.

Lei 12.393/1998. Súmula: Declara de utilidade o Circolo Trentino di Curitiba, com sede e foro nesta Capital.

Lei 13.021/2000. Súmula: Declara de utilidade pública a Fundação Nossa Senhora de Fátima, com sede e foro no município de Cianorte.

Lei 13.337/2001. Súmula: Declara de utilidade pública o Centro de Tradições Gaúchas Querência Nova, com sede e foro no município de Matelândia.

Lei 13.541/2002. Súmula: Declara de utilidade pública o Clube do Vovô de Tupãssi, com sede e foro no município de Assis Chateaubriand.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 13.823/2002. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário KM 128, com sede e foro no município e comarca de Campo Mourão.

Lei 13.993/2003. Súmula: Declara de utilidade pública o "Centro de Tradições Gaúchas Chama Crioula", com sede e foro no município de Toledo.

Lei 14.611/2005. Súmula: Declara de utilidade pública a ARCAFAR/SUL, Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil, com sede e foro na Comarca de Barracão.

Lei 14.638/2005. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Comunitária Independente de Toledo ACITOL, com sede e foro na Cidade de Toledo.

Lei 14.836/2005. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Comunitária do Bairro do Mercado ACBAN, com sede e foro no município de Corumbataí do Sul e foro na Comarca de Barbosa Ferraz.

Lei 14.907/2005. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais de Santana de Itararé, com sede e foro no município de Santana do Itararé e foro na comarca de Wenceslau Braz.

Lei 15.990/2008. Súmula: Declara de utilidade pública a Fundação Educacional Dom Pedro Felipak, com sede e foro no município de Wenceslau Braz.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Estas Leis concedem o título de utilidade pública a entidades que defendem os interesses restritos de seus associados, condição esta contrária às disposições da Lei nº 17.826/2013.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Conforme a Lei nº 17.826/2013, se a entidade deixar de observar qualquer um dos requisitos nela elencadas, não poderá ser enquadrada como de utilidade pública, senão vejamos:

Art. 6º. Não serão passíveis de qualificação como entidade de Utilidade Pública, ainda que cumpram, de qualquer forma, os requisitos descritos no art. 1º desta Lei, as seguintes entidades;

II- Os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional e as organizações estudantis;

V- As entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados os sócios;

Ademais, se torna necessária a análise dos requisitos dispostos no art. 1º da referida lei, para assinalar as situações em que serão possíveis a concessão do título de Utilidade Pública, verbis:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 1º. O Título de Utilidade Pública será concedido por Lei a entidades que comprovarem preencher os seguintes requisitos, por meio do respectivo Estatuto:

I - ser pessoa jurídica de direito privado constituída no Estado do Paraná ou que exerça atividades com representação no Estado, com ato constitutivo registrado;

II - ter personalidade jurídica há mais de um ano;

III - ter finalidade assistencial, educacional, cultural, filantrópica, de pesquisa científica, de esporte ou meio ambiente, desde que comprovado o interesse público das atividades desenvolvidas, prestando serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade nos termos do respectivo Estatuto;

IV - não ter fins lucrativos, não distribuir lucros, bonificações, dividendos ou quaisquer outras vantagens aos seus associados, fundadores ou mantenedores e ter o respectivo patrimônio aplicado na consecução do objetivo social;

V - gestão administrativa e patrimonial que garanta e preserve o interesse público;

VI - que em caso de dissolução, a destinação do patrimônio à entidade congênere ou ao Estado.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o Projeto não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar nº. 95/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.



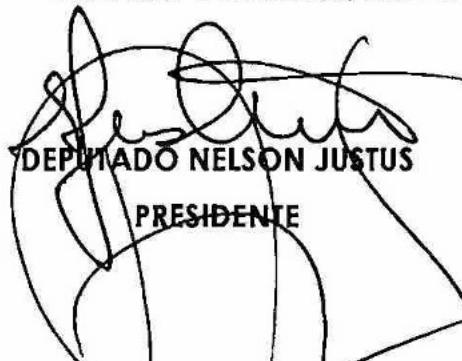
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça






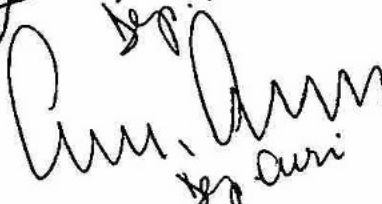
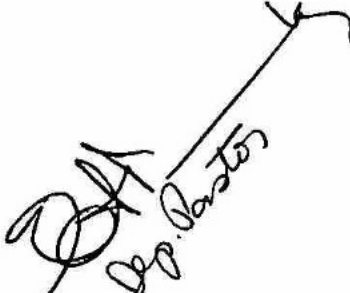
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.


Sala das Comissões, em 25 de Fevereiro de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR

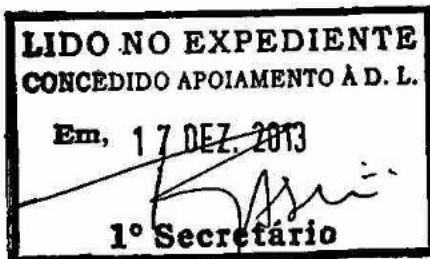





Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

25.02.14




PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO nº 3 /2013



Dispõe sobre a autorização ao Poder Executivo para a alienação de imóveis.

Art. 1º Fica o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG, autorizado, nos termos do art. 54, inciso XXX, da Constituição Estadual, a alienar a Nelson Piovesan, o Lote nº 133, Gleba 15, do imóvel denominado Colônia Boa Ventura, com área de 2,5350 ha, localizado no Município de Boa Ventura do São Roque, Comarca de Pitanga, nos termos da Mensagem nº 205, de 11 de dezembro de 2013, do Chefe do Poder Executivo, lida no expediente da Assembleia Legislativa de 16 de dezembro de 2013, na forma de Anexo I.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 17 de dezembro de 2013.

Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente

Deputado PLAUTO MIRÓ
1º Secretário



JUSTIFICATIVA

Justifica-se a presente proposição nos termos da Mensagem nº 205, de 11 de dezembro de 2013, do Chefe do Poder Executivo, lida no expediente da Assembleia Legislativa de 16 de dezembro de 2013, bem como do Parecer nº 414/2013, da Procuradoria desta Assembleia, que é parte integrante do Protocolo nº 14.810, de 16 de dezembro de 2013, em anexo.

Sala das Sessões, 17 de dezembro de 2013.

MENSAGEM
Nº 205/2013.

Curitiba, em 11 de dezembro de 2013.

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 1.6 DEZ. 2013

1º Secretário

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente

II – À DL para providências.

Em, 16/12/2013

Presidente



Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de formular o pedido de que essa Assembleia Legislativa promulgue Decreto Legislativo, conforme Art. 54, inciso XXX, da Constituição Estadual, permitindo o Poder Executivo a, através do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG, órgão vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, alienar a Nelson Piovesan, o Lote 133, Gleba 15, do imóvel denominado Colônia Boa Ventura, com área de 2,5350 ha., localizado no Município de Boa Ventura de São Roque, Comarca de Pitanga.

Cabe esclarecer que, embora a área do imóvel seja inferior a 100 (cem) hectares, o seu ocupante, em anterior oportunidade, adquiriu terras que, somadas, ultrapassam o limite estabelecido no mencionado dispositivo constitucional.

A presente proposição é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos de legislação federal (Lei Federal nº 8.666/93: dispensa de licitação: Art. 17, inc. I, alíneas "f" e "g") e estadual (Estatuto Estadual de Terras: Lei Estadual nº 7.055/1978: Art. 21 e seguintes) que regulam a matéria, assim como, ajustando-se ao referido mandamento contido no Art. 54, inc. XXX, e no Art. 156, ambos da Constituição do Estado do Paraná, objetiva a regularização da área ao seu legítimo ocupante que vem explorando-a adequadamente e em conformidade com as exigências legais, de modo a fazer com que se cumpra sua função social.

Ainda, vale ressaltar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expediente protocolado sob nº 5.894.656-7-SID, o qual foi objeto de pronunciamento favorável do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências, autarquia vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, e do Núcleo Jurídico junto à Secretaria de Estado de Governo, unidade da Procuradoria Geral do Estado, dele constando, inclusive, laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida.

Para melhor justificar a conveniência e oportunidade da proposta e no sentido de bem instruir e esclarecer quanto aos aspectos técnicos e jurídicos de que se reveste, é feita anexação de cópia das principais peças do processo.

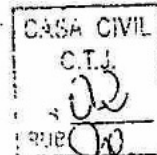
Certo de que a proposta merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 5.604.671-2

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530 909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: [41] 3350 2800 | Fax: [41] 3254 7345 | www.pr.gov.br

14332 16/12/2013 010887 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ




Protocolo N.º 820 / 03
Em 10 / 12 / 03

ILUSTRÍSSIMO SENHOR DIRETOR PRESIDENTE DO
INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ.



NELSON PIOVESAN , brasileiro , casado , agricultor ,
portador do RG. 7.772.203-SP . , e CPF. 317.920.228-91 , residente
e domiciliado no município de Boa Ventura de São Roque - Pr , vem
requerer a Vossa Senhoria a regularização do lote 133 Gleba 15
Imóvel Col. Boa Ventura com área de 2,5350 há - Município de Boa
Ventura de São Roque Pr. , nos termos da Lei Estadual 7055/78.

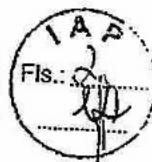
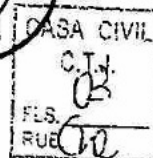
Nestes termos
Pede deferimento
Pitanga , 10 de dezembro de 2003.


NELSON PIOVESAN
CPF. 317.920.228-91



ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA
INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA - I.T.C.



1718

LICENÇA DE OCUPAÇÃO

O INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO ESTADO DO PARANÁ, por seu Presidente, usando das atribuições que lhe são conferidas nos termos da Lei 7055, de 04 de dezembro de 1978, CONCEDE a SEBASTIÃO SOARES DO NASCIMENTO, brasileiro, casado, lavrador, residente e domiciliado no Imóvel, filho de Abel Soares do Nascimento e Maria de Jesus da Glória do Nascimento de acordo com declaração de 2 testemunhas.-----

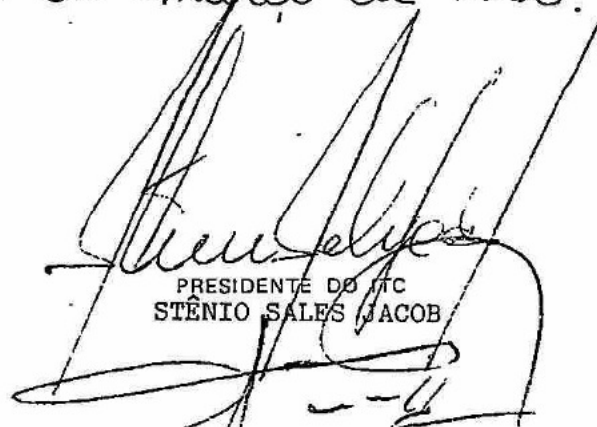
licença de ocupação a TÍTULO PROVISÓRIO, do imóvel rural situado no lugar denominado Lote nº 133 da Gleba nº 15 - COLÔNIA BOA VENTURA.-----

Município de: PITANGA.-

com área aproximada de 2,5350 ha (Dois hectares, cinquenta e três ares e cinquenta centiares),-----
cujas dimensões, área, perímetro e discriminação de limites, ficam dependentes de posterior demarcação. O outorgado fica obrigado a conservar no mínimo a quarta parte da área do imóvel em mata.

A presente licença é insuscetível de transferência por ato inter vivos.

Curitiba, em 15 de março de 1990.


PRESIDENTE DO ITC
STÊNIO SALES JACOB



Cartório Distrital de Boa Ventura

Município e Comarca de Pitanga

Valentin Peron
TABELIÃO - CIC 164 952 339-49

Estado do Paraná
CASA CIVIL
C.T.U.

1 A P
Fls. 3

LOTE 153

União Cat. Boa Ventura

Área: 2.535

DIRETORIA LEGISLATIVA
058
078

Pela presente declaração eu SEBASTIÃO JACINTO
NASCIMENTO, brasileiro, solteiro, maior, agricultor, residente em
Pitanga, Boa Ventura, Pitanga, Pr., portador do título eleitoral nº 604 desta 38ª Zona Eleitoral de Pitanga, Pr., declaro por fim de
tudo que vendi para o Sr. FRANCISCO PIOVESAN, residente na Rua
Ventura, Pitanga, Pr., uma área de terra situada no lote 153
Boa Ventura neste Município de Pitanga, Pr., por preço
de R\$ 30.000,00 (Trinta mil Cruzados) que se compo-
nha: sendo que recebi no dia 29/09/39, do Sr. FRANCISCO
PIOVESAN, o valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil Cruzados) e o re-
stante no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil Cruzados) em
dois pagamentos, o primeiro no dia 14/01/39, que representa
frente esta medida 24.000 UF, e o segundo no dia 14/01/39, que
representa a pressa para a compra da terra.

Pelo que, eu, o Sr. Sebastião Jacinto, declaro e afirmo
por mim assinado e na presença de duas testemunhas, residentes neste Distrito, Boa Ventura.

Boa Ventura, Pitanga, Pr.

Boa Ventura 21 de Setembro de 1939.

Assinado de Sebastião: Francisco Piovesan
- Sr. PIOVESAN, Sr. PIOVESAN, Sr. PIOVESAN

1ª Teste.

Sebastião Jacinto

2ª Teste.

Carito P. Ferreira

SISTEMA DE TERRAS TITULADAS DO ESTADO DO PARANA
LTTITULOS > - ALTERACAO DE TITULOS

27/01/04

STTXP060

CELEPAR --

RO REGISTRO.: 7615

REGISTRO...: RE

RO IMOVEL...: 60015

RO PROTOCOLO:

PROTOCOLO...: _____

RO TITULO...:

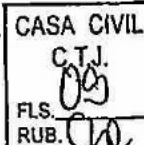
RO LIVRO...: _____

EMISSAO...: _____

RO LOTE...: 133

LOTE...: _____

RVACAO...: LO 1718 SEBASTIAO S DO NASCIMENTO



OPCAO:



NDO:

PF1<?> VOLTA - PF2<V> MENU - PF3<M> FIM - PF4<F>
PF5<A> ALTESCR - PF6<E> INCESCRI - PF7<S> RLIM - PF8<D>

SISTEMA DE TERRAS TITULADAS DO ESTADO DO PARANA
LTTITULOS > - ALTERACAO DE TITULOS

27/01/04

STTXP090

CELEPAR --

LIGACAO TITULO - TITULADO (INCLUSAO)

VEL = BOA VENTURA

GLEBA 15

E = 133

ICIPIO= 1580 PITANGA

NECER O NOME DO TITULADO =

ANDO:

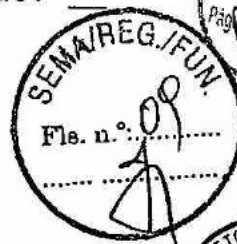
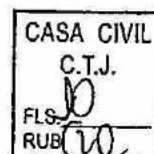
UDA - PF1<?> VOLTA - PF2<V> MENU - PF3<M> FIM - PF4<F>
TTITUL - PF5<A> ALTESCR - PF6<E> INCESCRI - PF7<S> RLIM - PF8<D>

-- SISTEMA DE TERRAS TITULADAS DO ESTADO DO PARANA
IMOVEIS > - ALTERACAO DE IMOVEIS



27/01/04
STTXP010
CELEPAR

opcao:



ERO IMOVEL....: 60015__

O IMOVEL.....: CL COLONIA

E IMOVEL.....: BOA VENTURA

CRICAO IMOVEL: GLEBA 15

IGO MUNICIPIO: 1580_ PITANGA

IDO:

DA - PF1<?> VOLTA - PF2<V> MENU - PF3<M> FIM - PF4<F>
TUL - PF5<A> ALTESCR - PF6<E> INCESCRI - PF7<S> RLIM - PF8<D>

- SISTEMA DE TERRAS TITULADAS DO ESTADO DO PARANA
IMOVEIS > - ALTERACAO DE IMOVEIS

27/01/04
STTXP010
CELEPAR --

opcao: __

ERO IMOVEL.....: 60015

RO DISTRITO.....:

A TOTAL.....: 5445 , 8766

PROCES. MEDICAO....: 6839

A APROV. TECNICA....: 12 10 1988

A SENTENCA.....: 00 00 0000

A RETIF. SENTENCA...: 00 00 0000

OS DISCR. ADM.....: 180/82__

OCULO DISCR. ADM....:

A MOLOGACAO.....: 00 00 0000

A PUBLIC. HOMOLOG...: 00 00 0000

IO OFICIAL HOMOLOG.: _____

IDO:

DA - PF1<?> VOLTA - PF2<V> MENU - PF3<M> FIM - PF4<F>
ITUL - PF5<A> ALTESCR - PF6<E> INCESCRI - PF7<S> RLIM - PF8<D>

SISTEMA DE TERRAS TITULADAS DO ESTADO DO PARANA
IMOVEIS > - ALTERACAO DE IMOVEIS

27/01/04

STTXP010

CELEPAR --



ERO IMOVEL.....: 60015

ERO REGISTRO.....: _____

ERO FOLHAS.....: _____

ERO AUTOS P.C.....: 379

TOCOLO P.C.....: 12934/88

A APROVACAO.....: 29 05 1989

A PUBLICACAO.....: 08 06 1989

RIO OFICIAL PUBLIC.: 3033

A DESPACHO TITULO...: 21 08 1989

ERO LANCAMENTO.....: _____

TA GEOGRAFICA.....: 5-G-0

NDO:

D - PF1<?> VOLTA - PF2<V> MENU - PF3<M> FIM - PF4<F>
PUL - PF5<A> ALTESCR - PF6<E> INCESCRI - PF7<S> RLIM - PF8<D>

SISTEMA DE TERRAS TITULADAS DO ESTADO DO PARANA
IMOVEIS > - ALTERACAO DE IMOVEIS

27/01/04

STTXP010

CELEPAR --

opcao: _____

ERO IMOVEL.....: 60015

ERVACAO COMPLETA:

O. 3432 DE 17/01/91 - RESOLUCAO 009/91 DE 14/01/
1 ...ART 1-FICA AUTORIZADO O PODER EXECUTIVO A AL
ENAR A UNIAO, O IMOVEL CONSTITUIDO DO LOTE 139 DA
GLEBA 15, DA COLONIA BOA VENTURA, MUNICIPIO DE PI
ANGA, NESTE ESTADO, COM AREA DE 1318,7580 HECTARE

O. 3637 DE 08/11/91 - RESOLUCAO 045/91 DE 04/11/
16 ...ART 1-NO ART 1 DA RESOLUCAO 009/91 DE 01 DE
16 DEIRO DE 1991, ONDE SE LE LOTE 139 DA GLEBA 15 L
IA-SE LOTE 136 DA GLEBA 15...

O. 3403 DE 04/12/90 - RESOLUCAO 025/90 DE 15/05/
30 ...ART 1-FICA AUTORIZADO O PODER EXECUTIVO, ATR

ANDO:

JDA - PF1<?> VOLTA - PF2<V> MENU - PF3<M> FIM - PF4<F>
TTITUL - PF5<A> ALTESCR - PF6<E> INCESCRI - PF7<S> RLIM - PF8<D>

SISTEMA DE TERRAS TITULADAS DO ESTADO DO PARANA
ALTIMOVEIS > - ALTERACAO DE IMOVEIS



27/01/04
STTXP010
CELEPAR --

*

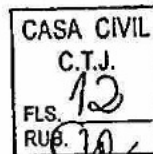
ERO IMOVEL.....: 60015

ERVACAO COMPLETA:

VES DO INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E FLOREST
S-ITCF, ALIENAR AO SR. NELSON PIOVESAN. O IMOVEL
ONSTITUIDO DO LOTE 125 DA GLEBA 15, DA COLONIA BO
VENTURA, MUNICIPIO DE PITANGA, COM AREA DE 287,1
86 HECTARES...

.O. 3403 DE 04/12/90 - RESOLUCAO 075/90 DE 28/11/
O ...ART 1-FICA AUTORIZADO O PODER EXECUTIVO, ATR
VES DO INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E FLOREST
S-ITCF, ALIENAR A ANTONIO FERNANDES DE MELLO E FR
NCISCO DE ASSIS ANDRADE, O IMOVEL CONSTITUIDO DO
OTE 139, DA GLEBA 15, DA COLONIA BOA VENTURA, MUN
CIPPIO DE PITANGA, COM AREA DE 304,8499 HA...

ANDO:



opcao: _



PF1<?> VOLTA - PF2<V> MENU - PF3<M> FIM - PF4<F>
PF5<A> ALTESCR - PF6<E> INCESCRI - PF7<S> RLIM - PF8<D>

SISTEMA DE TERRAS TITULADAS DO ESTADO DO PARANA
ALTIMOVEIS > - ALTERACAO DE IMOVEIS

27/01/04
STTXP010
CELEPAR --

opcao: _

ERO IMOVEL.....: 60015

SERVACAO COMPLETA:

CARTA GEOGRAFICA SG-22_V-B_V

ANDO:

PF1<?> VOLTA - PF2<V> MENU - PF3<M> FIM - PF4<F>
PF5<A> ALTESCR - PF6<E> INCESCRI - PF7<S> RLIM - PF8<D>

- INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA
- SISTEMA DE TERRAS TITULADAS DO ESTADO DO PARANA
RELATORIO DE LIMITES

* DATA 27/01/2004 *
* PAG. 1 *
* PROG. STTPP671 *

TITULADO ***

RO TITULADO = NELSON PIOVEZAN
STRO GERAL = 121186
CPF = 7.772.203/SP
RIFICACAO = CIC 317.920.228-91
MAE =
NASCIMENTO =



IMOVEL ***

RO IMOVEL = 0060015
IMOVEL = CL COLONIA
= BOA VENTURA
RICAQ = GLEBA 15
= PITANGA



ESCRITURA ***

RO ESCRITURA = 011367
CONTRATO = 24/11/1989
RO LOTE = 125
RO LIVRO = 7
EMISSAO = 01/07/1998

NUMERO MATRICULA = 16.689
NUMERO CONTRATO = 678074-1
AREA LOTE = 287,1786
NUMERO FOLHAS = 95

Instituto de terras e cartografia

VINCULADO A SECRETARIA DA AGRICULTURA - GOVERNO DO PARANÁ

COORDENADORIA DE TERRAS

querente: **NELSON PIOVESAN** .-



Protocolo N.º P.C. 379 Data do despacho / / Nos termos LEI 7055/78- INCORPORAÇÃO.-

INTEGRADO- 678.074-1 .-

óvel **LOTE Nº 125 - GLEBA Nº 15 - COLONIA BOA VENTURA** .-

ea **287,1786** Has Sentença / / Município **Boa Ventura de São Roque**

aço por Ha **R\$ 103,10** conforme Resolução nº 12/SEMA/IAP. de 22.11.1994 .-

~~XXXXXX~~ **=VENDA DE TERRAS=** **R\$ 29.610,00 (07)** Prestação **R\$ 4.229,73**

Prestação

Valor da Medição Cr\$ Prestação Cr\$

Valor dos Serviços Gerais Cr\$ Prestação Cr\$

Contido p/ título em / / Título n.º **2.615** Livro n.º .-.-. Exp. em **12 março / 1991**

Documento publicado em / / 19 D.O. n.º Carnê exp. em **05 / maio / 19 98**

OBSERVAÇÕES Pela Resolução nº 25/90, data de 15. maio.1990, a Assembleia Legislativa do Estado Paraná, "Autorizou" o Poder Executivo a "alienar" o imóvel em questão à favor do requerente Sr. NELSON PIOVESAN, Resolução essa publicada no Diário Oficial do Estado, nº 3.043 datado de 04.dezembro.1990.-

HISTÓRICO	CÓD.	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO
<p>..... <u>VENDA DE TERRAS</u>(07)</p> <p>Pagamento Municipal" 22.06.98</p> <p>O presente imóvel foi alienado por</p> <p><u>NELSON PIOVESAN</u></p> <p>conforme Escritura Pública de Venda e Compra do</p> <p>avro n.º <u>07</u> de <u>95</u></p> <p>do <u>Município de Boaz Ventura de</u></p> <p><u>São Roque, Comarca de Itanaga - PR</u></p> <p>em 01/07/1998 -</p> <p>SENAL/OTOC. em 05/02/1999</p> <p>Funcionário</p> <p>Pedro Javarez</p>	4.13	R\$ 29.610,00	R\$ 3.229,73	

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS



INFORMAÇÃO N.º 050



PROTOCOLO N.º 5.604.671 - 2 - SID - NELSON PIOVESAN.



Lote n.º 133, da "GLEBA 15 - COLÔNIA BOA VENTURA", com área de 2, 5350 ha., encontra-se anotado para "SEBASTIÃO SOARES DO NASCIMENTO", conforme Licença de Ocupação n.º 1.718, expedido em 15.03.1990.

A "GLEBA 15 - COLÔNIA BOA VENTURA", localizada no Município de Boa Ventura de São Roque/ Pr., foi objeto do Processado de Medição n.º 6.839, Plano de Colonização - Autos n.º 379.

Verificando junto aos Registros Cadastrais existentes nesta Divisão, bem como no Sistema de Terras Tituladas do Estado do Paraná - STT., constatamos que em nome de "NELSON PIOVESAN", consta alienação do lote n.º 125, da "GLEBA 15 - COLÔNIA BOA VENTURA", com área de 287, 1786 ha, incorporado ao Patrimônio do IAP, para fins de venda, Título n.º 2.615, expedido em 12.03.1991, devidamente matriculado no Registro de Imóveis da Comarca de Pitanga, sob n.º 16.689.

O lote n.º 125, da "GLEBA 15 - COLÔNIA BOA VENTURA", alienado ao requerente "NELSON PIOVESAN", foi autorizado pelo Poder Executivo, através da Resolução n.º 25/ 90, de 15.05.1990, publicada no Diário Oficial do Estado n.º 3.043, de 04.12.1990, Protocolo Integrado n.º 678.074 - 1 (vide Ficha Corrente).

À SEMA/ AJ., para exame e parecer.

SEMA/CGET/DT., em 02 de fevereiro de 2004


Albari Sebastião Lejambre
Técnico de Assuntos Fundiários

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
E RECURSOS HÍDRICOS

Parecer nº 080/2004.

Protocolo nº 5.604.671-2.

Interessado: NELSON PIOVESAN.

Assunto: Requer Regularização Dominial de Área.



GOVERNO DO
PARANÁ

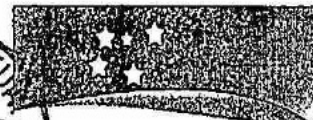
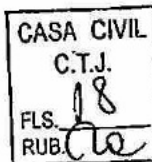


SENHOR ASSESSOR JURÍDICO DA SEMA.

Nelson Piovesan, brasileiro, casado, lavrador, portador da CLRG.Nº 7.772.203/SP e do CPF nº 317.920.228/913, residente e domiciliado no Município de Boa Ventura de São Roque-Pr., através do processo supra epigrafado, está requerendo, junto a esta Entidade Estatal, a regularização dominial, em seu próprio nome, do Lote nº 133, com 2,5350 há., da Gleba 15, do Imóvel denominado "Colônia Boa Ventura", situado no Município de Boa Ventura de São Roque, Comarca de Pitanga-Pr.

Instrui o processo, a via original da Licença de Ocupação nº 1718, expedida sobre o Imóvel em 1990, tendo como destinatário Sebastião Soares do Nascimento, Declaração da Aquisição dos Direitos Possessórios sobre a supra referida área, pelo requerente e o Laudo de Vistoria, elaborado pelo Escritório Regional do IAP de Pitanga, certificando que o requerente é o atual ocupante da área.

Instada, a CGET/DT/SEMA, informou que a área objeto do presente requerimento está inserida no Perímetro do Processado de Medição nº 6.839 e contemplado no Plano de Colonização autuado sob nº 379, entretanto, ainda não se encontra incorporado ao Patrimônio do IAP. Informou ainda que o requerente NELSON PIOVESAN, já foi beneficiário de Regularização de Terras Devolutas do Estado do Paraná, em 1990, quando à área de 287,1786 há., correspondente ao Lote nº 125, da Gleba 15, do Imóvel denominado Colônia Boa Ventura, foi titulado em seu nome, após autorização da Poder Legislativo, através da Resolução nº 25/90 da Assembléia Legislativa, devidamente publicada no Diário Oficial do Estado em 04.12.1990.



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
E RECURSOS HÍDRICOS

A autorização expressa do Poder Legislativo, se deu pelo fato da área do Imóvel objeto da Regularização Dominial, em nome do atual requerente, ter ultrapassado o limite máximo de regularização permitido pela Constituição Estadual de 1989, ex-vi do Art. 54, inciso XXX.

Assim, a regularização do imóvel objeto do presente processo, apesar de possuir uma área pequena, também terá que ser submetida à apreciação e aprovação da Assembléia Legislativa, em face da disposição legal supra mencionada.

Diante exposto, somos pelo DEFERIMENTO, da pretensão do requerente, estampada no presente processo, com a observação dos ditames legais para a concessão do Título de Domínio em seu nome, sobre a área objeto do protocolado em apreço.

É o nosso parecer.

Curitiba, 10 de Fevereiro de 2004.

Luiz Carlos Pupim
OAB/PR. 9733
Assessoria Jurídica da SEMA

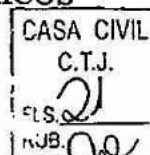
- De acordo.
- À CGET/DT/SEMA, para as providências cabíveis.

Theo Botelho Marés de Souza
OAB/PR.35.464
Assessor Jurídico da SEMA

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

GOVERNO DO
PARANÁ

INFORMAÇÃO N.º 629



PROTOCOLO N.º 5.604.671 - 2 - NELSON PIOVESAN.

À SEMA/ GS.

Tendo em vista o contido no Parecer n.º 080/ 04 da SEMA/AJ., para que o lote aqui objetivado venha ser, regularizado ao requerente, há necessidade de prévia autorização Legislativa.

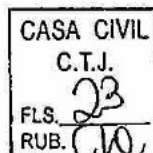
Portanto, estamos encaminhando o presente, para que através Ofício do Senhor Secretário, o mesmo seja remetido ao Senhor Governador para a devida análise e elaboração da respectiva mensagem de Lei.

SEMA/CGET/DT., em 17 de junho de 2004


Albari Sebastião Lejambre
Técnico de Assuntos Fundiários



Curitiba, 17 de junho de 2004
Ofício nº 348/2004 – SEMA/GS



Ref.: Protocolado nº 5.604.671-2

Senhor Governador:

Encaminhamos a Vossa Excelência, o protocolado supra mencionado, que trata da regularização do lote nº 133, Gleba 15, Imóvel Colônia Boa Ventura, com área de 2,5350ha, situado no Município de Boa Ventura de São Roque, em nome de Nelson Piovesan, brasileiro, casado, agricultor, portador do RG. 7.772.203-SP e CPF. 317.920.228-91, com vistas a sua alienação, conforme Parecer nº 080/2004 SEMA/AJ, às fls 16 do presente protocolado.

Tendo em vista o exposto no Art. 54, inciso 30 da Constituição Estadual, a matéria depende de prévia autorização legislativa.

Respeitosamente,

LUIZ EDUARDO CHEIDA
Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Excelentíssimo Senhor
ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado
CURITIBA - PR

(gs-vrl)



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
CASA CIVIL
Coordenadoria Técnico Jurídica



1



PROTOCOLO Nº: 5.604.671-2

ASSUNTO : Regularização de área

INTERESSADA : Secretaria de Estado do
Meio Ambiente e Recursos Hídricos –
SEMA/Nelson Piovezan

PARECER N.º: 0574/2004 – C T J -

Mediante ofício, o Senhor Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos encaminha pedido formulado pelo Senhor Nelson Piovesan, casado, agricultor, portador do RG nº 7.772.203-SP e CPF nº 317.920.228-91, através do qual solicita a regularização dominial, em seu próprio nome, do Lote nº 133, com 2,5350 há, da Gleba 15, do Imóvel denominado "**Colônia Boa Ventura**", situado no município de Boa Ventura de São Roque, Comarca de Pitanga – PR.

uc



Consta do processo, Licença de Ocupação nº 1718, expedida sobre o Imóvel no ano de 1990, constando como destinatário Sebastião Soares do Nascimento, Declaração da Aquisição dos Direitos Possessórios da referida área, pelo requerente, bem como laudo de vistoria, elaborado pelo Escritório Regional do IAP/Pitanga, atestando ser o requerente o atual ocupante da área.

Consultada a respeito, a CGET/DT/SEMA, (inf. Nº 050), vem a dizer:

Lote nº 133, da "GLEBA 15 - COLÔNIA BOA VENTURA", com área de 2.5350 há., encontra-se anotado para "SEBASTIÃO SOARES DO NASCIMENTO", conforme Licença de Orçamento nº 1.718, expedido em 15.03.1990.

A "GLEBA 15 - COLÔNIA BOA VENTURA", localizada no Município de Boa Ventura de São Roque/Pr., foi objeto do Processado de medição nº 6.839, Plano de Colonização - Autos nº 379.

Verificando junto aos Registros Cadastrais existentes nesta Divisão, bem como no Sistema de Terras Tituladas do Estado do Paraná - STT., constatamos que em nome de "NELSON PIOVESAN", consta alienação do lote nº 125, da "GLEBA 15 - COLONIA BOA VENTURA", com área de 287,1786 há, incorporado ao Patrimônio do IAP, para fins de venda, Título nº 2.615, expedido em 12.03.1991, devidamente matriculado no Registro de Imóveis da Comarca de Pitanga, sob nº 16.689.

O lote nº 125, da "GLEBA 15 - COLONIA BOA VENTURA", alienado ao requerente "NELSON PIOVESAN", foi autorizado pelo Poder Executivo, através da Resolução nº 25/ 90, de 15.05.1990, publicada no Diário Oficial do Estado nº 3.043, de 04.12.1990, Protocolo Integrado nº 6768.074-1 (vide Ficha Corrente).

Observe-se que a Lei Estadual nº 7.055, de 04 de dezembro de 1978, com as alterações introduzidas pela Lei nº 8.249, de 13 de janeiro de 1986, a qual dispõe sobre terras devolutas do Estado, em seus artigos 27 e 33, III dispõe:

Re



“Art. 27 – As terras devolutas encontradas vagas ou sem condições de serem legitimadas poderão ser destinadas a Plano Especial para fins de concessão de uso, ou incorporadas ao patrimônio do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná”.

Por sua vez, o artigo 33, inciso III, determinou:

“Art. 33 – As terras incorporadas ao patrimônio do ITC, nos termos do art. 27, só poderão ser destinadas:

.....
III – para fins de venda aos que se dedicam à atividade agrícola ou pastoril”.

Por sua vez, a Constituição Estadual, em seu artigo 54, inciso XXX, assim dispõe:

“Art. 54. Compete, privativamente, à Assembléia Legislativa:

.....
XXX - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas, com área superior a cem hectares, ressalvado o disposto no art. 49, XVII, da Constituição Federal”.

Saliente-se que a ressalva apresentada, diz respeito as áreas superiores a 2500 hectares, cuja autorização, vem a ser da competência exclusiva do Congresso Nacional.

CC



Há de se observar que a área do imóvel, objeto da regularização Dominial, em nome do requerente, ou seja, 287,1786 há., ultrapassou o limite máximo estabelecido pela Constituição Estadual, razão pela qual, necessário se fez a autorização expressa do Poder Legislativo.

Manifestou-se também a assessoria da SEMA/Parecer nº 010/04, entendendo que apesar do imóvel, objeto da regularização, agora pretendida possuir uma área pequena, uma vez que a área anteriormente regularizada em favor do mesmo requerente foi autorizada pelo Poder Legislativo, necessário se faz agora, o encaminhamento do presente à aprovação da Assembléia Legislativa.

Isto posto, opinamos pelo encaminhamento do processo à consideração do Senhor Governador do Estado, que no uso de suas atribuições, se assim entender, poderá submeter o presente pedido à Assembléia Legislativa, a quem compete aprovar previamente, ante o preceituado no artigo 54, inciso XXX da Carta Magna Estadual.

CTJ, em 06 de julho de 2004.


Andréa Maria de Lara Cordeiro
Assessora Técnica

emsp

2.H.
1- Visto
2- Ao Chefe da Casa Civil
Em 08 JUL 2004
ELUANLSNÉGE
Coordenadora Técnica Jurídica

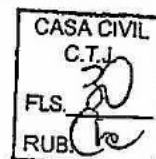


Instituto de Terras
Cartografia e Geociências

Curitiba, 17 de julho de 2007
Ofício nº 150/2007 - ITC/GP



GOVERNO DO
PARANÁ



Senhor Secretário Chefe da Casa Civil:

Tendo em vista a necessidade de atualização das ocupações sobre os imóveis objetivados nos protocolados, abaixo relacionados, face a ocorrência de transferências e óbitos de seus titulares, a época, solicitamos a Vossa Excelência sua devolução a este Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG:

PROTOCOLO	INTERESSADO
5.604.671-2	Nelson Piovesan
5.726.328-8	Gilson de Jesus Conrado
3.488.799-3	Nelson Canhetti Postigo

6.000.000.000

Por sua atenção e colaboração, antecipadamente agradecemos.

JOSE ANTONIO PERES GEDIEL

Diretor Presidente do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências

Excelentíssimo Senhor

RAFAEL IATAURO

Secretário Chefe da Casa

CURITIBA - PR



ESTADO DO PARANÁ

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA

Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - IT

Escritório de :



LAUDO DE VISTORIA

01 - DADOS PESSOAIS DO OCUPANTE DO IMÓVEL

Nome: NELSON PIOVESAN
Apelido:
Filiação: Pai: AVELINO PIOVESAN
Mãe: ORLANDA FILIBINI
Local de Nascimento: PIRAQUARA - SP Data do Nasc.: 22.07.1939
Estado Civil: CASADO Nº de Filhos: 04
Certidão Casamento: Local: N.º Livro: Fls.:
Qual o Regime: Profissão:
Carteira de Identidade N.º: 7772203/SP CNPJ/CIC: 317.920.228-91
Certidão Nasc.: Local: N.º Livro: Fls.:
Exerce função pública: Não () Sim (X) Qual? VERGA BOT
Onde:
Reside no lote: SIM () ou Não (X)
End.:
CEP: Município: UF:
Tel.: Celular:

01-01 - DADOS DO CÔNJUGE:

Nome:
Filiação: Pai:
Mãe:
RG N.º: CIC/CPF:
Certidão Nasc.: Local: N.º Livro: Fls.:

02 - CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

Denominação do Imóvel (antigas e atuais, n.º Lote): Lote 133 - GUARA 15
Localidade: CACHOEIRINHA Distrito:
Município: BOA VENTURA DE SÃO ROQUE Comarca: PITANGA
Área do Imóvel (em ha): 2.5350 (em m²): INCRA:
Descrever localização e coordenadas (UTM):

03 - DA OCUPAÇÃO

É ocupante primitivo? Sim () Não (X)
Como ocorreu a transmissão: compra Tempo de ocupação: 20 (anos) 08 (meses)
Nome do Transmittente: SEBASTIAO SOARES DE NASCIMENTO
Explora diretamente o imóvel: Sim (X) Não ()
Nome do Preposto:
N.º de pessoas que residem no Imóvel: 0

() Doc. de domínio: Matrícula ou Transcrição. () Doc. de Possê: Contratos Part. Cessões de direitos

Tab. 01 Condição de Posse

1 - Proprietário

2 - Posseiro

Tab.01 ()

ha Tab.01 ()

ha Tab.01 ()

ha Tab.01 ()

Atividades agropecuárias desenvolvidas anteriormente:

Local
 Situação: Proprietário () Empregado () Arrendatário () Parceiro ()

Condição: Proprietário () Empregado () Attendatario () Parcelo ()

[illegible]

07 - UTILIZAÇÃO DO IMÓVEL		
Especificação	Hectares	%
Culturas permanentes	1.9012	75
Culturas temporárias		
Pastagens	0.6338	25
Campos		
Matas		
Capoeiras		
Reflorestamento		
Reserva legal		
Reserva permanente		
Outros		

08 - AVALIAÇÃO DO IMÓVEL

Preço Médio da região R\$ / ha

Plano: %

Levemente Ondulado: %

Topografia: Ondulado: %

Acidentado: %

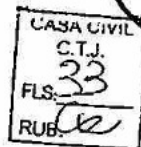
Alagadiço: %

Pedreira: %

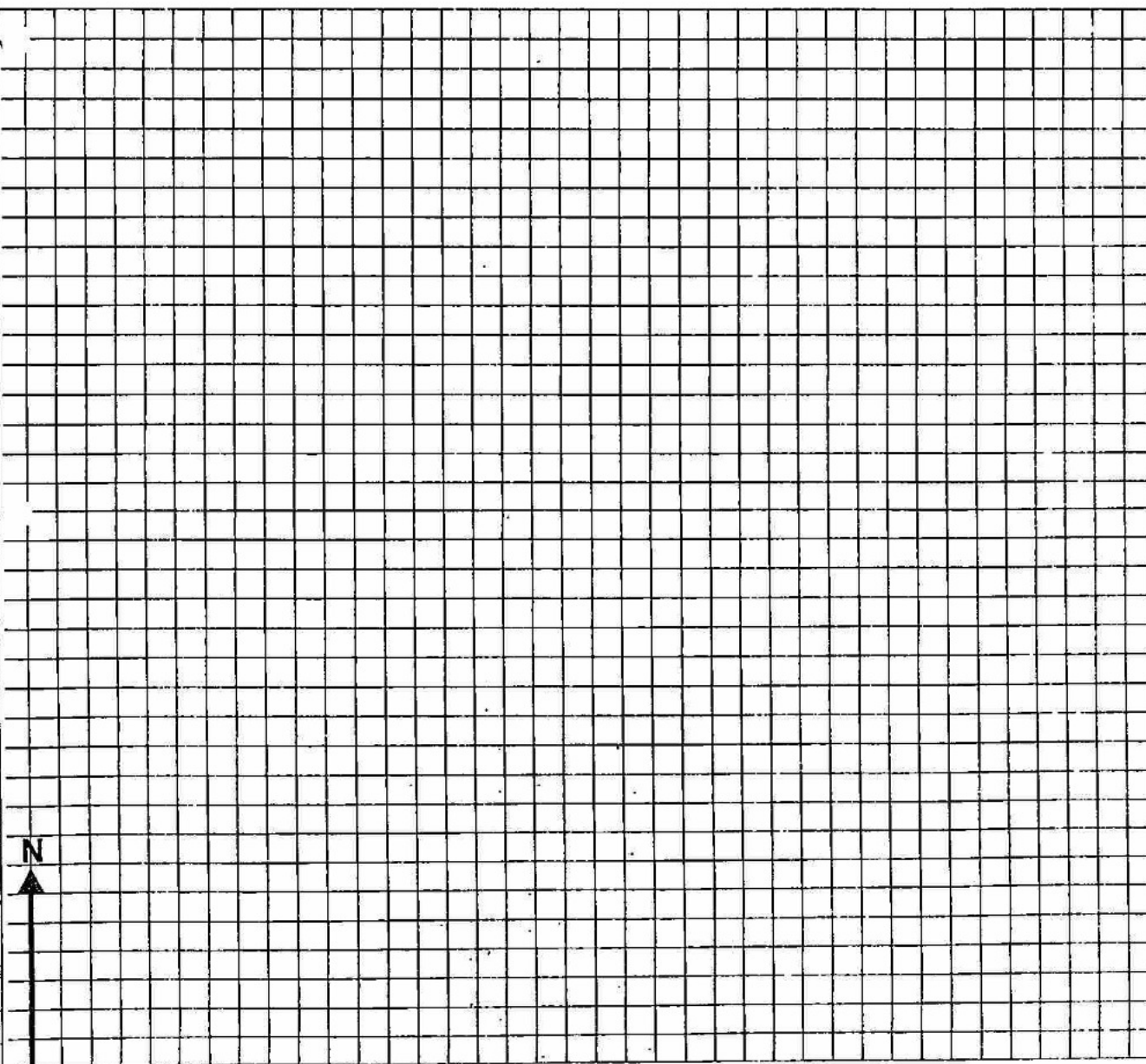
CONSERVAÇÃO DO SOLO:

Erosão: Não apresenta () Apresenta pouco () Acentuada ()

Conservação: Curva de Nível () Terraço ()



09 - CROQUI



Assinalar no croqui os confrontantes, existência dos rios, riachos, sede da propriedade, área de reserva

10 - OBSERVAÇÕES

As declarações constantes do presente
Laudo de Vistoria são verdadeiras e
as fotos e cópias de documentos anexados.

[Assinatura]

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pag. 288

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pag. 288

11 - ASSINATURA
DO
OCUPANTE

Data: 02/08/2007

Assinatura: Nelson Pivon

12 - TESTEMUNHAS

1º

Assinatura:

Nome:

2º

Assinatura:

Nome:

13 - Afirmando haver transcrito com fidelidade as declarações que me foram prestadas para o preenchimento do presente LAUDO DE VISTORIA.

Local: Boa Ventura de São Roque

Data: 02/08/2007

Assinatura: *[Assinatura]*

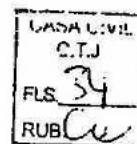
Nome: Nelson T. Pivon

14 - De acordo em / /

15 - Visto em / /



PROTOCOLO Nº 5.604.671 - 2 - NELSON PIOVESAN



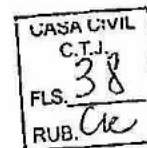
Sr. Diretor.

Atualizado o Laudo de Vistoria aqui tratado, sugerimos que o presente venha ser devolvido a Assessoria Jurídica da Casa Civil, para trâmite nos termos do Art. 54, inciso XXX, da Constituição Estadual.

DITER/REG. FUN., em, 25 de setembro de 2007

fls. 34
Roberto Alfredo Gomes
Setor de Regularização Fundiária

Rua Desembargador Motta, 3384 - Mercês
80430-200 - Curitiba - Paraná - Brasil
Fone: (41) 3304.7781 e (41) 3304.7731/ Fax: 41 304 7804
e-mail: sema@pr.gov.br




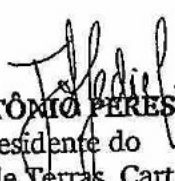
Curitiba, 02 de outubro de 2007
Ofício nº 233/2007 – ITC/GP

Senhor Secretário:

Encaminhamos o protocolo 5.604.671-2 à Vossa Excelência, em virtude do Parecer da Assessoria Jurídica desta Secretaria ter recomendado: : “Isto posto, opinamos pelo encaminhamento do processo à consideração do Senhor Governador do Estado, que no uso de suas atribuições, se assim entender, poderá submeter o presente pedido à Assembléia Legislativa, a quem compete aprovar previamente, ante o preceituado no artigo 54, inciso XXX da Carta Magna Estadual”.

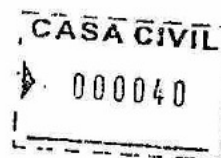
Atenciosamente,


LINDSLEY DA SILVA RASCA RODRIGUES
Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos


JOSÉ ANTÔNIO PERES GEDIEL
Diretor Presidente do
Instituto de Terras, Cartografia e Geociências

Ao Senhor
RAFAEL IATAURO
Chefe da Casa Civil
Curitiba - PR

Rua Desembargador Motta, 3384 - Mercês
80430-200 - Curitiba - Paraná - Brasil
Fone: 41 33047831 / Fax: 41 33047714
e-mail: iteg@iteg.pr.gov.br



PROTOCOLO N.º: 5.604.671-2

INTERESSADAS:

1. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA;
2. Nelson Piovesan

PARECER N.º: 4400/2007 – C.T.J – C.C

EMENTA: AUTORIZAÇÃO PARA REGULARIZAÇÃO DOMINIAL, EM NOME DE NELSON PIOVESAN, DO LOTE Nº 133, DA GLEBA 15, COM 2,5350 HÁ, PERTENCENTE AO IMÓVEL DENOMINADO COLÔNIA BOA VENTURA, SITUADA NO MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DO SÃO ROQUE, COMARCA DE PITANGA – PR. POSSIBILIDADE ART. 54, INCISO XXX DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ.

O Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos encaminha à consideração do Senhor Governador, através do Chefe da Casa Civil (Ofício nº 233/2007 – ITC/GP), para posterior encaminhamento à Assembléia Legislativa, o presente protocolado, o qual trata de pedido formulado pelo Senhor Nelson Piovesan referente à regularização dominial, em seu favor, do Lote nº 133, da Gleba 15, com 2,5350 há, pertencente ao Imóvel denominado Colônia Boa Ventura, situada no Município de Boa Ventura de São Roque, Comarca de Pitanga - Pr.

Ressalta-se que o requerente já obteve a titularização do Lote nº 125, da Gleba 15, com área de 287,1786 há, sendo assim, conforme Parecer nº 010/2004 da Assessoria Jurídica da SEMA, apesar do imóvel, objeto da presente, possuir uma área pequena, constata-se que a área anteriormente regularizada (287,1786 hectares), em favor do requerente é superior ao estabelecido ao art. 54, inc. XXX, da Constituição do Estado, fazendo-se necessário, então, o encaminhamento deste pedido à aprovação da Assembléia Legislativa.

Destaca-se o disposto pelo artigo 54, inciso XXX, da Constituição Estadual, nos seguintes termos:

*Art. 54. Compete, privativamente à Assembléia Legislativa:



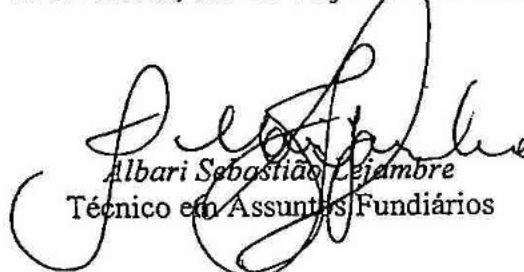
INFORMAÇÃO Nº 254

PROTOCOLO Nº. 5.604.671 – 2 – SID – NELSON PIOVESAN

Senhor Diretor,

- Encontra-se o presente em condições de ser encaminhado novamente à Casa Civil, para os devidos fins, ou seja, elaboração de nova Mensagem à Assembléia Legislativa, visando obter Autorização para Alienação do lote aqui objetivado.*

ITC/ DITER, em 12 de junho de 2013


Albari Sebastião Lejambre
Técnico em Assuntos Fundiários



INF. Nº0284/2013

Prot.: Nº.05.604.671-2 _ SID_ NELSON PIOVESAN

Data: 11/12/2003.

Ao Senhor Diretor Presidente, após análise do presente, solicitamos novamente o encaminhamento do protocolo em questão à Casa Cível, para elaboração de nova mensagem à Assembléia Legislativa, para aprovar previamente nos Termos do Artigo 54, Inciso XXX da Constituição Estadual.


Diretor de Terras em 25/06/2013,
Roberto Alfredo Gomes

Ofício nº 180/2013 GP

Curitiba, 09 de julho de 2013.


Excelentíssimo Senhor,

O Instituto de Terras, Cartografia e Geociências-ITCG, em cumprimento a Legislação de Terras, consoante o Art. 54 inciso XXX da Constituição Estadual, vem encaminhar o protocolo nº 5.604.671-2, devidamente instruído pelo ITCG, para ser submetido ao parecer da Coordenadoria Jurídica da Administração Pública, com encaminhamento para apreciação do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Carlos Alberto Richa.

Após análise e consideração, e diante da conveniência, deliberará pela elaboração de mensagem à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná para fins de Autorização da Regularização Dominial da Área.

Contando com especial atenção de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente e coloco-me a disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,



Amilcar Cavalcante Cabral
Diretor-Presidente do Instituto de
Terras, Cartografia e Geociências

Ao Excelentíssimo Senhor
JULIO CEZAR ZEM CARDOZO
Procurador-Geral do Estado
Curitiba-PR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria Legislativa – Centro de Apoio Legislativo



PROTOCOLO: 10.887/2013-DAP

INTERESSADO: DIRETORIA LEGISLATIVA

PARA: PROCURADORIA-GERAL

ASSUNTO: CONSULTA



Consulta

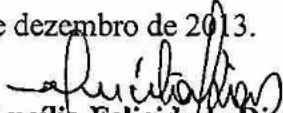
Trata-se de Mensagem nº 205/2013, oriunda do Poder Executivo do Estado, com o intuito de formular proposição para aprovação de Decreto Legislativo, por esta Casa, a fim de que, nos termos do artigo 54, XXX, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo a alienar o Lote 133, Gleba 15, do imóvel denominado Colônia Boa Ventura, com área de 2,5350 ha, localizado no Município de Boa Ventura de São Roque, Comarca de Pitanga.


Ademais, deve ser analisada a viabilidade de alienação através de decreto legislativo, tendo em vista que a previsão do inciso XXX, do artigo 54 da Constituição Estadual traz a necessidade de aprovação prévia da Assembleia para alienação com área superior a cem hectares.

Por fim, deve ser observado se no caso em comento pode haver dispensa de licitação, a teor do disposto na Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, uma vez, não se referindo a nenhuma das hipóteses excepcionais contempladas nos arts. 24 e 25 desta Lei, a regra geral estabelecida pelo art. 37, XXI, da CF é a da necessidade de procedimento licitatório.

Cabe ressaltar que, segundo a mensagem, o imóvel será alienado a Nelson Piovesan.

Diretoria Legislativa, 16 de dezembro de 2013.


Lucília Felicidade Dias
Diretoria Legislativa

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PARANÁ
PROTOCOLO Nº 14810
EM 16/12/13
 FUNCIONÁRIO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

PROCURADORIA



Protocolo n.º 14810/2013.

Interessado: Diretoria Legislativa.

Assunto: Consulta.



Distribuo ao Advogado Guilherme Brenner Lucchesi para
análise e manifestação.

Curitiba, 17 de dezembro de 2013.

Pedro de Noronha da Costa Bispo
Procurador do Estado / ALEP



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

PROCURADORIA



Protocolo n.º 14.810/2013 (Protocolo n.º 10.887/2013-DAP)

Interessada: Diretoria Legislativa

Assunto: Regularização Fundiária – Mensagem n.º 205/2013

Parecer n.º 414 /2013

EMENTA: CONSTITUCIONAL. Alienação de terras públicas. Atribuição exclusiva do Poder Legislativo. Imóveis com área total superior a 100 (cem) hectares. Possibilidade de autorização exclusivamente por meio de Decreto Legislativo. Terras devolutas. Impossibilidade de regularização fundiária por meio de legitimação de posse. Incorporação ao patrimônio do Instituto de Terras e Cartografia. Possibilidade de autorização da alienação mediante venda, preferencialmente aos possuidores.

Sr. Procurador-Geral,

I – DA CONSULTA

Trata-se de expediente encaminhado pela Diretoria Legislativa desta Casa de Leis a esta Procuradoria-Geral a fim de que exare manifestação preliminar acerca da Mensagem n.º 205/2013 do Poder Executivo, referente a regularização fundiária.

É o que passo a analisar.

II – DA COMPETÊNCIA DO PODER LEGISLATIVO PARA AUTORIZAR A ALIENAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS

Diz o artigo 49, inciso XVII, da Constituição da República que é da competência exclusiva do Poder Legislativo:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

PROCURADORIA



Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

[...]

XVII – aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares;

No mesmo sentido, o artigo 188, § 1.º, da Carta Magna federal estabelece que:

Art. 188. A destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária.

§ 1º. A alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional.

Por simetria, a Constituição do Estado do Paraná, no artigo 53, incisos XIII e XIV, estabelece que:

Art. 53. Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no art. 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

[...]

XIII – bens do domínio público;

XIV – aquisição onerosa e alienação de bens imóveis do Estado;

Art. 54. Compete, privativamente, à Assembleia Legislativa:

[...]

XXX – aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas, com área superior a 100 (cem) hectares, ressalvado o disposto no art. 49, XVII, da Constituição Federal;

Desta forma, caso a área das terras ultrapasse cem hectares, em se tratando a autorização de alienação atribuição privativa da Assembleia Legislativa, é dispensável a sanção governamental, sendo a autorização legislativa concedida por meio de Decreto Legislativo¹.

¹ Vide arts. 121, § 3.º, X, e 122 do Regimento Interno da ALEP: "**Art. 121.** A Assembleia exerce a sua função Legislativa por via de Projetos de Lei, de Resoluções ou de Decretos Legislativos. [...] § 3.º Os projetos de Decreto Legislativo destinam-se a regulamentar as matérias de competência, exclusiva (leia-se privativa) da Assembleia, que não estejam definidas como matéria de projeto de resolução tais como: [...] X - dar autorização para matérias que exigem a manifestação da Assembleia Legislativa, em obediência aos preceitos constitucionais e legais."



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

PROCURADORIA



Em conclusão e do cotejamento dos dispositivos da Constituição da República, da Constituição Estadual e do Regimento Interno da ALEP, tem-se, no ordenamento jurídico vigente, nacional e estadual, que é da competência do Congresso Nacional e, por simetria, da Assembleia Legislativa, apreciar e votar a Mensagem Governamental e, se aprovada, autorizar a alienação das terras especificadas na proposta por meio de Decreto Legislativo.

Analisando-se especificamente a mensagem encaminhada pelo Governador do Estado do Paraná a esta Casa de Leis, verifica-se que, embora o lote tenha área inferior a 100 hectares (2,5350 ha), o possuidor já obteve a titularização de área correspondente a 287,1786 ha, devendo sua situação dominial ser regularizada.

Considerando-se o disposto na Lei Estadual n.º 7.055/1978-PR, **deve-se considerar a soma dos imóveis para fins de alienação**. Desta forma, nos termos do artigo 54, inciso XXX, da Constituição do Estado do Paraná, eventual autorização de alienação deve ser feita por meio de **Decreto Legislativo**.

III – DESCARACTERIZAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA – ÁREA SUPERIOR A 100 HECTARES – PREFERÊNCIA DE VENDA PARA OS POSSUIDORES DA ÁREA – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Em que pese a previsão de alienação de área superior 100 hectares por meio de Decreto Legislativo, nos termos da legislação estadual e federal, tal alienação não pode constituir regularização fundiária de terras devolutas, por meio de legitimação de posse. Neste sentido, veja o disposto nos artigos 22 e 28 da Lei Estadual n.º 7.055/1978-PR², e no artigo 29 da Lei Federal n.º 6.383/1976³:

"Art.122. A resolução e o decreto legislativo serão promulgados pelo Presidente da Assembleia Legislativa dentro de quarenta e oito horas da sua aprovação, sendo que se este não o fizer, o 1º Vice-Presidente fá-lo-á, em igual prazo."

² Art. 22. As terras devolutas só poderão ser transferidas a título legitimação de posse.

[...]

Art. 28. O possuidor de terras devolutas, que as tenha tomado produtivas com o seu trabalho e o de sua família, nelas mantendo morada permanente por cinco (5) anos ininterruptos, poderá adquirir o domínio de área contínua até cem (100) hectares, mediante legitimação de posse.

³ Art. 29. O ocupante de terras públicas, que as tenha tornado produtivas com o seu trabalho e o de sua família, fará jus à legitimação da posse de área contínua até 100 (cem) hectares.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

PROCURADORIA



Desta forma, é necessário se proceder à incorporação ao patrimônio do Instituto de Terras e Cartografia, nos termos do artigo 27 da Lei Estadual n.º 7.055/1978-PR⁴. Posteriormente à incorporação, tais terras somente poderão ser destinadas à pesquisa ou fomento (art. 33, I), à constituição de reservas florestais, a cargo do Estado (art. 33, II), ou à venda aos que se dedicam à atividade agrícola ou pastoril (art. 33, III).

Atente-se que, em caso de venda, os possuidores da área (nos termos do artigo 16, inciso III, da Lei Estadual⁵) terão preferência aos demais na sua aquisição, conforme previsto no artigo 34, inciso I, da Lei Estadual n.º 7.055/1978-PR:

Art. 34. Na venda, obedecida a seguinte ordem será dada preferência:

- I – aos que ocupam o imóvel nos termos de artigo 16, inciso III;
- II – aos agricultores cujos imóveis rurais sejam comprovadamente insuficientes para o sustento próprio e o de sua família;
- III – aos que se venham dedicando, há mais de três (3) anos, à atividade agrícola, na qualidade de arrendatários parceiros ou assalariados;
- IV – aos que forem membros de cooperativa ou sociedade de agricultores.

Note-se que tal venda se sujeita às condições resolutivas previstas no artigo 35 daquela Lei Estadual:

desde que preencha os seguintes requisitos: I – não seja proprietário de imóvel rural; II – comprove a morada permanente e cultura efetiva, pelo prazo mínimo de 1 (um) ano.

§ 1.º A legitimação da posse de que trata o presente artigo consistirá no fornecimento de uma Licença de Ocupação, pelo prazo mínimo de mais 4 (quatro) anos, findo o qual o ocupante terá a preferência para aquisição do lote, pelo valor histórico da terra nua, satisfeitos os requisitos de morada permanente e cultura efetiva e comprovada a sua capacidade para desenvolver a área ocupada.

§ 2.º Aos portadores de Licenças de Ocupação, concedidas na forma da legislação anterior, será assegurada a preferência para aquisição de área até 100 (cem) hectares, nas condições do parágrafo anterior, e, o que exceder esse limite, pelo valor atual da terra nua.

§ 3.º A Licença de Ocupação será intransferível *inter vivos* e inegociável, não podendo ser objeto de penhora e arresto.

⁴ **Art. 27.** As terras devolutas encontradas vagas ou sem condições de serem legitimadas, serão incorporadas ao patrimônio do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná.

⁵ **Art. 16.** Registrada a decisão proferida em processo discriminatório de perímetro em que haja sido apurada a existência de terras devolutas, o ITC vistoriando a área, elaborará laudo circunstanciado de que fará constar: [...] III – o rol dos possuidores que, em caráter preliminar, tenham sido considerados sem condições de legitimar suas posses, com a indicação de nacionalidade, estado civil, residência, extensão aproximada da posse, descrição das divisas, nomes dos confrontantes, natureza das benfeitorias, culturas e criações;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

PROCURADORIA



Art. 35. Os contratos de venda outorgados pelo Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná, ficam subordinados às seguintes condições resolutivas:

- I – conservar o adquirente no mínimo a quarta parte da área do imóvel em mata, ou proceder no prazo de dois (2) anos a reposição na mesma proporção, se houver sido devastada;
- II – pagar o adquirente as prestações na data do vencimento.

Art. 36. Resolvido o contrato pelo inadimplemento de qualquer das condições previstas, restituir-se-ão as partes ao estado anterior, ficando o adquirente obrigado a compor as perdas e danos.

Desta forma, cumprindo o Sr. NELSON PIOVESAN os requisitos do artigo 16, inciso III, da Lei Estadual n.º 7.055/1978, é possível a autorização de alienação, nos termos da Mensagem n.º 205/2013, mediante venda.

Ressalte-se que, mesmo com a autorização legislativa, tal venda somente poderá ocorrer após a realização dos procedimentos para alienação de bens da Administração Pública Estadual, nos termos da Lei Estadual n.º 15.608/2007-PR⁶, à exceção do inciso IV, pois, como os beneficiários da alienação atendem os requisitos legais, não há motivo para se estabelecer um certame, pois detêm preferência na aquisição, sendo inexigível licitação por inviabilidade de competição (art. 33, Lei Estadual n.º 15.608/2007-PR, e art. 25, Lei Federal n.º 8666/1993).

É o parecer que submeto à vossa apreciação.

Curitiba, 17 de dezembro de 2013.

GUILHERME BRENNER LUCCHESI

OAB/PR 50.580

⁶ **Art. 6.º** A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à: I – existência de interesse público devidamente justificado; II – prévia avaliação, visando à definição do preço mínimo; III – autorização legislativa para os bens imóveis, bem como para bens móveis quando envolver alienação de controle societário de economia mista e empresa pública; IV – licitação na modalidade de concorrência ou leilão público, desde que realizado por leiloeiro oficial ou servidor designado pela Administração.

[...]

Art. 7.º Na concorrência para a venda de bens imóveis, a fase de habilitação limitar-se-á à comprovação do recolhimento de quantia correspondente a 5% (cinco por cento) da avaliação.



Assembleia Legislativa do Estado do Pará

PROCURADORIA



Protocolo n.º 14810/2013.

Interessado: Diretoria Legislativa.

Assunto: Consulta – Regularização Fundiária – Mensagem nº 205/2013.



I. Aprovo o Parecer nº 414/2013;

II. Encaminhe-se à Diretoria Legislativa.

Curitiba, 17 de dezembro de 2013.


Luiz Carlos Caldas
Procurador-Geral



PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ
Gabinete Deputado Pedro Lupion
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

PARECER

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 03/2013 de autoria da MESA EXECUTIVA que "*Dispõe sobre a autorização ao Poder Executivo para a alienação de imóveis*"

Relator: DEPUTADO PEDRO LUPION

I - RELATÓRIO

Trata-se de Mensagem de nº 205/2013, oriunda do Poder Executivo que uma vez lida em expediente foi convertida no Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 03/ 2013.

O PDL em análise objetiva autorizar o Poder Executivo a alienar o Lote nº 133, Gleba 15, do imóvel denominado Colônia Boa Ventura, com área de 2,5350 ha, localizado no município de Boa Ventura do São Roque, ao Sr. Nelson Piovesan.

Nos termos da mensagem encaminhada pelo Poder Executivo: "*A presente proposição é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos da legislação federal (Lei Federal nº 8.666/93: dispensa de licitação: Art. 17, inc. I, alíneas "f" e "g") e estadual (Estatuto Estadual de Terras : Lei Estadual nº 7.055/1978: Art. 21 e seguintes) que regulam a*



matéria, assim como, ajustando-se ao referido mandamento contido no Art. 54, inc. XXX e no Art. 156, ambos da Constituição do Estado do Paraná, objetiva a regularização da área ao seu legítimo ocupante que vem explorando-a adequadamente e em conformidade com as exigências legais, de modo a fazer com que se cumpra sua função social” (exceto da mensagem governamental nº 203/2013 – fls. 04).

E ainda, continua:

“[...] [ressalta-se] que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expedientes protocolados sob nº 5.894.656-7-SID, o qual foi objeto de pronunciamento favorável do Instituto das Terras, Cartografias e Geociência, autarquia vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA, e do Núcleo Jurídico junto à Secretaria de Estado de Governo, unidade da Procuradoria Geral do Estado, dele constando, inclusive, laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida.” (exceto da mensagem governamental nº 203/2013 – fls. 04)

Na sequência o PL foi encaminhado a esta Comissão, nos termos regimentais.

É O RELATÓRIO.

II – ANÁLISE E VOTO

Passo para a análise da constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, conforme a competência Regimental desta Comissão (art. 33-A¹, RIALEP).

Consigne-se que a análise ora realizada é de fundamental importância uma vez que se presta exatamente para evitar a introdução no ordenamento jurídico de norma inconstitucional antes que surja um conflito

¹Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.



interindividual e/ou social que a concretize, ou seja, que seja por ela regido, exigindo sua aplicação.

Em relação aos proponentes, inegavelmente, são legítimos para apresentar Projetos de Decretos Legislativos conforme se verifica na Constituição Estadual (art. 65²) e no próprio Regimento Interno desta Casa Legislativa (art. 124³).

Neste ponto, entendo necessário esclarecer que o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná determina em seu artigo 117 que proposição é toda matéria sujeita à deliberação desta Assembleia e consistem em projetos de lei, projetos de resolução, projetos de decreto legislativo, emendas, indicações e requerimentos:

"Art. 117 Proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Assembleia, que será recebida pela Mesa, numerada, datada, despachada às comissões competentes e publicada no Diário da Assembleia e em avulsos, para serem distribuídas aos Deputados, às Lideranças e às comissões.

§ 1º As proposições poderão consistir de projetos de lei, projetos de resolução, projetos de decreto legislativo, emendas, indicações e requerimentos."

Com efeito, o Regimento Interno, ao regulamentar as hipóteses para elaboração do Decreto Legislativo, menciona, em seu art. 121, §3º:

"Art. 121 A Assembleia exerce a sua função Legislativa por via de Projetos de Lei, de Resoluções ou de Decretos Legislativos:

(...)

§ 3º Os projetos de Decreto Legislativo destinam-se a regulamentar as matérias de competência, exclusiva da Assembleia, que não estejam definidas como matéria de projeto de resolução tais como:

(...)

² Art. 65. [CE] A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo meu)

³ Art. 124. [RIALEP] A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo meu)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



X - dar autorização para matérias que exigem a manifestação da Assembleia Legislativa, em obediência aos preceitos constitucionais e legais. "

Em relação à constitucionalidade formal, quanto à técnica legislativa, não há qualquer óbice ao texto do projeto, estando todos de acordo com as normas impostas pela Lei Complementar nº 95, de 26/2/98, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26/4/01.

Sobre a matéria versada no presente PDL, válido mencionar que a limitação de área, para efeito de alienação e concessão de terras públicas, com prévia autorização do Legislativo, é regra que vigora desde a Constituição Federal de 1934, que, no artigo 130, estabelecia, como objeto para cada um desses atos jurídico-administrativos, o limite de dez mil hectares.

A limitação em si fora mantida nas Constituições ulteriores, mas o tamanho da área de terra que, para ser alienada ou concedida, foi alterada.

Atualmente, se verifica no artigo 49, inciso XVII⁴ da Constituição Federal (CF), a determinação de que é competência exclusiva do Poder Legislativo aprovar previamente a alienação ou a concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares. De mesma sorte, o artigo 188, §1º⁵ da CF, vem no mesmo sentido do mencionado dispositivo, ao exigir a aprovação prévia do Congresso Nacional, para se efetivar a concessão ou alienação de terras públicas.

Outrossim, considerando o princípio da simetria, a Constituição do Estado do Paraná estabelece como competência privativa do Poder

⁴ Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional: [...]XVII - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.

⁵ Art. 188. A destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária. § 1º - A alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional.



Legislativo a aprovação prévia para alienação ou concessão de terras públicas, desde que a doação pretendida ultrapasse cem (100) hectares, conforme se depreende do artigo 54, inciso XXX, *in verbis*:

Art. 54. Compete, privativamente, à Assembleia Legislativa:

(...)

XXX - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas, com área superior a 100 (cem) hectares, ressalvado o disposto no art. 49, XVII, da Constituição Federal;

Do mencionado dispositivo decorre, sem grande esforço hermenêutico, que as alienações ou concessões de terras públicas com áreas superiores aos limites constitucionais (100 hectares) impõem necessidade de autorização prévia do Poder Legislativo, e por consequência são evitadas do vício de inconstitucionalidade, quando não lhes preceda a indispensável autorização.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Ainda, com relação a alienação do imóvel deve ser observado no caso em apreço que houve a lavratura de uma escritura pública de cessão e transferência de direitos possessórios (fls. 31/33), datada de 1988 (26 anos) e neste sentindo não se pode negar que tal documento gerou de certa forma nos então outorgados a segurança jurídica da posse do imóvel.

Ora, assim como no direito alemão, francês, espanhol e italiano, o ordenamento brasileiro revela, na expressão de sua unidade sistemática, e, na sua aplicação, vem reverenciando os princípios ou subprincípios conexos da segurança jurídica e da proteção da confiança, sob a compreensão de que nem sempre se assentam, exclusivamente, na observância da pura



legalidade ou das regras *strictu sensu*. Isto significa que situações de fato, quando perdurarem por largo tempo, sobretudo se oriundas de atos administrativos, que guardam presunção e aparência de legitimidade (a exemplo da escritura pública), devem estimadas com cautela quanto à regularidade e eficácia jurídicas, até porque, enquanto a segurança é fundamento quase axiomático, perceptível do ângulo geral e abstrato, a confiança, que diz com a subjetividade, só é passível de avaliação perante a concretude das circunstâncias.

A fonte do princípio da proteção da confiança está, na boa-fé do particular, como norma de conduta, e, em consequência, na ratio iuris da coibição do venire contra factum proprium, tudo o que implica vinculação jurídico da Administração Pública às suas próprias práticas, ainda quando ilegais na origem. O Estado de Direito é sobretudo Estado de confiança. (excerto STF - ACO 79, Rel. Min. Cezar Peluso, julgamento em 15-3-2012, Plenário, DJE de 28-5-2012.)

E a boa-fé e a confiança dão novo alcance e significado ao princípio tradicional da segurança jurídica, em contexto que, faz muito, abrange, em especial, as posturas e os atos administrativos, relevando a importância decisiva da ponderação dos valores da legalidade e da segurança, como critério epistemológico e hermenêutico destinado a realizar, historicamente, a ideia suprema da justiça.

Por fim, não existe restrições para a aprovação da autorização legislativa pretendida neste PDL ressaltando tão somente, que a alienação, por óbvio, deverá obedecer aos procedimentos previstos na legislação aplicável a espécie.

Diante do exposto, não se vislumbra qualquer óbice para a aprovação do presente PDL em sede desta Comissão de Constituição e Justiça.

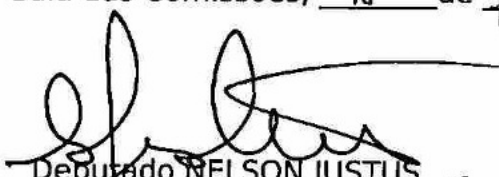
É O VOTO.

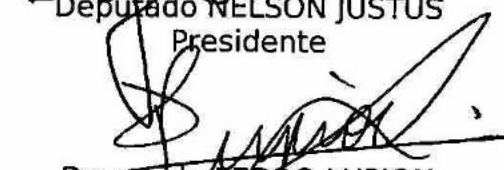


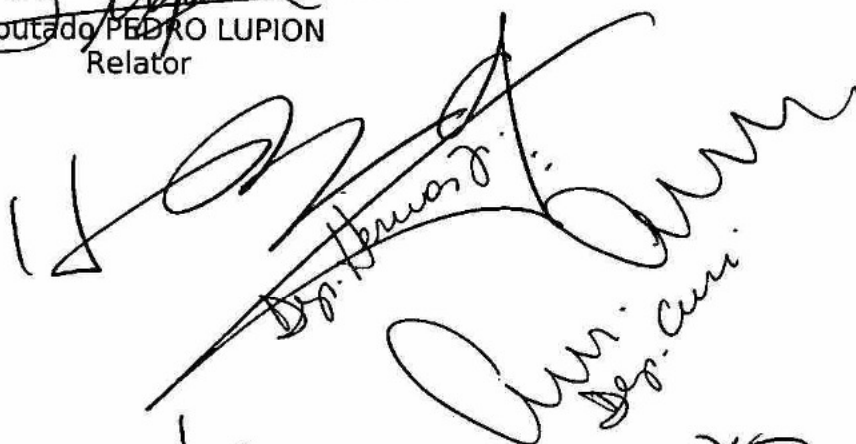
III - CONCLUSÃO

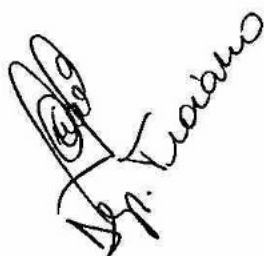
Por todo o exposto, entendo pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Decreto Legislativo nº 03/2013, de autoria da Mesa Executiva.

Sala das Comissões, 18 de fevereiro de 2014


Deputado NELSON JUSTUS
Presidente


Deputado PEDRO LUPION
Relator


Dep. Henrique


Dep. Luciano


Dep. Lúcio


Dep. Pastor

VOTO
CONTRARIO
AO PARECER
Deps
Tadeu Jeneri
Reisles mello

APROVADO

18-02-14



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 03/13

RELATÓRIO

A Mensagem nº 205/13, de autoria do Poder Executivo, foi transformada em Projeto de Decreto Legislativo nº 03/13, de autoria dos Deputados Plauto Miró e Valdir Rossoni, que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG, órgão vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA, a alienar a Nelson Piovesan, o Lote nº 133, Gleba 15, do imóvel denominado Colônia Boa Ventura, com área de 2,5350 ha, localizado no Município de Boa Ventura do São Roque, Comarca de Pitanga, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Preliminarmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Pedro Lupion exarou o devido parecer favorável.

Procedida à análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta, encontra amparo legal quanto ao processo legislativo, no art. 54, inciso XXX, da Constituição Estadual, quando se trata de área superior a 100 (cem) hectares. Observe-se ainda que, embora a área do imóvel seja inferior a 100 (cem) hectares, o seu ocupante, já adquiriu terras em outra oportunidade, que somadas, ultrapassam o limite estabelecido constitucionalmente. Sendo assim a necessidade de buscar a aprovação da Assembleia Legislativa.

De igual modo, a Constituição Estadual em seu Art. 10, dispõe sobre a alienação dos bens imóveis do Estado, especialmente, a título oneroso, com autorização prévia.

Constata-se ainda que, o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através do protocolado nº 5.894.656-7/SID, e que opte o pronunciamento favorável

Frederico



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências, autarquia vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA, inclusive com laudo técnico de vistoria e demais documentos que fundamentam a medida.

CONCLUSÃO


Portanto, esta Comissão de Finanças, manifesta-se pelo parecer FAVORÁVEL ao Projeto de Decreto Legislativo nº 03/13.


É o parecer.


Sala das Comissões, 12/03/14



DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO ROBERTO ACIOLLI
RELATOR

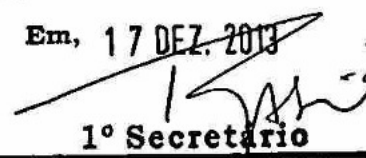

Dep. Wilson


Dep. Dohren


Dep. Enio


Dep. Rogério

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO nº 4 /2013


LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.
Em, 17 DEZ. 2013

1º Secretário

Dispõe sobre a autorização ao Poder Executivo para a alienação de imóveis.

Art. 1º Fica o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG, autorizado, nos termos do art. 54, inciso XXX, da Constituição Estadual, a alienar a Nelson Busato dos Santos, o Lote nº 102, Gleba 04, do imóvel denominado Colônia Paranavaí, com área de 13,40 ha, localizado no Município de Amaporã, Comarca de Paranavaí, nos termos da Mensagem nº 200, de 11 de setembro de 2013, do Chefe do Poder Executivo, lida no expediente da Assembleia Legislativa de 16 de dezembro de 2013, na forma de Anexo I.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 17 de dezembro de 2013.


Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente


Deputado PLAUTO MIRÓ
1º Secretário



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria Legislativa – Centro de Apoio Legislativo



JUSTIFICATIVA

Justifica-se a presente proposição nos termos da Mensagem nº 200, de 11 de setembro de 2013, do Chefe do Poder Executivo, lida no expediente da Assembleia Legislativa de 16 de dezembro de 2013, bem como do Parecer nº 418/2013, da Procuradoria desta Assembleia, que é parte integrante do Protocolo nº 14.814, de 16 de dezembro de 2013, em anexo.

Sala das Sessões, 17 de dezembro de 2013.

MENSAGEM
Nº 200/2013.

Curitiba, em 11 de setembro de 2013.



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 1.6 DEZ. 2013

[Assinatura]
1º Secretário

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em, 16/12/2013.

[Assinatura]
Presidente

PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

SGP

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa Assembleia Legislativa promulgue Decreto Legislativo, conforme Art. 54, inciso XXX, da Constituição Estadual, permitindo o Poder Executivo a, através do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG, órgão vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, alienar a Nelson Busato dos Santos, o Lote 102, Gleba 04, do imóvel denominado Colônia Paranaíba, com área de 13,40 ha., localizado no Município de Amaporã, Comarca de Paranaíba.

Cabe esclarecer que, embora a área do imóvel seja inferior a 100 (cem) hectares, o seu ocupante, em anterior oportunidade, adquiriu terras que, somadas, ultrapassam o limite estabelecido no mencionado dispositivo constitucional.

A presente proposição é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos de legislação federal (Lei Federal nº 8.666/93: dispensa de licitação: Art. 17, Inc. I, alíneas "f" e "g") e estadual (Estatuto Estadual de Terras: Lei Estadual nº 7.055/1978: Art. 21 e seguintes) que regulam a matéria, assim como, ajustando-se ao referido mandamento contido no Art. 54, inc. XXX, e no Art. 156, ambos da Constituição do Estado do Paraná, objetiva a regularização da área ao seu legítimo ocupante que vem explorando-a adequadamente e em conformidade com as exigências legais, de modo a fazer com que se cumpra sua função social.

Ainda, vale ressaltar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expediente protocolado sob nº 5.894.656-7-SID, o qual foi objeto de pronunciamento favorável do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências, autarquia vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, e do Núcleo Jurídico junto à Secretaria de Estado de Governo, unidade da Procuradoria Geral do Estado, dele constando, inclusive, laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida.

Para melhor justificar a conveniência e oportunidade da proposta e no sentido de bem instruir e esclarecer quanto aos aspectos técnicos e jurídicos de que se reveste, é feita anexação de cópia das principais peças do processo.

Certo de que a proposta merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

[Assinatura]
CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 5.894.656-7



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO INSTITUTO AMBIENTAL DO
PARANÁ**

SISTEMA INTEGRADO DE DOCUMENTOS

IAP/ERPVI NUM. 5.894.656-7

DATA- 02 FFV 2004

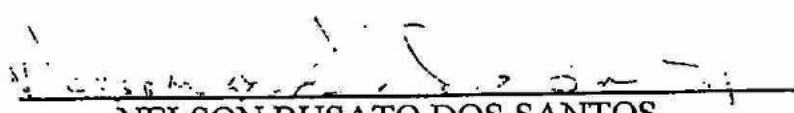
HORA-

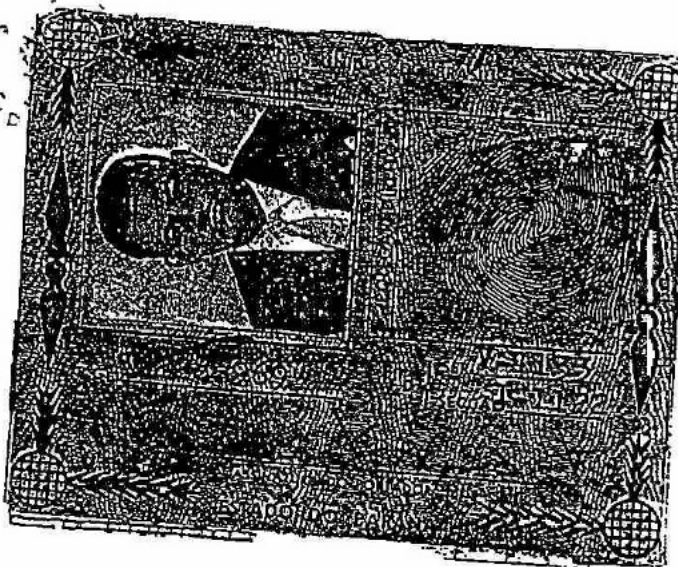


NELSON BUSATO DOS SANTOS, brasileiro, casado, agricultor, capaz, portador da C.I.R.G. nº 228.969-SSP-PR, e do CPF:- 138.926.069.00, com endereço à Rua 7 de Setembro, centro, Amaporã-PR, REQUER de Vossa Excelência a EXPEDIÇÃO do Título de Propriedade para fins de regularização da documentação do lote de terras nº 102, da Gleba nº 4, da Colônia Paranavaí, neste Município de Amaporã-PR, cujo imóvel foi adquirido em 17 de março de 1964, da Senhora MARIA DAMACENO FERREIRA, cuja documentação comprobatória, segue anexo. Também anexamos para comprovação as guias de recolhimento efetuadas junto ao Instituto de Terras e Cartografias, para fins de medição, na época.

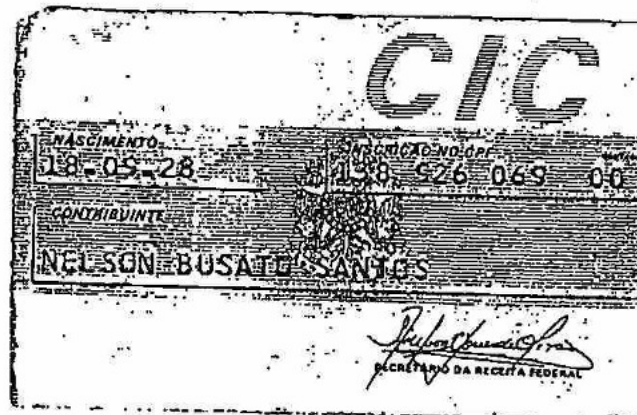
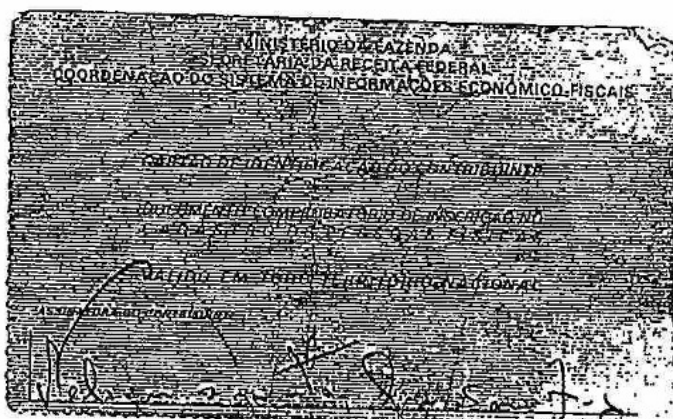
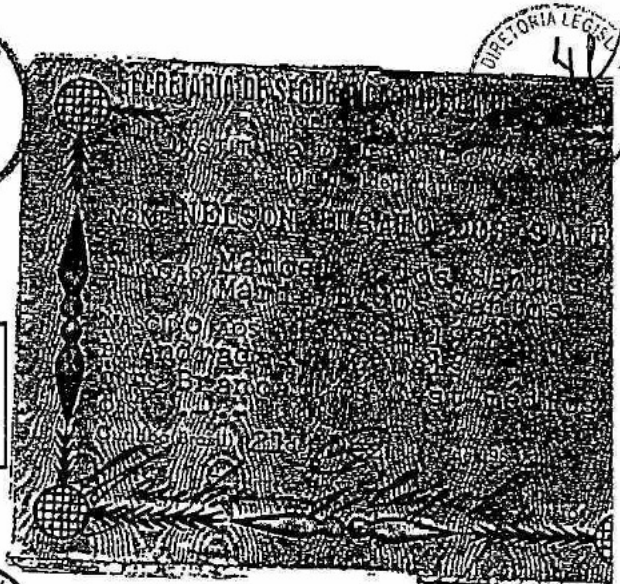
Nestes termos,
Pede deferimento.

Amaporã-PR, 30 de janeiro de 2004.



NELSON BUSATO DOS SANTOS



CASA CIVIL
C.T.J.
FLS. 03
RUB. 67



CEDULA DE IDENTIDADE



POLEGAT DIREITO

Celia Pupo Machado dos Santos

ASSINATURA DO PORTADOR

VALIDA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

REGISTRO DE MATRIMÔNIO

3.117/941/8

NOME: **CELIA PUPO MACHADO DOS SANTOS**

FILIAÇÃO: **RUBENS CRUZ MACHADO**

MARIA ADELAIDE PUPO MACHADO

DATA DO NASCIMENTO: **22/01/1935**

CURITIBA - PARANÁ

14/08/1982

VALIDA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 076

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

CELIA PUPO MACHADO DOS SANTOS

Inscrição: **015134719-02**

Data do Nascimento: **22/01/35**



C.T.J.
FLS. 04
RUB. 02

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 51

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

Assinatura: *Celia Pupo Machado dos Santos*

CELIA PUPO MACHADO DOS SANTOS

S
E
R
V
I
C
I
O

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 29/11/9



República Federativa do Brasil



MUNICIPIO DE PARANAVAL — COMARCA DE PARANAVAL
ESTADO DO PARANÁ

CASA CIVIL
C.T.J.
FLS. 05
RUB. 50

REGISTRO CIVIL Abílio Nagibe Neme

Oficial do Registro Civil de Casamentos, Nascimentos e Óbitos

Mariluz Menezes Neme
Escriventa Juramentada

Fernando César Menezes Nagib Neme
Escrivento Juramentado

CASAMENTO N.º - 2.628-

foi lavrado hoje, o assento do matrimônio de = NELSON BUSATO DOS SANTOS =
= CÉLIA PUPO MACHADO =
perante o Dr. Sinval Reis -
Ele, nascido em Andradas, Estado de Minas Gerais -
aos 17- de setembro- de 19 28- profissão farmacêutico -
domiciliado e residente em distrito de Jurema Pr.- filho de -
= MANOEL ALVES DOS SANTOS = nascido Est. Minas Gerais-
domiciliado e residente em Andradas, Estado de Minas Gerais-
e = MARIA BUSATO DOS SANTOS = nascida Est. Minas Gerais
domiciliada e residente em Andradas, Estado de Minas Gerais -
Ela, nascida em Tibagi, Estado do Paraná -
aos 22- de janeiro- de 19 35- profissão do lar -
domiciliada e residente neste distrito - filha de -
= RUBENS DA CRUZ MACHADO = nascido Est. do Paraná -
domiciliado e residente neste distrito -
e = MARIA A. PUPO MACHADO = nascida Est. do Paraná -
domiciliada e residente neste distrito -
a qual passa assinar-se = CÉLIA PUPO MACHADO DOS SANTOS =
O regime adotado é o de comunhão de bens -
Foram apresentados os documentos a que se refere o artigo 180, números 1, 2 e 4 - do Código Civil.
Casamento celebrado em 5 de novembro de 1.957-
Observações: -

RTÓRIO DO REGISTRO CIVIL

Abílio Nagibe Neme

Oficial do Registro Civil de
Casamentos, Nascimentos e Óbitos

MUNICÍPIO DE PARANAVAL - PR.

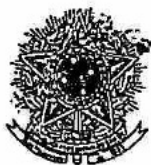
O referido é verdade e dou fé

Paranaval. 02- de agosto -

de 19 82-

Mariluz Menezes Neme
OFICIAL

Mariluz Menezes Neme
Escriventa Juramentada



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA



CERTIFICADO DE CADASTRO DE IMÓVEL RURAL - CCIR 2000/2001/2002

DADOS DO IMÓVEL RURAL

DENOMINAÇÃO DO IMÓVEL RURAL FAZENDA BELAS AGUAS		CODIGO DO IMÓVEL RURAL 7160220025422			
LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL RURAL AMAPORA P GUAIRACA KM 1		MUNICIPIO SEDE DO IMÓVEL RURAL AMAPORÁ		UF PR	
FORMA DE DETENÇÃO PROPRIETARIO OU POSSEIRO INDIVIDUAL	MÓDULO RURAL (ha) 18.9	Nº MÓDULOS RURAIS 33,76	MÓDULO FISCAL (ha) 24.0	Nº MÓDULOS FISCAIS 26,52	FMP (ha) 2.0
CLASSIFICAÇÃO DO IMÓVEL RURAL GRANDE PROPRIEDADE PRODUTIVA	ÁREA TOTAL (ha) 636.5	ÁREA REGISTRADA (ha) 620.0		ÁREA DE POSSE (ha) 16.5	

DADOS DO DETENTOR

NOME DO DETENTOR NELSON BUSATO DOS SANTOS	NACIONALIDADE DO DETENTOR BRASILEIRO	CPF/CGC DO DETENTOR 13892606900	CODIGO DA PESSOA 018592546
--	---	------------------------------------	-------------------------------

DADOS DO CONTROLE

DATA DA EMISSÃO 30/12/2002	NÚMERO DO CCIR 02827619020	DATA DE VENCIMENTO 28/02/2003
-------------------------------	-------------------------------	----------------------------------

INCRA-TAXA DE SERVIÇOS CADASTRAIS

DEBITOS ANTERIORES EM R\$ 19,77(**)	TAXA DE SERVIÇOS CADASTRAIS EM R\$ 56,97	VALOR DEVIDO EM R\$ 76,74	MULTA EM R\$	JUROS EM R\$	VALOR TOTAL EM R\$
--	---	------------------------------	--------------	--------------	--------------------

PENDÊNCIAS/OBSERVAÇÕES

(**) Esta cobrança substitui as anteriores

CASA CIVIL
C.T.J.
FLS. 26
RUB. 2

ESCLARECIMENTOS GERAIS

1. ESTE CERTIFICADO E DOCUMENTO INDISPENSÁVEL PARA DESMEMBRAR, ARRENDAR, HIPOTECAR, VENDER OU PROMETER EM VENDA O IMÓVEL RURAL E PARA HOMOLOGAÇÃO DE PARTILHA AMIGÁVEL OU JUDICIAL "SUCESSÃO CAUSA MORTIS", DE ACORDO COM OS PARÁGRAFOS PRIMEIRO E SEGUNDO DO ARTIGO VINTE E DOIS DA LEI Nº 4 947/66
2. PROCURE O INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA OU A UNIDADE MUNICIPAL DE CADASTRAMENTO - UMC PARA ATUALIZAR O SEU CADASTRO RURAL, SEMPRE QUE OCORREREM ALTERAÇÕES NO SEU IMÓVEL, SEJA POR COMPRA, VENDA, PERMUTA, DOAÇÃO, ETC. OU NAS CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO E EXPLORAÇÃO
3. AS INFORMAÇÕES DESTES CERTIFICADOS SÃO EXCLUSIVAMENTE CADASTRAIS, NÃO LEGITIMANDO DIREITO DE DOMÍNIO OU POSSE, CONFORME ESTABELECE O ARTIGO TERCEIRO DA LEI Nº 5 888/72
4. A TAXA DE SERVIÇOS CADASTRAIS FOI LANÇADA COM BASE NA LEI Nº 8 847/94 E DECRETO LEI Nº 1989/82
5. OS ASTERISCOS NO CAMPO "CLASSIFICAÇÃO DO IMÓVEL RURAL" INDICAM QUE O IMÓVEL RURAL NÃO ATINGIU OS ÍNDICES QUE O CLASSIFICARIAM COMO PRODUTIVO, DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NA LEI Nº 8 829/93
6. FMP - FRACÇÃO MÍNIMA DE PARCELAMENTO

TAXA DE SERVIÇOS CADASTRAIS

1. O PRESENTE DOCUMENTO SO PODERÁ SER PAGO NAS AGÊNCIAS OU POSTOS DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - ECT
2. O VALOR PAGO APÓS A DATA DE VENCIMENTO IMPLICA EM MULTA DE 10% MAIS JUROS DE 1% AO MÊS
3. O VALOR PAGO EM CHEQUE SOMENTE QUITARÁ O DOCUMENTO APÓS A COMPENSAÇÃO DO MESMO
4. O CCIR SO TERÁ VALOR COM A QUITAÇÃO DA TAXA
5. O VALOR DA TAXA REFERE-SE AOS EXERCÍCIOS DE 2000/2001/2002 PARA OS IMÓVEIS CADASTRADOS ATÉ 31/12/2002 E APENAS AO EXERCÍCIO DE 2002 PARA OS IMÓVEIS CADASTRADOS APÓS ESTA DATA
6. O VALOR DE DÉBITOS ANTERIORES REFERE-SE A TAXAS DOS EXERCÍCIOS ANTERIORES A 2000/2001/2002 CUJA COMPROVAÇÃO DE PAGAMENTO NÃO FOI REGISTRADA ATÉ A DATA DA EMISSÃO DESTES CERTIFICADOS

EDT3-3-1752 0000 25022002

25 FEV 2003
CARIMBO DA RECEBEDORA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

VIA DO PROPRIETÁRIO

10830.07810.03464.04332

RUBRICA DO RESPONSÁVEL



ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DA FAZENDA

GUIA DE RECOLHIMENTO - Modelo 2

DIVERSAS RECEITAS

Código BANC.

038



NOME DO CONTRIBUINTE

Nelson Busato dos Santos.

Cód. Rec.

7.01

VALOR

893,34

IMPORTANCIA (POR EXTENSO)

Oitocentos e noventa e tres cruzeiros e trinta e quatro centavos.

Cód. Rec.

VALOR

Cód. Rec.

VALOR

REFERENTE A

1ª prestação do lote nº 102 da gleba nº 4 - Colônia Paranavai.

Cód. Rec.

VALOR

Cód. Rec.

VALOR

Cód. Rec.

VALOR

Cód. Rec.

VALOR

AUTENTICAÇÃO MECANICA

E 10 35001 25

393.340,00

DATA DA EMISSAO

23/6/75

TOTAL

893,34

C.N.C. OU C.P.F.

138926069-00

CASA CIVIL
C.T.J.
FLS. 04
RUB. 02

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA

GUIA DE RECOLHIMENTO

RECEITAS DIVERSAS

VENCIMENTO EM 23/10/75.

NOME

Nelson Busato dos Santos.

Cód. Rec.

4.07

VALOR

268,00

IMPORTANCIA (POR EXTENSO)

Trezentos e sessenta cruzeiros e sessenta e sete centavos.

Cód. Rec.

4.09

VALOR

92,67

Cód. Rec.

VALOR

Cód. Rec.

VALOR

Cód. Rec.

VALOR

Cód. Rec.

VALOR

Cód. Rec.

VALOR

REFERENTE A

1ª prestação do serviço de medição e taxas do lote nº 102 da gleba nº 4 - Colônia Paranavai.

E 10 35001 25

360,67

AUTENTICAÇÃO MECANICA

DATA DA EMISSAO

23/6/75

TOTAL

360,67

CÓD. LOCAL

República dos Estados Unidos do Brasil

COM. DE PARANAVAI

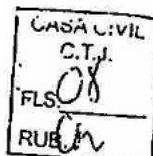
MUNIC. DE PARANAVAI

Estado do Paraná

DISTRITO DE CATARINENSES

JOÃO GREGÓRIO BACK

Tabelião INTERINO

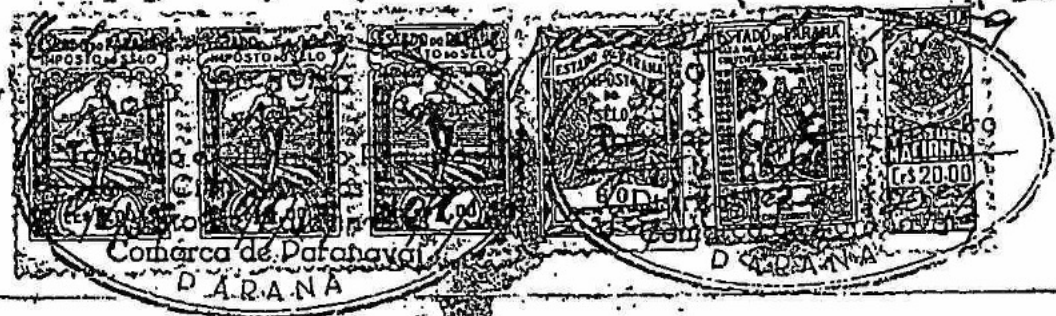


...RTIFICA e dá fé em virtude de pedido verbal de pessoa interessada, que revendo em seu cartório os livros de procurações, dêles no número hum (1), fôlhas dez, consta a procuração do teor seguinte: - "PROCURAÇÃO bastante que faz NICOLA JUNGKLAUS como segue. - SAIBAM os que este público instrumento de Procuração bastante virem que aos vinte e sete dias do mês de julho do ano de mil novecentos e cinquenta e quatro, nesta Comarca de Paranavaí, distrito Catarinenses, Estado do Paraná, perante mim Tabelião, compareceu como outorgante NICOLAO JUNGKLAUS, brasileiro, solteiro, capaz, lavrador, domiciliado e residente no Ribeirão do Lica, neste distrito de Catarinenses, reconhecido como o próprio de mim e das testemunhas no fim desta assinadas e estas de mim Tabelião do que dou fé, aí, perante ele disse que por este público instrumento, nomeava e constituía seu bastante procurador em CAUSA PRÓPRIA, o Snr. LINO DA SILVA, brasileiro, casado, lavrador, domiciliado e residente na lugar denominado Ribeirão da Paixão, neste distrito, para com amplos, gerais e irrevogáveis poderes vender, hipotecar, doar ou por qualquer forma e título onerar e alienar a quem convier e pelo preço e condições que convencionar, uma área de (sete) alqueires de terras desmembrado do lote nº 102 (cento e dois) (Gleba 42, desta Colônização de Paranavaí; pelas divisas seguintes: ao Norte- com a Fazenda Maragogipe; ao Sul- o lote nº 103; ao Leste- com Ribeirão da Paixão e ao oeste com terras do mesmo lote 102, terras estas que o outorgante possuiu compromissadas por compra ao Governo do Estado do Paraná e cuja requerimento, ainda está dependente de despacho; podendo para esses fins seu dito procurador, outorgar, aceitar, e assinar qualquer escrituras; transferir posse, domínio, direitos e ações; recorrer todos os recursos em lei permitido ao devido despacho ao Governo do Estado, pagar as prestações, adquirir o respectivo título; requerer e assinar o que preciso for, inclusive substabelecer, tudo independente de prestação de contas, visto o outorgante já ter recebido do procurador a quantia de Cr\$7.000,00 (sete mil cruzeiros), em moeda corrente do País, da qual lhe dá plena e geral quitação, para não mais exigi-la, transferindo-lhe desde já todos os direitos inerentes ao imóvel descrito e fique para si com a propriedade e faça dela o que lhe aprouver. Presente neste ato o procurador em Causa Própria, o sr. LINO DA SILVA e declarou que aceitava este instrumento em todos os seus expressos termos. E assim como me foi dito e pedido, do que dou fé, lhe fiz este instrumento que lido e achado conforme, vai devidamente assinado com as testemunhas presentes: JOSÉ BUING e LIBÓRIO KUHNEN, brasileiros, casados, domiciliados e residentes neste distrito, o primeiro alfaiate e o segundo professor, todos meus conhecidos, do que dou fé. Eu, Aloísio João Sel...

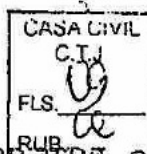
SILVA, JOSE BOING, e LIBÓRIO KUHNEN. - Legalmente selada. Nada mais se continha na referida procuração, para aqui bem e fielmente transcrita por certidão do seu próprio original, com o qual conferi, me reporto e dou fé. - CATARINENSES, 20 de Janeiro de 1.959. - Eu, João Grego Back Tabelião interino, a subscrevi, conferi, dou fé e assino

João Grego Back
TABELIÃO INTERINO - - - - - //

OFICINA DO TABELIÃO
R. Benjamin Constant,
- SÃO PAULO



(DECLARAÇÃO DE PERMUTA DE SITIOS)



Nós os abaixo assinados, MARIANO FERREIRA e LINO JOSE DA SILVA declaramos para todos os fins de direitos e expressão da verdade, sendo o primeiro inscrito nesta declaração Sr. MARIANO FERREIRA é proprietário do lote de terras Nº 116 da gleba (4) em Jurema, colônia Paranayá com 14 alqueires, e resolve vender para o segundo inscrito nesta declaração Sr. Lino José da Silva todo o lote acima mencionado com todas benfeitorias existentes, recebendo em pagamento os lotes 102 com 7 alqueires e o Nº 93 que consta 5 alqueires ao lado do lote 94 que será dividido no meio da baixo até a cabeceira e com todas benfeitorias dos lotes ora permutados. Fica esclarecido que os lotes ora negociados são livre de arrendatários formadores.-

Fica desde já esclarecido que ambas as partes se comprometem a passar as transferências mediante Repartições Públicas, quando a parte interessada exigir, cobrando as despesas de transferência por conta do vendedor.-

Esta declaração é feita em duas vias de igual, uma para cada parte, para um só fim e na presença de duas testemunhas.

Jurema, 25 de Março de 1.955.-

Mariano Ferreira
Lino José da Silva

Testemunhas, José Ferreira Lima

Wimber Rodrigues de Moraes

PRIMEIRO TRASLADO

LIVRO N.º 1

FLS.
C.T.J.
FLS.
RUB.

SEMA
DIRETORIA LEGISLATIVA
Pag. 141

República dos Estados Unidos do Brasil

Estado do Paraná - Comarca de Paranavaí

DISTRITO DE CATARINENSE



SUBSTABELECIMENTO DE
PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ LINO JOSE DA SILVA E SUA MULHER
COMO ADIANTE SE SEGUE:-

SAIBAM QUANTOS ESTE PÚBLICO INSTRUMENTO DE PRO-
CURAÇÃO bastante virem, que no ano do NASCIMENTO DE NOSSO
SENHOR DE JESUS CRISTO, de mil e novecentos e cinquenta e cinco
anos, a vinte e sete de maio do mês de Maio de mil e novecentos e
nesta Vila de Catarinense, da Comarca e Município de Paranavaí, Estado
do Paraná, Cartório, perante mim Tabelião, compareceu como outorgantes
LINO JOSE DA SILVA e sua mulher, D.ª PELOMENA JASPER DA SILVA, brasi-
leiros, casados, - proprietários, domiciliados e residentes neste dis-
trito. - Reconhecidos como os próprios de mim e das testemunhas no fim
reconhecido digo desta assinadas e estas de mim Tabelião, do que dou -
fé, aí, perante as quais, parece-me foi dito que, por este
público instrumento, e nos termos de direito, nomeia e constitui

seu bastante procurador pelo instrumento, substabelecião como o
fato e na verdade substabelecidos, a D.ª MARINA DAMACENO, brasi-
leira, solteira, doméstica, residente e domiciliada neste distrito, to-
dos os poderes que lhes foram conferidos por Nicolau Jungklaus, nos
termos da procuração em Causa Propria lavrada neste cartório, no
voto nº 1 (um), a fls. 10 (dez), do livro nº 1 do mês de Julho
mil novecentos e cinquenta e quatro, podendo sua dita procuradora, pra-
car todos os atos constantes da dita procuração, sem nenhuma restrição
e independente de qualquer prestação de contas, visto os outorgantes j-
haverem recebido da procuradora, ora substabelecida a importância de
Cr\$ 7.000,00 (sete mil cruzeiros) em moeda corrente do País, da qual
lhe dão plena, geral e irrevogável quitação, para não mais exigila, f-
cando entendido que o presente instrumento é irrevogável para todos
fins e efeitos de direito. - E assim como me foi dito e pedido, do que



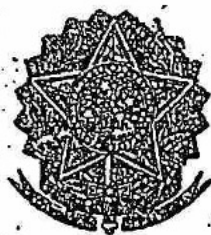
FELOMENA JASPER, JULIO FRANCISCO DE CARVALHO, MANOEL JULIO DELFINO. Legalmente Selado. Nada mais se contém no referido instrumento, para aqui bem e fiélmente trasladada do seu proprio original, com o qual conferi, me reponto e dou fé. Cartorio Distrital de Catarinenses, aos 16 dias do mes de agosto de 1955. Eu, Manoel Julio Delfino, Oficial-Maior do cartorio o escrevi, conferi, dou fé subscrevo e assino em publico e graso.

Em Teste Manoel Julio Delfino da verdade

Oficial-Maior



República dos Estados Unidos do Brasil



Cartório de Paz e Ané:
PEDRO CARVALHO DUARTE SOBRINHO
Oficial de Registro Civil e Tabelião
Amaporã - Comarca de Paranavaí

CASA CIVIL
C.T.J.
FLS. 41
RUB. Ca

ESTADO DO PARANÁ

Pedro Carvalho Duarte Sobrinho

Serventuário Vitalício

Do Cartório de Paz e Anexos do Distrito e Município de

Amaporã, Comarca de Paranavaí

Livro N.º 2-N

Primeiro Traslado

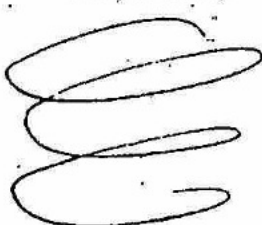
Fls. 128-Vº

SUBSTABELECIMENTO de

Procuração Bastante Que Faz em "CAUSA PRÓPRIA", MARINA DAMACENO FERREIRA, como adiante se declara: "=====

SAIBAM quantos este público instrumento de procuração bastante virem, que no ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, de mil novecentos e sessenta e quatro (1964), ao 17 de dezembro (17) dias do mês de março (3) "===== do dito ano, neste Distrito e Município de Amaporã, Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná, Brasil, em Cartório, perante mim, Tabelião, compareceu como outorgante, Dona MARINA DAMACENO FERREIRA, brasileira, casada, do lar, residente e domiciliada neste município, reconhecida como sendo a própria de que trato e das duas testemunhas no fim assinadas, do que dou fé. E perante as quais, por ela me foi dito que por este público instrumento e nos termos de direito, substabelecia, como de fato e na verdade substabelecido tem, "EM CAUSA PRÓPRIA", o senhor NELSON BUSATO DOS SANTOS, brasileiro, casado, do comércio, residente e domiciliado neste município, para, com amplos, gerais e irrevogáveis poderes, vender, hipotecar, doar ou por qualquer forma e título onerar e alienar a quem convier, e pelo prego e condições que convencionar, uma área de setenta (7) alqueires de terras, desmembrada do lote nº 102 (cento e dois) da Gleba 4a. desta Colônia de Paranavaí, com as seguintes divisas: ao Norte com a Fazenda Maragóipe; ao Sul com o lote nº 103; a leste com o Ribeirão da Paixão e a Oeste com terras do mesmo lote 102, terras estas que o outorgante possui compradas por compra ao Governo do Estado do Paraná e cujo requerimento ainda está dependente de despacho, de acordo com o substabelecimento da Procuração em Causa Propria lavrada as fls. 154 do Livro nº 1, do Tabelião do Distrito de Catarinenses, Município e Comarca de Paranavaí, neste Estado, em 17 de agosto de 1955, podendo para esse fim, seu dito procurador substabelecido, outorgar, aceitar e assinar quaisquer escrituras, transferir posse, domínio, direitos e ações; recorrer todos os recursos em lei permitidos ao devido despacho ao Governo do Estado, pagar as prestações, adquirir o respectivo título; requerer e assinar o que preciso for, inclusive substabelecer, tudo independente de prestação de contas, visto a outorgante já ter recebido do procurador substabe-

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pag. 174



Amapará - Com. de Paranaíba

lavrei este instrumento, que depois de lido e acha-

PEDRO CARVALHO/DUARTE SOBRINHO
TABELÃO

Handwritten annotations on the map include:

- P1** (near bottom left)
- P2** (near bottom right)
- P3** (near bottom center)
- CASA CIVIL**, **P. 1**, **RIS. 1**, **BUC. 1** (in a small box)
- 3588ha** (near bottom right)
- 3600ha** (near bottom right)
- 3500ha** (near bottom right)
- 3400ha** (near bottom right)
- 3300ha** (near bottom right)
- 3200ha** (near bottom right)
- 3100ha** (near bottom right)
- 3000ha** (near bottom right)
- 2900ha** (near bottom right)
- 2800ha** (near bottom right)
- 2700ha** (near bottom right)
- 2600ha** (near bottom right)
- 2500ha** (near bottom right)
- 2400ha** (near bottom right)
- 2300ha** (near bottom right)
- 2200ha** (near bottom right)
- 2100ha** (near bottom right)
- 2000ha** (near bottom right)
- 1900ha** (near bottom right)
- 1800ha** (near bottom right)
- 1700ha** (near bottom right)
- 1600ha** (near bottom right)
- 1500ha** (near bottom right)
- 1400ha** (near bottom right)
- 1300ha** (near bottom right)
- 1200ha** (near bottom right)
- 1100ha** (near bottom right)
- 1000ha** (near bottom right)
- 900ha** (near bottom right)
- 800ha** (near bottom right)
- 700ha** (near bottom right)
- 600ha** (near bottom right)
- 500ha** (near bottom right)
- 400ha** (near bottom right)
- 300ha** (near bottom right)
- 200ha** (near bottom right)
- 100ha** (near bottom right)
- 0ha** (near bottom right)



INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
E RECURSOS HÍDRICOS

ESCRITÓRIO DE PARANAÍ

CASA CIVIL
C.T.J.
FLS. 14
RUB. 62



LAUDO DE VISTORIA

01 - DADOS PESSOAIS DO OCUPANTE DO IMÓVEL

Nome: NELSON BUSATO DOS SANTOS
Pai: MANOEL A. DOS SANTOS
Filiação: Mãe: MARIA B. DOS SANTOS
Local de Nascimento: ANDRADAS - M.G. Data de Nascimento: 17/09/1928
Estado Civil: CASADO Nº de Filhos: 08
Profissão: AGRICULTOR Carteira Profissional Nº:
Carteira de Identidade Nº: 228.969-SSP-PA. CGC/CPF: 138.926.069-00
Certidão de Casamento ☒ PARANAÍ - PA. Nº: 2628 Livro: 09-B Fls.: 22
Nascimento ☐ Local:
Outro documento: _____
Exerce função pública: Não ☒ Sim ☐ Qual? _____
Onde? _____
Residência: RUA 7 DE SETEMBRO - CENTRO - AMAPORA - PA

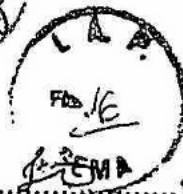
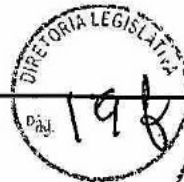
02 - CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

Denominação do Imóvel (antigas e atuais): Parte do Lote nº 102 DA
GLEBA Nº 4 - 102. P. C. A. I.
Localidade: AMAPORA Distrito: AMAPORA
Município: AMAPORA Comarca: PARANAÍ
Área do Imóvel (em ha): 13,40 Nº Cadastro no Incra: 716022002542
Descrever localização e condições de acesso: P. C. A. I. A AMAPORA - UN 135 KM
NO CILÍNDRIO P. C. A. - SE A DIREITA UN 150 KM
ATE A PONTEIRA P. C. A. - SE A DIREITA UN 130 KM
ATE O IMÓVEL, COORD. 0320875
7444613

03 - DA OCUPAÇÃO

É ocupante primitivo? Sim ☐ Não ☒ Tempo de ocupação: 50 anos.
Como ocorreu a transmissão: COMPRA - PROCLAMADO
Nome do Transmissor: MARINA DAMACEO FERREIRA
Explora diretamente o imóvel: Sim ☒ Não ☐ Reside no imóvel: Sim ☐ Não ☒
Nome do Preposto: _____
Nº de pessoas que residem no imóvel: _____
A posse é mansa e pacífica: Sim ☒ Não ☐ Descrever: _____

08 - AVALIAÇÃO DO IMÓVEL



Preço Médio da região R\$ ~~1.000,00~~ ^{7.000,00} /ha.

Plano.....90.....%

Levemente ondulado.....9

Topografia: Ondulado.....%

Acidentado.....9

Alagadiço.....%

Pedreira.....%

CONSERVAÇÃO DO SOLO:

CASA CIVIL
C.T.J.
FLS. 16
RUBR.

Erosão: Não apresenta ☒

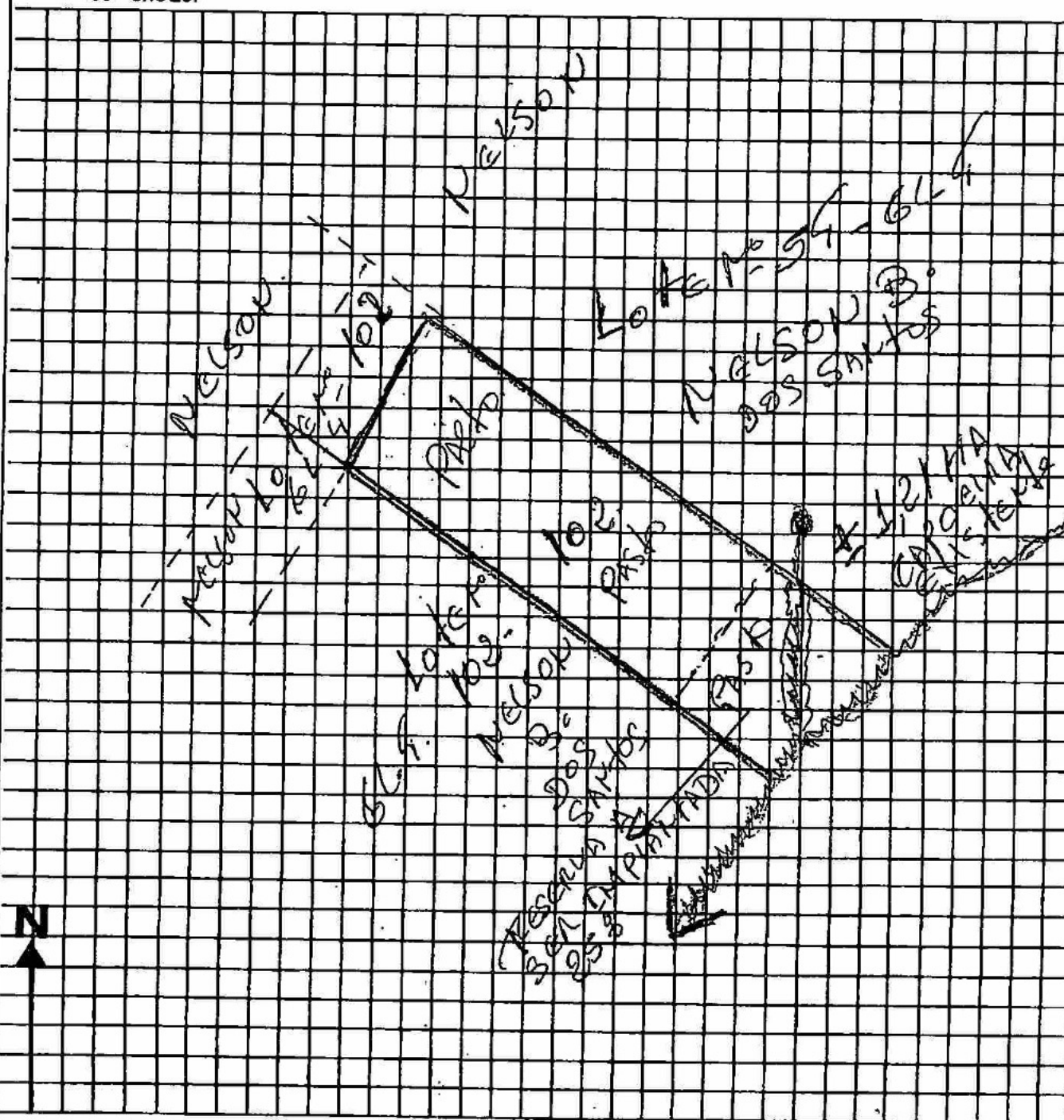
Apresenta pouco ☐

Acentuada ☐

Conservação: Curva de Nível ☒

Terraço ☐

09 - CROQUI



10 - OBSERVAÇÕES

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 224

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 208

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 208

9. INERA ESTA CONTIDO EM UMA AREA MAIOR. TANTO A SANCA S/D, COMO O TERREIRO DA PAIXN, CONTEM DO LOPPO DE SEUS CURSOS LAPOEIRA EM ESTAGIO MEDIO E AVANÇADOS DE TREGENERAR. ESTA PROVIDENCIANDO O ISOLAMENTO AO LONGO DOS CURSOS HIDRICOS. REQUEREU JUNTO AO TAP - ERPVI A AVERSAO DA TERRELA LEGAL E A.P.P. EM TODOS IMOVEIS, SITUADOS NO MUNICIPIO DE AMAPORA.

11 - ASSINATURA DO OCUPANTE

[Handwritten signature]

12 - TESTEMUNHAS

1ª

Assinatura:

Nome:

[Handwritten signature]

2ª

Assinatura:

Nome:

13 - Afirmo haver transcrito com fidelidade as declarações que me foram prestadas para o preenchimento do presente LAUDO DE VISTORIA.

Local: AMAPORA - Data 18/02/2005

Assinatura:

Nome:

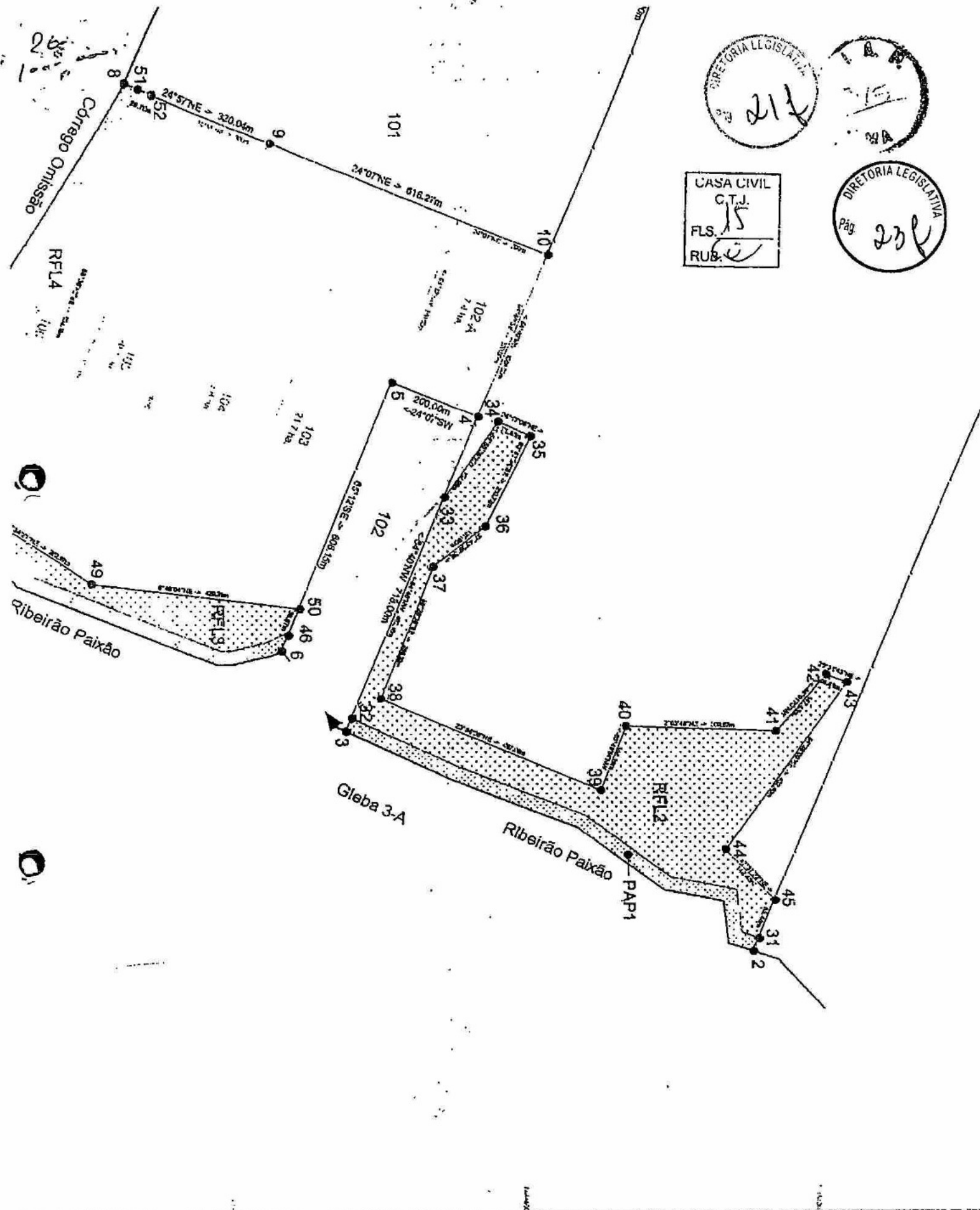
[Handwritten signature]
RUBENS DE ARAUJO MARTINS

Rubens Arruda Martins
Agente Fiscal - RG. 1.411.302-9-PA
SEMA/IAP - ERPVI

14 - De acordo em

Doraci Ramos de Oliveira

15 - Visto em





INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA
DO ESTADO DO PARANÁ - I.T.C.
VINCULADO A SECRETARIA DA AGRICULTURA
ESCRITÓRIO DE AMAPORA

CASA CIVIL
C.T.J.
FLS. 18
RUB. 248

DIRETORIA LEGAL
Pág. 248

LAUDO DE VISTORIA

01 - DADOS PESSOAIS DO OCUPANTE DO IMÓVEL

Nome: NELSON BUSATO DOS SANTOS
Filiação: Pai: MANOEL A. DOS SANTOS
Mãe: MARIA B. DOS SANTOS
Local de Nascimento: ANDRADAS M.G. Data do Nascimento: 17/09/1927
Estado Civil: CASADO Nº de Filhos: 08
Profissão: AGROPECUARISTA Carteira Profissional Nº
Carteira de Identidade Nº 228.969 SSP PR CGC/CPE 138.926.069.00
Certidão de Casamento ☒ Local: PVAI, Nº 2.628, Livro: 09-B, Fls.: 22
Nascimento ☐
Outro documento: NÃO
Exerce função pública: Não ☒ Sim ☐ Qual? NÃO
Onde? NÃO
Residência: AV. 7 DE SETEMBRO - CENTRO - AMAPORA
PARANÁ - CEP: 87.850-000
FOF. 054 3437-1632

02 - CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

Denominação do Imóvel (antigas e atuais) LOTENº 102 DA
GLORIA M. S. COLONIA PVAI
Localidade: PARANÁ Distrito: AMAPORA
Município: AMAPORA Comarca: PARANÁ
Área do Imóvel (em ha): 13,40 Nº Cadastro no Incra: 76022002552
Descrever localização e condições de acesso: PVAI - A AMAPORA, UM
+ 35 KM. NO GIMASIO DE ESPORTE PEGA-S. A
DIREITA, UM + 10 KM. A A POITEIRA, PEGA-S
A DIREITA, UM + 10 KM. AO O. IMÓVEL.

03 - DA OCUPAÇÃO

É ocupante primitivo? Sim ☐ Não ☒ Tempo de ocupação: 43 anos.
Como ocorreu a transmissão: COMPRA - PROPRIO
Nome do transmitente: MARINA DAMACENO FERREIRA
Explora diretamente o imóvel: Sim ☒ Não ☐ Reside no Imóvel: Sim ☐ Não ☒
Nome do Preposto: NÃO
Nº de pessoas que residem no Imóvel: NÃO
A posse é mansa e pacífica: Sim ☒ Não ☐ Descrever: NÃO

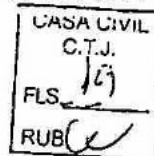
08 – AVALIAÇÃO DO IMÓVEL

Preço médio da região Cr\$ /ha.

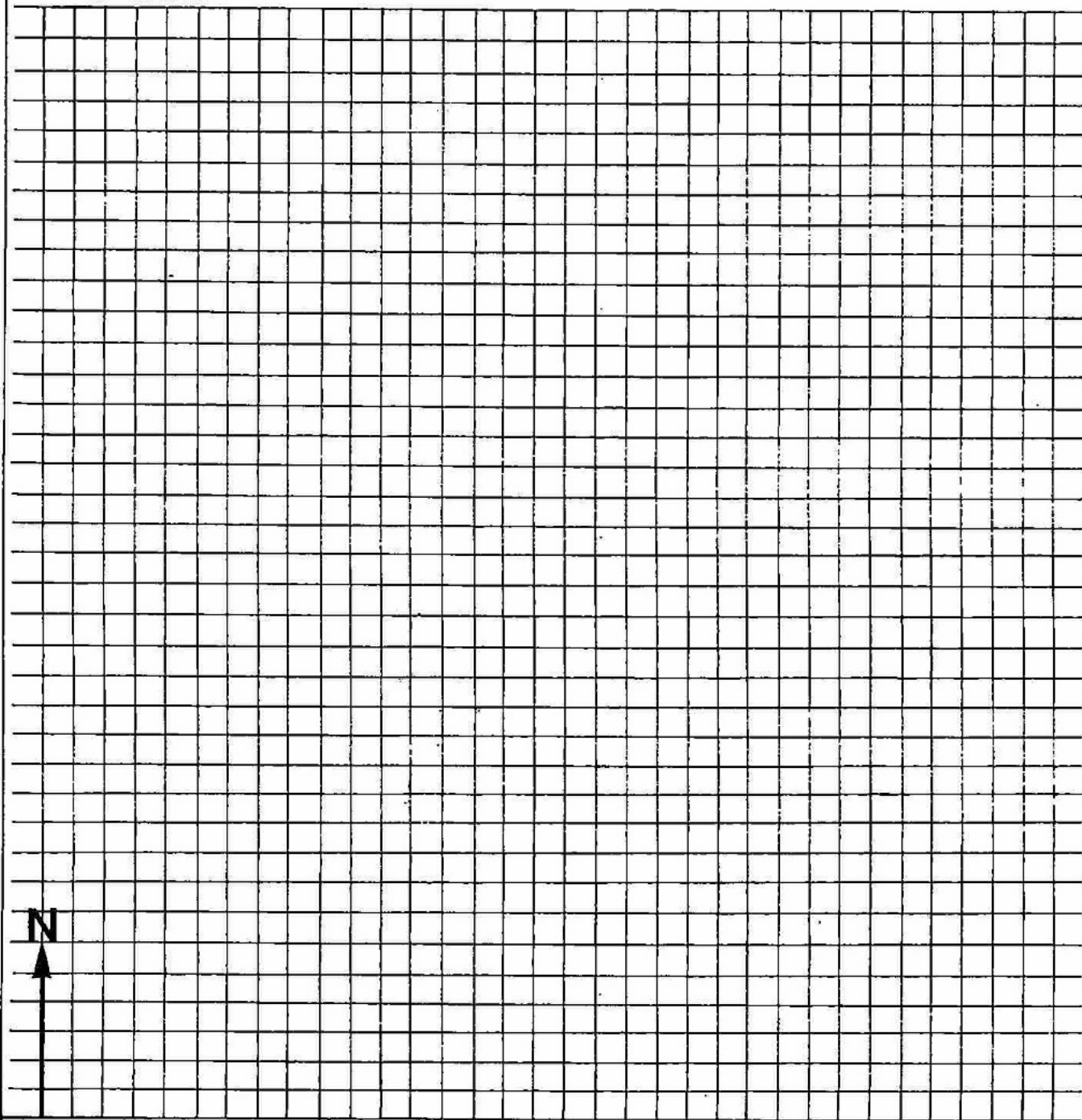
Plano 90 % Levemente ondulado %
 Topografia: Ondulado 2 % Acidentado %
 Alagadiço 0 % Pedreira %

CONSERVAÇÃO DO SOLO:

Erosão: Não apresenta ☒ Apresenta pouco ☐ Acentuada ☐
 Conservação: Curva de nível ☒ Terraço ☐



09 – CROQUI



10 - OBSERVAÇÕES



INICIA ESTA CONTIÇÃO EM UMA
ÁREA MAIOR - FAZENDA BELAS ÁGUAS
- COMEÇA CAPOEIRAS EM ESTABO MÉDIO
PARA AVANÇADA E REGENERAR DO LONGO
DA NASCENTE E SEU CURSO COMPAUSEM
DO LONGO DO CURSO DO RIBEIRÃO PAIXÃO.
APÓS A TITULAÇÃO O PROPRIETÁRIO DEVERÁ
PROCURAR O IAP - PARANAVAI PARA ENGA-
DAR O IMÓVEL NO "SISLEG".

11 - ASSINATURA
DO
OCUPANTE

12 - TESTEMUNHAS

1ª

Assinatura:

Nome:

2ª

Assinatura:

Nome:

13 - Afirmando haver transcrito com fidelidade as declarações que me foram prestadas para o preenchimento do presente LAUDO DE VISTORIA.

Local: AMARORA

Data: 23/07/07

Assinatura:

Nome: TESES DE ARRUDA MARTINS

14 - De acordo em

Antonio Carlos Cavalheiro Moreto
RG 2.612.618-6 SSPR

02/08/07

Antonio Carlos Cavalheiro Moreto
RG 2.612.618-6 SSPR

15 - Visto em ____/____/____

IAP - INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA
SIT - SISTEMA DE TERRAS TITULADAS DO ESTADO DO PARANA
- RELATORIO DE LIMITES

* DATA 12/09/2007 *
* PAG. 1 *
* PROG. STTP673 *



*** TITULADO ***

NOME = NELSON BUSATO DOS SANTOS
NUMERO TITULADO = 47650
REGISTRO GERAL =
CGC/CPF =
IDENTIFICACAO =
NOME MAE =
DATA NASCIMENTO =

*** IMOVEL ***

CODIGO = 0347092
TIPO IMOVEL = CL COLONIA
NOME = PARANAVAI
DESCRICAO = SEDE AMAPORA - PATRIMONIO JUREMA - CHACARAS
MUNICIPIO = AMAPORA

*** TITULO ***

NUMERO REGISTRO = 052870	NUMERO TITULO = 83
NUMERO LIVRO = 131	NUMERO LOTE = 331
DATA EMISSAO = 16/11/1962	AREA LOTE = 2,4846
ESPECIE TITULO = 7 COLONIAIS	
OBSERVACOES =	

*** TITULO ***

NUMERO REGISTRO = 052947	NUMERO TITULO = 139
NUMERO LIVRO = 140	NUMERO LOTE = 96
DATA EMISSAO = 30/03/1964	AREA LOTE = 2,1675
ESPECIE TITULO = 7	
OBSERVACOES =	

*** TITULO ***

NUMERO REGISTRO = 053066	NUMERO TITULO = 94
NUMERO LIVRO = 131	NUMERO LOTE = 215C
DATA EMISSAO = 16/11/1962	AREA LOTE = 2,5425
ESPECIE TITULO = 7	
OBSERVACOES =	

*** TITULO ***

NUMERO REGISTRO = 053083	NUMERO TITULO = 82
--------------------------	--------------------

7, 1946

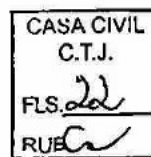
DATA EMISSAO = 16/11/1962
ESPECIE TITULO = 7
OBSERVACOES =

AREA LOTE = 1,8800



IAP - INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA
STT - SISTEMA DE TERRAS TITULADAS DO ESTADO DO PARANA
- RELATORIO DE LIMITES

* DATA 12/09/2007 *
* PAG. 2 *
* PROG. STTP673 *



*** TITULO ***

NUMERO REGISTRO = 053084
NUMERO LIVRO = 131
DATA EMISSAO = 16/11/1962
ESPECIE TITULO = 7
OBSERVACOES =

NUMERO TITULO = 82
NUMERO LOTE = 230
AREA LOTE = 2,1675

*** TITULO ***

NUMERO REGISTRO = 053086
NUMERO LIVRO = 131
DATA EMISSAO = 16/11/1962
ESPECIE TITULO = 7
OBSERVACOES =

NUMERO TITULO = 82
NUMERO LOTE = 232
AREA LOTE = 2,1675

*** TITULO ***

NUMERO REGISTRO = 053087
NUMERO LIVRO = 131
DATA EMISSAO = 16/11/1962
ESPECIE TITULO = 7
OBSERVACOES =

NUMERO TITULO = 82
NUMERO LOTE = 233
AREA LOTE = 2,1675

*** TITULO ***

NUMERO REGISTRO = 053097
NUMERO LIVRO = 131
DATA EMISSAO = 16/11/1962
ESPECIE TITULO = 7
OBSERVACOES =

NUMERO TITULO = 82
NUMERO LOTE = 242
AREA LOTE = 2,2660

*** TITULO ***

NUMERO REGISTRO = 053100
NUMERO LIVRO = 131
DATA EMISSAO = 16/11/1962
OBSERVACOES =

NUMERO TITULO = 82
NUMERO LOTE = 245
AREA LOTE = 2,2660

12,9145

OBSERVAÇÕES =



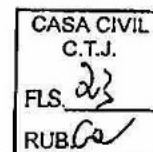
*** IMOVEL ***

CODIGO = 0347091
TIPO IMOVEL = CL COLONIA
NOME = PARANAVAI
DESCRICAO = GLEBA 4
MUNICIPIO = MANDAGUARI

IAP - INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA

STT - SISTEMA DE TERRAS TITULADAS DO ESTADO DO PARANA
- RELATORIO DE LIMITES

* DATA 12/09/2007 *
* PAG. 3 *
* PROG. STTP673 *



*** TITULO ***

NUMERO REGISTRO = 053131
NUMERO LIVRO = 126
DATA EMISSAO = 23/08/1962
ESPECIE TITULO = 7 COLONIAIS
OBSERVACOES = LOTES COLONIAIS - TITULADO NO MUNICIPIO DE AMAPORA

NUMERO TITULO = 70
NUMERO LOTE = 74
AREA LOTE = 16,6000

*** TITULO ***

NUMERO REGISTRO = 053134
NUMERO LIVRO = 126
DATA EMISSAO = 23/08/1962
ESPECIE TITULO = 7
OBSERVACOES = LOTES COLONIAIS - TITULADO NO MUNICIPIO DE AMAPORA

NUMERO TITULO = 71
NUMERO LOTE = 77
AREA LOTE = 28,1000

*** TITULO ***

NUMERO REGISTRO = 053153
NUMERO LIVRO = 126
DATA EMISSAO = 23/08/1962
ESPECIE TITULO = 7
OBSERVACOES = LOTES COLONIAIS - TITULADO NO MUNICIPIO DE AMAPORA

NUMERO TITULO = 72
NUMERO LOTE = 96
AREA LOTE = 22,5000

*** TITULO ***

NUMERO REGISTRO = 053154
NUMERO LIVRO = 126
DATA EMISSAO = 23/08/1962
ESPECIE TITULO = 7
OBSERVACOES = LOTES COLONIAIS - TITULADO NO MUNICIPIO DE AMAPORA

NUMERO TITULO = 72
NUMERO LOTE = 97
AREA LOTE = 23,3000

90,5000he

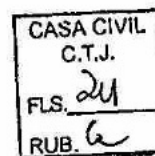
*** IMOVEL ***

CODIGO = 0347092
TIPO IMOVEL = CL COLONIA
NOME = PARANAVAI
DESCRICAO = SEDE AMAPORA - PATRIMONIO JUREMA - CHACARAS
MUNICIPIO = AMAPORA



*** TITULO ***

NUMERO REGISTRO = 052868
NUMERO LIVRO = 131
DATA EMISSAO = 16/11/1962
ESPECIE TITULO = 7 COLONIAIS
OBSERVACOES =
NUMERO TITULO = 83
NUMERO LOTE = 329
AREA LOTE = 4,9495



IAP - INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA * DATA 12/09/2007 *
STT - SISTEMA DE TERRAS TITULADAS DO ESTADO DO PARANA * PAG. 4 *
- RELATORIO DE LIMITES * PROG. STTPP673 *

*** TITULO ***

NUMERO REGISTRO = 052871
NUMERO LIVRO = 131
DATA EMISSAO = 16/11/1962
ESPECIE TITULO = 7
OBSERVACOES =
NUMERO TITULO = 83
NUMERO LOTE = 331A
AREA LOTE = 2,6423

*** TITULO ***

NUMERO REGISTRO = 053085
NUMERO LIVRO = 131
DATA EMISSAO = 16/11/1962
ESPECIE TITULO = 7
OBSERVACOES =
NUMERO TITULO = 82
NUMERO LOTE = 231
AREA LOTE = 2,1675

*** TITULO ***

NUMERO REGISTRO = 053088
NUMERO LIVRO = 131
DATA EMISSAO = 16/11/1962
ESPECIE TITULO = 7
OBSERVACOES =
NUMERO TITULO = 82
NUMERO LOTE = 234
AREA LOTE = 2,1675

*** TITULO ***

NUMERO REGISTRO = 053098
NUMERO TITULO = 82

11,9268

DATA EMISSAO = 16/11/1962

AREA LOTE = 2,2660

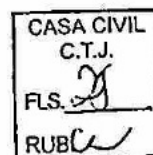
ESPECIE TITULO = 7

OBSERVACOES =



*** IMOVEL ***

CODIGO = 0347091
TIPO IMOVEL = CL COLONIA
NOME = PARANAVAI
DESCRICAO = GLEBA 4
MUNICIPIO = MANDAGUARI



*** TITULO ***

NUMERO REGISTRO = 053123
NUMERO LIVRO = 182
DATA EMISSAO = 14/08/1969
ESPECIE TITULO = 7 COLONIAIS
VACOES = LOTES COLONIAIS - TITULADO NO MUNICIPIO DE AMAPORA

NUMERO TITULO = 36
NUMERO LOTE = 66
AREA LOTE = 15,0000

IAP - INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA * DATA 12/09/2007 *
STT - SISTEMA DE TERRAS TITULADAS DO ESTADO DO PARANA * PAG. 5 *
- RELATORIO DE LIMITES * PROG. STTPP673 *

*** IMOVEL ***

CODIGO = 0347092
TIPO IMOVEL = CL COLONIA
NOME = PARANAVAI
DESCRICAO = SEDE AMAPORA - PATRIMONIO JUREMA - CHACARAS
MUNICIPIO = AMAPORA

*** TITULO ***

NUMERO REGISTRO = 053188
NUMERO LIVRO = 130
DATA EMISSAO = 16/11/1962
ESPECIE TITULO = 7 COLONIAIS
OBSERVACOES =

NUMERO TITULO = 159
NUMERO LOTE = 11
AREA LOTE = 2,4600

*** IMOVEL ***

CODIGO = 0347091
TIPO IMOVEL = CL COLONIA
NOME = PARANAVAI
DESCRICAO = GLEBA 4
MUNICIPIO = MANDAGUARI

*** TITULO ***

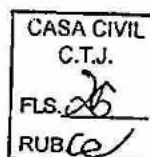
NUMERO REGISTRO = 053123

NUMERO TITULO = 36

19,7260

NUMERO LIVRO = 183
DATA EMISSAO = 07/08/1969
ESPECIE TITULO = 7 COLONIAIS
OBSERVAÇÕES = LOTES COLONIAIS - TITULADO NO MUNICIPIO DE AMAPORA

NUMERO LOTE = 64
AREA LOTE = 16,0000



IAP - INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA * DATA 12/09/2007 *
STT - SISTEMA DE TERRAS TITULADAS DO ESTADO DO PARANA * PAG. 6 *
- RELATORIO DE LIMITES * PROG. STTPP673 *

*** TITULADO ***

NOME = NELSON BUSATO DOS SANTOS
NUMERO TITULADO = 117752
REGISTRO GERAL = 228.969/PR
CGC/CPF =
IDENTIFICACAO = 138.926.069/00
NOME MAE =
DATA NASCIMENTO =

*** IMOVEL ***

CODIGO = 0347092
TIPO IMOVEL = CL COLONIA
NOME = PARANAVALI
DESCRICAO = SEDE AMAPORA - PATRIMONIO JUREMA - CHACARAS
MUNICIPIO = AMAPORA

*** ESCRITURA ***

NUMERO ESCRITURA = 010784
DATA CONTRATO =
NUMERO LOTE = 52
NUMERO LIVRO = 103
NUMERO MATRICULA = 12.447
NUMERO CONTRATO =
AREA LOTE = 3,0680
DATA EMISSAO = 04/12/1984

*** ESCRITURA ***

NUMERO ESCRITURA = 010785
DATA CONTRATO =
NUMERO MATRICULA = 12.457
NUMERO CONTRATO =

19,0680

NUMERO LIVRO = 103

DATA EMISSAO = 04/12/1984

*** ESCRITURA ***

NUMERO ESCRITURA = 010786

NUMERO MATRICULA = 12.449

DATA CONTRATO =

NUMERO CONTRATO =

NUMERO LOTE = 46

AREA LOTE = 2,0006

NUMERO LIVRO = 103

DATA EMISSAO = 04/12/1984

*** ESCRITURA ***

NUMERO ESCRITURA = 010787

NUMERO MATRICULA = 12.448

DATA CONTRATO =

NUMERO CONTRATO =

NUMERO LOTE = 42

AREA LOTE = 2,0006

NUMERO LIVRO = 103

DATA EMISSAO = 04/12/1984

*** ESCRITURA ***

NUMERO ESCRITURA = 010788

NUMERO MATRICULA = 12.453

DATA CONTRATO =

NUMERO CONTRATO =

NUMERO LOTE = 241

AREA LOTE = 2,2660

NUMERO LIVRO = 103

DATA EMISSAO = 04/12/1984

*** ESCRITURA ***

NUMERO ESCRITURA = 010789

NUMERO MATRICULA = 12.454

DATA CONTRATO =

NUMERO CONTRATO =

NUMERO LOTE = 244

AREA LOTE = 2,2660

NUMERO LIVRO = 103

DATA EMISSAO = 04/12/1980

IAP - INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA

* DATA 12/09/2007 *

STT - SISTEMA DE TERRAS TITULADAS DO ESTADO DO PARANA

* PAG. 7 *

- RELATORIO DE LIMITES

* PROG. STTPP673 *

*** ESCRITURA ***

NUMERO ESCRITURA = 010790

NUMERO MATRICULA = 12.451

DATA CONTRATO =

NUMERO CONTRATO =

NUMERO LOTE = 254

AREA LOTE = 2,2660

NUMERO LIVRO = 103

DATA EMISSAO = 04/12/1984

*** ESCRITURA ***

NUMERO ESCRITURA = 010791

NUMERO MATRICULA = 12.455

DATA CONTRATO =

NUMERO CONTRATO =

NUMERO LOTE = 78

AREA LOTE = 3,0400

NUMERO LIVRO = 103

DATA EMISSAO = 04/12/1984

*** ESCRITURA ***

NUMERO ESCRITURA = 010792

NUMERO MATRICULA = 12.456

DATA CONTRATO =

NUMERO CONTRATO =

NUMERO LOTE = 235

AREA LOTE = 2,1675

NUMERO LIVRO = 103

DATA EMISSAO = 04/12/1984

*** ESCRITURA ***

NUMERO ESCRITURA = 010793

NUMERO MATRICULA = 12.457



16,0067

DATA CONTRATO =
NUMERO LOTE = 333
NUMERO LIVRO = 103

NUMERO CONTRATO =
AREA LOTE = 2,4442
DATA EMISSAO = 04/12/1984

*** ESCRITURA ***

NUMERO ESCRITURA = 010926
DATA CONTRATO =
NUMERO LOTE = 333A
NUMERO LIVRO = 103

NUMERO MATRICULA = 12.452
NUMERO CONTRATO =
AREA LOTE = 2,9650
DATA EMISSAO = 04/12/1984

CASA CIVIL
C.T.J.
FLS. <u>21</u>
RUB. <u>ce</u>

5.4092
182,7458 ha





INFORMAÇÃO Nº 0867

PROTOCOLO Nº 5.894.656 - 7 - SID - NELSON BUSATO DOS SANTOS.

Verificando junto aos Registros Cadastrais existentes neste ITC/ DITER, bem como no Sistema de Terras Tituladas do Estado do Paraná - STT, constamos que :

O lote nº 102, da " COLÔNIA PARANAVAÍ - GLEBA 4 ", com área de 13,4000 ha, anotado para o requerente sob o protocolado nº 3920/ 75, não foi Titulado até o presente momento.

A " COLÔNIA PARANAVAÍ - GLEBA 4 ", foi objeto do Processado de Medição nº 2288, com área total de 21.742,2000 ha, devidamente Sentenciada em 20.09.1948.

Em buscas realizadas nesta Diretoria, constatamos a Titulação em nome do Sr. " NELSON BUSATO DOS SANTOS ", a área total de 182,7458 ha, conforme Relatório de Limite Constitucional anexo a este protocolo, o qual deverá ser encaminhado a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para a devida autorização, nos termos do Art. 54, inciso XXX da Constituição Estadual..

À SEMA/ AJ., para análise e parecer.

ITC/ REG. FUN., em 26 de setembro de 2007


Roberto Alfredo Gomes
Regularização Fundiária

Parecer nº 644/2007.

Protocolo nº 5.894.65-7.

Interessado: NELSON BUSATO DOS SANTOS.

Assunto: Requer Regularização Dominial de Área de Terra Rural.



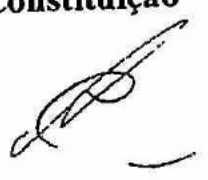
SENHOR ASSESSOR JURÍDICO DA SEMA.

Nelson Busato dos Santos, brasileiro, casado, Agricultor, portador da C.I.R.G.Nº 228.969/PR. e do CPF nº 138.926.069/00, residente e domiciliado na Rua 7 de Setembro, Centro, Amaporã-PR, através do presente processo está requerendo junto a esta Entidade Estatal (ITCG), “a regularização dominial, em seu nome, do Lote 102, com 13,40 há, do Imóvel denominado Colônia Paranavaí, Gleba 4, situado no Município de Amaporã, Comarca de Paranavaí-PR.”

Instrui devidamente o processo, com as cópias dos seus documentos pessoais, cópias da documentação da área objeto do presente requerimento e cópias da aquisição dos direitos de posse sobre o mesmo.

Na vistoria efetuada sobre a área, conforme Laudo em anexo, constatou-se que o requerente, possui sobre a mesma, uma ocupação de forma mansa, pacífica e inconteste, sem problemas possessórios, divisórios e dominiais.

Instado, o DITER/ITC, às fls. 29 do presente, informou que o Lote 102, da Colônia Paranavaí – Gleba 4, com área de 13,40 há., anotado para o requerente sob o protocolado nº 3920/1975, não foi titulado até o presente momento. A Colônia Paranavaí – Gleba 4, foi objeto do processado de medição nº 2288, com área total de 21.742,2000 há., devidamente sentenciada em 20.09.1948. Em buscas realizadas nesta Diretoria, constatamos a Titulação em nome do Sr. Nelson Busato dos Santos, a área total de 182,7458 há., conforme Relatório de Limite Constitucional anexo a este protocolo, o qual deverá ser encaminhado à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para a devida autorização, nos termos do Art. 54, inciso XXX da Constituição Estadual.”



Senhor Assessor Jurídico, não há informações no presente processo, se a área objeto do presente requerimento, se encontra ou não incorporada ao Patrimônio do ITCG, sucessor do IAP, para fins de regularização dominial da mesma aos seus atuais ocupantes.

Extraí-se do contido no presente processo, que o requerente, reúne as condições estabelecidas na Legislação de Terras em vigor, Lei 7055/78, bem como legitimidade para obter a regularização dominial da área em apreço, em seu nome, razão pela qual somos pelo **DEFERIMENTO DO SEU PEDIDO**.

Assim, somos pelo atendimento da parte interessada, nos termos do Art. 33, inciso III, da Lei 7077/78, após a sua incorporação, caso esta ainda não tenha ocorrido, em nome do ITCG, para fins de venda.

Entretanto, ressaltamos, que em face do Limite Constitucional de Aquisição de Áreas Devolutas do Estado do Paraná, o presente pleito deverá ser submetido à prévia e expressa autorização da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, nos termos do Art. 54, inciso XXX, da Constituição Estadual de 1989.

É o nosso parecer.

Curitiba, 28 de Setembro de 2007.

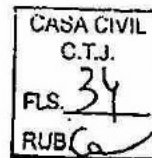
Luiz Carlos Pupim
OAB/PR.9733
Assessoria Jurídica da SEMA

- De acordo.
- Encaminha-se ao ITCG, para as devidas providências.

He
Dr. Theo Botelho Marés de Souza.
OAB/PR. 35.464.
Assessor Jurídico da SEMA.



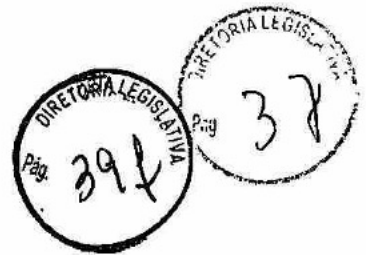
Instituto de Terras
Cartografia e Geociências



GOVERNO DO
PARANÁ



Curitiba, 02 de outubro de 2007
Ofício nº 237/2007 – ITC/GP



Sr. Secretário:

Encaminhamos o protocolo 5.894.656-7 à Vossa Excelência, em virtude do Parecer da Assessoria Jurídica desta Secretária ter recomendado: "O presente pleito deverá ser submetido à prévia e expressa autorização da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, nos termos do Art. 54, inciso XXX, da Constituição Estadual de 1989."

Atenciosamente,

LINDSLEY DA SILVA RASCA RODRIGUES
Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

JOSÉ ANTÔNIO PERES GEDIEL
Diretor Presidente do
Instituto de Terras, Cartografia e Geociências

Ao Senhor
RAFAEL IATAURO
Chefe da Casa Civil
Curitiba - PR



PROTOCOLO N.º 5.894.656-7

INTERESSADAS:

1. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA;
2. Nelson Busato dos Santos.

PARECER N.º: 4442/2007 – C T J – C C

EMENTA: AUTORIZAÇÃO PARA REGULARIZAÇÃO DOMINIAL, EM NOME DE NELSON BUSATO DOS SANTOS, DO LOTE Nº 102, DA GLEBA 04, COM 13,40 HA, PERTENCENTE AO IMÓVEL DENOMINADO COLÔNIA PARANAVAÍ, SITUADO NO MUNICÍPIO DE AMAPORÃ, COMARCA DE PARANAVAÍ – PR. POSSIBILIDADE. ART. 54, INCISO XXX DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ.

O Senhor Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos encaminha à consideração do Senhor Governador do Estado, para posterior encaminhamento à Assembléia Legislativa, o presente protocolado, o qual trata de pedido formulado pelo Senhor Nelson Busato dos Santos referente à regularização dominial, em seu favor, do Lote nº 102, da Gleba 04, com 13,40 ha, pertencente ao Imóvel denominado Colônia Paranavaia, situado no município de Amaporã, Comarca de Paranavaí – PR.

Ressalta-se que o requerente já obteve a titularização de uma área correspondente à 182,7458 há, conforme consta no Relatório de Limite Constitucional às fls. 21/28, sendo assim, nos termos do Parecer nº 644/2007 da Assessoria Jurídica da SEMA, apesar do imóvel, objeto da presente, possuir uma área pequena, constata-se que a área anteriormente regularizada (182,7458 hectares) em favor do requerente é superior ao que estabelece o art. 54, inc. XXX da Constituição do Estado, fazendo-se necessário, então, o encaminhamento deste pedido à aprovação da Assembléia Legislativa.

Destaca-se o disposto pelo artigo 54, inciso XXX, da Constituição Estadual, nos seguintes termos:

"Art. 54. Compete, privativamente à Assembléia Legislativa:

De



INFORMAÇÃO Nº 258

PROTOCOLO Nº. 5.894.656 – 7 – SID – NELSON BUSATO DOS SANTOS

Senhor Diretor.

- Encontra-se o presente em condições de ser encaminhado novamente à Casa Civil, para os devidos fins, ou seja, elaboração de nova Mensagem à Assembléia Legislativa, visando obter Autorização para Alienação do lote aqui objetivado.*

ITC/ DITER, em 12 de junho de 2013


Albani Sebastião de Fajandre
Técnico em Assuntos Fundiários

INF. Nº0291/2013

Prot.: Nº.05.894.656-7 _ SID_ NELSON BUSATO DOS SANTOS

Data:02/02/2004.

Ao Senhor Diretor Presidente, após análise do presente, solicitamos novamente o encaminhamento do protocolo em questão à Casa Cível, para elaboração de nova mensagem à Assembléia Legislativa, para aprovar previamente nos Termos do Artigo 54, Inciso XXX da Constituição Estadual.


Diretor de Terras em 25/06/2013,
Roberto Alfredo Gomes



Ofício nº 180/2013 GP

Curitiba, 09 de julho de 2013.

Excelentíssimo Senhor,

O Instituto de Terras, Cartografia e Geociências-ITCG, em cumprimento a Legislação de Terras, consoante o Art. 54 inciso XXX da Constituição Estadual, vem encaminhar o protocolo nº 5.894.656-7, devidamente instruído pelo ITCG, para ser submetido ao parecer da Coordenadoria Jurídica da Administração Pública, com encaminhamento para apreciação do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Carlos Alberto Richa.

Após análise e consideração, e diante da conveniência, deliberará pela elaboração de mensagem à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná para fins de Autorização da Regularização Dominial da Área.

Contando com especial atenção de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente e coloco-me a disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

Amílcar Cavalcante Cabral
Diretor-Presidente do Instituto de
Terras, Cartografia e Geociências

Ao Excelentíssimo Senhor
JULIO CEZAR ZEM CARDOZO
Procurador-Geral do Estado
Curitiba-PR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Diretoria Legislativa – Centro de Apoio Legislativo

PROTOCOLO: 10.882/2013-DAP

INTERESSADO: DIRETORIA LEGISLATIVA

PARA: PROCURADORIA-GERAL

ASSUNTO: CONSULTA

Consulta



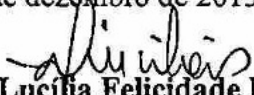
Trata-se de Mensagem nº 200/2013, oriunda do Poder Executivo do Estado, com o intuito de formular proposição para aprovação de Decreto Legislativo, por esta Casa, a fim de que, nos termos do artigo 54, XXX, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo a alienar o Lote 102, Gleba 04, do imóvel denominado Colônia Paranavaí, com área de 13,40 ha, localizado no Município de Amaporã, Comarca de Paranavaí.

Ademais, deve ser analisada a viabilidade de alienação através de decreto legislativo, tendo em vista que a previsão do inciso XXX, do artigo 54 da Constituição Estadual traz a necessidade de aprovação prévia da Assembleia para alienação com área superior a cem hectares.

Por fim, deve ser observado se no caso em comento pode haver dispensa de licitação, a teor do disposto na Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, uma vez, não se referindo a nenhuma das hipóteses excepcionais contempladas nos arts. 24 e 25 desta Lei, a regra geral estabelecida pelo art. 37, XXI, da CF é a da necessidade de procedimento licitatório.

Cabe ressaltar que, segundo a mensagem, o imóvel será alienado a Nelson Busato dos Santos, bem assim que já tramita nesta Casa o Projeto de Lei nº 513/2013, com o mesmo objetivo.

Diretoria Legislativa, 16 de dezembro de 2013.


Lucília Felicidade Dias
Diretoria Legislativa

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PARANÁ	
PROTOCOLO Nº	10.882/13
EM	16/12/13
FUNCIONÁRIO	



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

PROCURADORIA

Protocolo n.º 14814/2013.

Interessado: Diretoria Legislativa.

Assunto: Consulta.



Distribuo ao Advogado Guilherme Brenner Lucchesi para
análise e manifestação.

Curitiba, 17 de dezembro de 2013.



Pedro de Noronha da Costa Bispo
Procurador do Estado / ALEP



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

PROCURADORIA



Protocolo n.º 14.814/2013 (Protocolo n.º 10.882/2013-DAP)

Interessada: Diretoria Legislativa

Assunto: Regularização Fundiária – Mensagem n.º 200/2013



Parecer n.º 418 /2013

EMENTA: CONSTITUCIONAL. Alienação de terras públicas. Atribuição exclusiva do Poder Legislativo. Imóveis com área total superior a 100 (cem) hectares. Possibilidade de autorização exclusivamente por meio de Decreto Legislativo. Terras devolutas. Impossibilidade de regularização fundiária por meio de legitimação de posse. Incorporação ao patrimônio do Instituto de Terras e Cartografia. Possibilidade de autorização da alienação mediante venda, preferencialmente aos possuidores.

Sr. Procurador-Geral,

I – DA CONSULTA

Trata-se de expediente encaminhado pela Diretoria Legislativa desta Casa de Leis a esta Procuradoria-Geral a fim de que exare manifestação preliminar acerca da Mensagem n.º 200/2013 do Poder Executivo, referente a regularização fundiária.

É o que passo a analisar.

II – DA COMPETÊNCIA DO PODER LEGISLATIVO PARA AUTORIZAR A ALIENAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS

Diz o artigo 49, inciso XVII, da Constituição da República que é da competência exclusiva do Poder Legislativo:

1



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

PROCURADORIA



Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

[...]

XVII – aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares;

No mesmo sentido, o artigo 188, § 1.º, da Carta Magna federal estabelece que:

Art. 188. A destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária.

§ 1º. A alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional.

Por simetria, a Constituição do Estado do Paraná, no artigo 53, incisos XIII e XIV, estabelece que:

Art. 53. Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no art. 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

[...]

XIII – bens do domínio público;

XIV – aquisição onerosa e alienação de bens imóveis do Estado;

Art. 54. Compete, privativamente, à Assembleia Legislativa:

[...]

XXX – aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas, com área superior a 100 (cem) hectares, ressalvado o disposto no art. 49, XVII, da Constituição Federal;

Desta forma, caso a área das terras ultrapasse cem hectares, em se tratando a autorização de alienação atribuição privativa da Assembleia Legislativa, é dispensável a sanção governamental, sendo a autorização legislativa concedida por meio de Decreto Legislativo¹.

¹ Vide arts. 121, § 3.º, X, e 122 do Regimento Interno da ALEP: "**Art. 121.** A Assembleia exerce a sua função Legislativa por via de Projetos de Lei, de Resoluções ou de Decretos Legislativos. [...] § 3.º Os projetos de Decreto Legislativo destinam-se a regulamentar as matérias de competência, exclusiva (leia-se privativa) da Assembleia, que não estejam definidas como matéria de projeto de resolução tais como: [...] X - dar autorização para matérias que exigem a manifestação da Assembleia Legislativa, em obediência aos preceitos constitucionais e legais."



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

PROCURADORIA



Em conclusão e do cotejamento dos dispositivos da Constituição da República, da Constituição Estadual e do Regimento Interno da ALEP, tem-se, no ordenamento jurídico vigente, nacional e estadual, que é da competência do Congresso Nacional e, por simetria, da Assembleia Legislativa, apreciar e votar a Mensagem Governamental e, se aprovada, autorizar a alienação das terras especificadas na proposta por meio de Decreto Legislativo.

Analisando-se especificamente a mensagem encaminhada pelo Governador do Estado do Paraná a esta Casa de Leis, verifica-se que, embora o lote tenha área inferior a 100 hectares (13,40 ha), o possuidor já obteve a titularização de área correspondente a 182,7458 ha, devendo sua situação dominial ser regularizada.

Considerando-se o disposto na Lei Estadual n.º 7.055/1978-PR, **deve-se considerar a soma dos imóveis para fins de alienação**. Desta forma, nos termos do artigo 54, inciso XXX, da Constituição do Estado do Paraná, eventual autorização de alienação deve ser feita por meio de **Decreto Legislativo**.

III – DESCARACTERIZAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA – ÁREA SUPERIOR A 100 HECTARES – PREFERÊNCIA DE VENDA PARA OS POSSUIDORES DA ÁREA – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Em que pese a previsão de alienação de área superior 100 hectares por meio de Decreto Legislativo, nos termos da legislação estadual e federal, tal alienação não pode constituir regularização fundiária de terras devolutas, por meio de legitimação de posse. Neste sentido, veja o disposto nos artigos 22 e 28 da Lei Estadual n.º 7.055/1978-PR², e no artigo 29 da Lei Federal n.º 6.383/1976³:

"Art. 122. A resolução e o decreto legislativo serão promulgados pelo Presidente da Assembleia Legislativa dentro de quarenta e oito horas da sua aprovação, sendo que se este não o fizer, o 1º Vice-Presidente fá-lo-á, em igual prazo."

² Art. 22. As terras devolutas só poderão ser transferidas a título legitimação de posse.

[...]

Art. 28. O possuidor de terras devolutas, que as tenha tomado produtivas com o seu trabalho e o de sua família, nelas mantendo morada permanente por cinco (5) anos ininterruptos, poderá adquirir o domínio de área contínua até cem (100) hectares, mediante legitimação de posse.

³ Art. 29. O ocupante de terras públicas, que as tenha tornado produtivas com o seu trabalho e o de sua família, fará jus à legitimação da posse de área contínua até 100 (cem) hectares.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

PROCURADORIA



Desta forma, é necessário se proceder à incorporação ao patrimônio do Instituto de Terras e Cartografia, nos termos do artigo 27 da Lei Estadual n.º 7.055/1978-PR⁴. Posteriormente à incorporação, tais terras somente poderão ser destinadas à pesquisa ou fomento (art. 33, I), à constituição de reservas florestais, a cargo do Estado (art. 33, II), ou à venda aos que se dedicam à atividade agrícola ou pastoril (art. 33, III).

Atente-se que, em caso de venda, os possuidores da área (nos termos do artigo 16, inciso III, da Lei Estadual⁵) terão preferência aos demais na sua aquisição, conforme previsto no artigo 34, inciso I, da Lei Estadual n.º 7.055/1978-PR:

Art. 34. Na venda, obedecida a seguinte ordem será dada preferência:

- I – aos que ocupam o imóvel nos termos de artigo 16, inciso III;
- II – aos agricultores cujos imóveis rurais sejam comprovadamente insuficientes para o sustento próprio e o de sua família;
- III – aos que se venham dedicando, há mais de três (3) anos, à atividade agrícola, na qualidade de arrendatários parceiros ou assalariados;
- IV – aos que forem membros de cooperativa ou sociedade de agricultores.

Note-se que tal venda se sujeita às condições resolutivas previstas no artigo 35 daquela Lei Estadual:

desde que preencha os seguintes requisitos: I – não seja proprietário de imóvel rural; II – comprove a morada permanente e cultura efetiva, pelo prazo mínimo de 1 (um) ano.

§ 1.º A legitimação da posse de que trata o presente artigo consistirá no fornecimento de uma Licença de Ocupação, pelo prazo mínimo de mais 4 (quatro) anos, findo o qual o ocupante terá a preferência para aquisição do lote, pelo valor histórico da terra nua, satisfeitos os requisitos de morada permanente e cultura efetiva e comprovada a sua capacidade para desenvolver a área ocupada.

§ 2.º Aos portadores de Licenças de Ocupação, concedidas na forma da legislação anterior, será assegurada a preferência para aquisição de área até 100 (cem) hectares, nas condições do parágrafo anterior, e, o que exceder esse limite, pelo valor atual da terra nua.

§ 3.º A Licença de Ocupação será intransferível *inter vivos* e inegociável, não podendo ser objeto de penhora e arresto.

⁴ **Art. 27.** As terras devolutas encontradas vagas ou sem condições de serem legitimadas, serão incorporadas ao patrimônio do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná.

⁵ **Art. 16.** Registrada a decisão proferida em processo discriminatório de perímetro em que haja sido apurada a existência de terras devolutas, o ITC vistoriando a área, elaborará laudo circunstanciado de que fará constar: [...] III – o rol dos possuidores que, em caráter preliminar, tenham sido considerados sem condições de legitimar suas posses, com a indicação de nacionalidade, estado civil, residência, extensão aproximada da posse, descrição das divisas, nomes dos confrontantes, natureza das benfeitorias, culturas e criações;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

PROCURADORIA



Art. 35. Os contratos de venda outorgados pelo Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná, ficam subordinados às seguintes condições resolutivas:

I – conservar o adquirente no mínimo a quarta parte da área do imóvel em mata, ou proceder no prazo de dois (2) anos a reposição na mesma proporção, se houver sido devastada;

II – pagar o adquirente as prestações na data do vencimento.

Art. 36. Resolvido o contrato pelo inadimplemento de qualquer das condições previstas, restituir-se-ão as partes ao estado anterior, ficando o adquirente obrigado a compor as perdas e danos.

Desta forma, cumprindo o Sr. NELSON BUSATO DOS SANTOS os requisitos do artigo 16, inciso III, da Lei Estadual n.º 7.055/1978, é possível a autorização de alienação, nos termos da Mensagem n.º 200/2013, mediante venda.

Ressalte-se que, mesmo com a autorização legislativa, tal venda somente poderá ocorrer após a realização dos procedimentos para alienação de bens da Administração Pública Estadual, nos termos da Lei Estadual n.º 15.608/2007-PR⁶, à exceção do inciso IV, pois, como os beneficiários da alienação atendem os requisitos legais, não há motivo para se estabelecer um certame, pois detêm preferência na aquisição, sendo inexigível licitação por inviabilidade de competição (art. 33, Lei Estadual n.º 15.608/2007-PR, e art. 25, Lei Federal n.º 8666/1993).

É o parecer que submeto à vossa apreciação.

Curitiba, 17 de dezembro de 2013.

GUILHERME BRENNER LUCCHESI

OAB/PR 50.580

⁶ **Art. 6.º** A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à: I – existência de interesse público devidamente justificado; II – prévia avaliação, visando à definição do preço mínimo; III – autorização legislativa para os bens imóveis, bem como para bens móveis quando envolver alienação de controle societário de economia mista e empresa pública; IV – licitação na modalidade de concorrência ou leilão público, desde que realizado por leiloeiro oficial ou servidor designado pela Administração.

[...]

Art. 7.º Na concorrência para a venda de bens imóveis, a fase de habilitação limitar-se-á à comprovação do recolhimento de quantia correspondente a 5% (cinco por cento) da avaliação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

PROCURADORIA



Protocolo n.º 14814/2013.


Interessado: Diretoria Legislativa.

Assunto: Consulta – Regularização Fundiária – Mensagem n.º 200/2013.

I. Aprovo o Parecer n.º 418/2013;

II. Encaminhe-se à Diretoria Legislativa.

Curitiba, 17 de dezembro de 2013.



Luiz Carlos Caldas
Procurador-Geral



PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ
Gabinete Deputado Pedro Lupion
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

PARECER

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 04/2013 de autoria da MESA EXECUTIVA que "*Dispõe sobre a autorização ao Poder Executivo para a alienação de imóveis*"

Relator: DEPUTADO PEDRO LUPION

I - RELATÓRIO

Trata-se de Mensagem de nº 200/2013, oriunda do Poder Executivo que uma vez lida em expediente foi convertida no Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 04/ 2013.

O PDL em análise objetiva autorizar o Poder Executivo a alienar o Lote nº 102, Gleba 04, do imóvel denominado Colônia Paranavaí, com área de 13,40 ha, localizado no Município de Amaporã, Comarca de Paranavaí, ao Sr. Nelson Busato dos Santos.

Nos termos da mensagem encaminhada pelo Poder Executivo: "*A presente proposição é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos da legislação federal (Lei Federal nº 8.666/93: dispensa de licitação: Art. 17, inc. I, alíneas "f" e "g") e estadual (Estatuto Estadual de Terras : Lei Estadual nº 7.055/1978: Art. 21 e seguintes) que regulam a*



matéria, assim como, ajustando-se ao referido mandamento contido no Art. 54, inc. XXX e no Art. 156, ambos da Constituição do Estado do Paraná, objetiva a regularização da área ao seu legítimo ocupante que vem explorando-a adequadamente e em conformidade com as exigências legais, de modo a fazer com que se cumpra sua função social” (exceto da mensagem governamental nº 203/2013 – fls. 04).

E ainda, continua:

“[...] [ressalta-se] que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expedientes protocolados sob nº 5.894.656-7-SID, o qual foi objeto de pronunciamento favorável do Instituto das Terras, Cartografias e Geociência, autarquia vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA, e do Núcleo Jurídico junto à Secretaria de Estado de Governo, unidade da Procuradoria Geral do Estado, dele constando, inclusive, laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida.” (exceto da mensagem governamental nº 203/2013 – fls. 04)

Na sequência o PL foi encaminhado a esta Comissão, nos termos regimentais.

É O RELATÓRIO.

II –ANÁLISE E VOTO

Passo para a análise da constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, conforme a competência Regimental desta Comissão (art. 33-A¹, RIALEP).

Consigne-se que a análise ora realizada é de fundamental importância uma vez que se presta exatamente para evitar a introdução no ordenamento jurídico de norma inconstitucional antes que surja um conflito

¹Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

1 - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.



interindividual e/ou social que a concretize, ou seja, que seja por ela regido, exigindo sua aplicação.

Em relação aos proponentes, inegavelmente, são legítimos para apresentar Projetos de Decretos Legislativos conforme se verifica na Constituição Estadual (art. 65²) e no próprio Regimento Interno desta Casa Legislativa (art. 124³).

Neste ponto, entendo necessário esclarecer que o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná determina em seu artigo 117 que proposição é toda matéria sujeita à deliberação desta Assembleia e consistem em projetos de lei, projetos de resolução, projetos de decreto legislativo, emendas, indicações e requerimentos:

"Art. 117 Proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Assembleia, que será recebida pela Mesa, numerada, datada, despachada às comissões competentes e publicada no Diário da Assembleia e em avulsos, para serem distribuídas aos Deputados, às Lideranças e às comissões.

§ 1º As proposições poderão consistir de projetos de lei, projetos de resolução, projetos de decreto legislativo, emendas, indicações e requerimentos."

Com efeito, o Regimento Interno, ao regulamentar as hipóteses para elaboração do Decreto Legislativo, menciona, em seu art. 121, §3º:

"Art. 121 A Assembleia exerce a sua função Legislativa por via de Projetos de Lei, de Resoluções ou de Decretos Legislativos:

(...)

§ 3º Os projetos de Decreto Legislativo destinam-se a regulamentar as matérias de competência, exclusiva da Assembleia, que não estejam definidas como matéria de projeto de resolução tais como:

(...)

² Art. 65. [CE] A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.(grifo meu)

³ Art. 124. [RIALEP] A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia ,ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.(grifo meu)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



X - dar autorização para matérias que exigem a manifestação da Assembleia Legislativa, em obediência aos preceitos constitucionais e legais. "

Em relação à constitucionalidade formal, quanto à técnica legislativa, não há qualquer óbice ao texto do projeto, estando todos de acordo com as normas impostas pela Lei Complementar nº 95, de 26/2/98, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26/4/01.

Sobre a matéria versada no presente PDL, válido mencionar que a limitação de área, para efeito de alienação e concessão de terras públicas, com prévia autorização do Legislativo, é regra que vigora desde a Constituição Federal de 1934, que, no artigo 130, estabelecia, como objeto para cada um desses atos jurídico-administrativos, o limite de dez mil hectares.

A limitação em si fora mantida nas Constituições ulteriores, mas o tamanho da área de terra que, para ser alienada ou concedida, foi alterada.

Atualmente, se verifica no artigo 49, inciso XVII⁴ da Constituição Federal (CF), a determinação de que é competência exclusiva do Poder Legislativo aprovar previamente a alienação ou a concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares. De mesma sorte, o artigo 188, §1º⁵ da CF, vem no mesmo sentido do mencionado dispositivo, ao exigir a aprovação prévia do Congresso Nacional, para se efetivar a concessão ou alienação de terras públicas.

Outrossim, considerando o princípio da simetria, a Constituição do Estado do Paraná estabelece como competência privativa do Poder

⁴ Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional: [...]XVII - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.

⁵ Art. 188. A destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária. § 1º - A alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional.



Legislativo a aprovação prévia para alienação ou concessão de terras públicas, desde que a doação pretendida ultrapasse cem (100) hectares, conforme se depreende do artigo 54, inciso XXX, *in verbis*:

*Art. 54. Compete, privativamente, à Assembleia Legislativa:
(...)*

XXX - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas, com área superior a 100 (cem) hectares, ressalvado o disposto no art. 49, XVII, da Constituição Federal;

Do mencionado dispositivo decorre, sem grande esforço hermenêutico, que as alienações ou concessões de terras públicas com áreas superiores aos limites constitucionais (100 hectares) impõem necessidade de autorização prévia do Poder Legislativo, e por consequência são evitadas do vício de inconstitucionalidade, quando não lhes preceda a indispensável autorização.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Ainda, com relação a alienação do imóvel deve ser observado no caso em apreço que houve a lavratura de uma escritura pública de cessão e transferência de direitos possessórios (fls. 16/17), datada de 1964 (50 anos) e neste sentindo não se pode negar que tal documento gerou de certa forma nos então outorgados a segurança jurídica da posse do imóvel.

Ora, assim como no direito alemão, francês, espanhol e italiano, o ordenamento brasileiro revela, na expressão de sua unidade sistemática, e, na sua aplicação, vem reverenciando os princípios ou subprincípios conexos da segurança jurídica e da proteção da confiança, sob a compreensão de que nem sempre se assentam, exclusivamente, na observância da pura



legalidade ou das regras *strictu sensu*. Isto significa que situações de fato, quando perdurarem por largo tempo, sobretudo se oriundas de atos administrativos, que guardam presunção e aparência de legitimidade (a exemplo da escritura pública), devem estimadas com cautela quanto à regularidade e eficácia jurídicas, até porque, enquanto a segurança é fundamento quase axiomático, perceptível do ângulo geral e abstrato, a confiança, que diz com a subjetividade, só é passível de avaliação perante a concretude das circunstâncias.

A fonte do princípio da proteção da confiança está, na boa-fé do particular, como norma de conduta, e, em consequência, na ratio iuris da coibição do venire contra factum proprium, tudo o que implica vinculação jurídico da Administração Pública às suas próprias práticas, ainda quando ilegais na origem. O Estado de Direito é sobretudo Estado de confiança. (excerto STF - ACO 79, Rel. Min. Cezar Peluso, julgamento em 15-3-2012, Plenário, DJE de 28-5-2012.)

E a boa-fé e a confiança dão novo alcance e significado ao princípio tradicional da segurança jurídica, em contexto que, faz muito, abrange, em especial, as posturas e os atos administrativos, relevando a importância decisiva da ponderação dos valores da legalidade e da segurança, como critério epistemológico e hermenêutico destinado a realizar, historicamente, a ideia suprema da justiça.

Por fim, não existe restrições para a aprovação da autorização legislativa pretendida neste PDL ressaltando tão somente, que a alienação, por óbvio, deverá obedecer aos procedimentos previstos na legislação aplicável a espécie.

Diante do exposto, não se vislumbra qualquer óbice para a aprovação do presente PDL em sede desta Comissão de Constituição e Justiça.

É O VOTO.

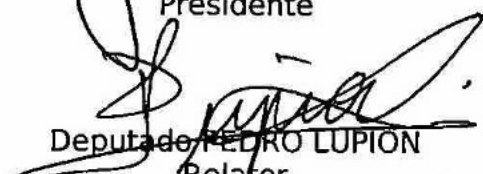


III - CONCLUSÃO

Por todo o exposto, entendo pela APROVAÇÃO do Projeto de Decreto Legislativo nº 04/2013, de autoria da Mesa Executiva.


Sala das Comissões, 18 de fevereiro de 2014

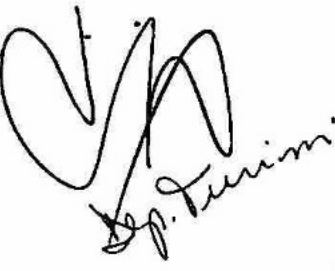

Deputado NELSON JUSTUS
Presidente


Deputado PEDRO LUPION
Relator


Dep. Hermínio



Dep. Curicuri


Dep. Inácio



Dep. Turini


Dep. Pastor

VOTO
CONTRARIO
AO PARECER

Deps
Tadeu Venen
Riviles mello


APROVADO

18.02.14 



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 04/13

RELATÓRIO

A Mensagem nº 200/13, de autoria do Poder Executivo, foi transformada em Projeto de Decreto Legislativo nº 04/13, de autoria dos Deputados Plauto Miró e Valdir Rossoni, que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG, órgão vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA, a alienar a Nelson Busato dos Santos, o Lote nº 102, Gleba 04, do imóvel denominado Colônia Paranavaí, com área de 13,40 ha, localizado no Município de Amaporã, Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Preliminarmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Pedro Lupion exarou o devido parecer favorável.

Procedida à análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta, encontra amparo legal quanto ao processo legislativo, no art. 54, inciso XXX, da Constituição Estadual, quando se trata de área superior a 100 (cem) hectares. Observe-se ainda que, embora a área do imóvel seja inferior a 100 (cem) hectares, o seu ocupante, já adquiriu terras em outra oportunidade, que somadas, ultrapassam o limite estabelecido constitucionalmente. Sendo assim a necessidade de buscar a aprovação da Assembleia Legislativa.

De igual modo, a Constituição Estadual em seu Art. 10, dispõe sobre a alienação dos bens imóveis do Estado, especialmente, a título oneroso, com autorização prévia.

Constata-se ainda que, o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através do protocolado nº 5.894.656-7/SID, e que obteve o pronunciamento favorável do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências, autarquia vinculada à



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA,
inclusive com laudo técnico de vistoria e demais documentos que
fundamentam a medida.

CONCLUSÃO

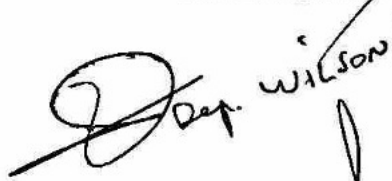

Portanto, esta Comissão de Finanças, manifesta-se pelo
parecer FAVORÁVEL ao Projeto de Decreto Legislativo nº 04/13.

É o parecer.

Sala das Comissões, 12/03/14


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO ELIO RUSCH
RELATOR

 Dep. Wilson
 Dep. Bohnen


Dep. Pugliese

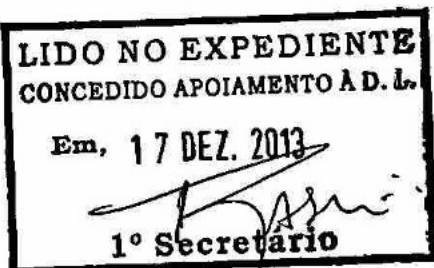


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria Legislativa – Centro de Apoio Legislativo



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO nº 5 /2013



Dispõe sobre a autorização ao Poder Executivo para a alienação de imóveis.

Art. 1º Fica o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG, autorizado, nos termos do art. 54, inciso XXX, da Constituição Estadual, a alienar a Odilon Cardozo, o Lote nº 104/A, Gleba 16, do imóvel denominado Colônia Boa Ventura, com área de 35,9959 ha, localizado no Município de Boa Ventura de São Roque, Comarca de Pitanga, nos termos da Mensagem nº 201, de 11 de dezembro de 2013, do Chefe do Poder Executivo, lida no expediente da Assembleia Legislativa de 16 de dezembro de 2013, na forma de Anexo I.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 17 de dezembro de 2013.

Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente

Deputado PLAUTO MIRÓ
1º Secretário

212



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria Legislativa – Centro de Apoio Legislativo



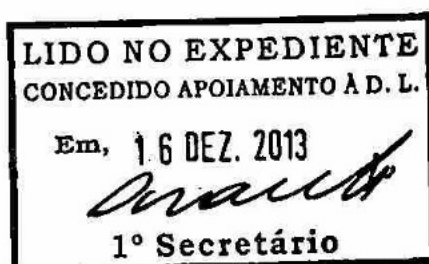
JUSTIFICATIVA

Justifica-se a presente proposição nos termos da Mensagem nº 201, de 11 de dezembro de 2013, do Chefe do Poder Executivo, lida no expediente da Assembleia Legislativa de 16 de dezembro de 2013, bem como do Parecer nº 420/2013, da Procuradoria desta Assembleia, que é parte integrante do Protocolo nº 14.816, de 16 de dezembro de 2013, em anexo.

Sala das Sessões, 17 de dezembro de 2013.

MENSAGEM
Nº 201/2013.

Curitiba, em 11 de dezembro de 2013.



I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências.

Em, 16/12/2013

Senhor Presidente,

Presidente

PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador



Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa Assembleia Legislativa promulgue Decreto Legislativo, conforme Art. 54, inciso XXX, da Constituição Estadual, permitindo o Poder Executivo a, através do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG, órgão vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, alienar a Odilon Cardozo, o Lote 104/A, Gleba 16, do imóvel denominado Colônia Boa Ventura, com área de 35,9959 ha., localizado no Município de Boa Ventura de São Roque, Comarca de Pitanga.

Cabe esclarecer que, embora a área do imóvel seja inferior a 100 (cem) hectares, o seu ocupante, em anterior oportunidade, adquiriu terras que, somadas, alcançam o que estabelece o mencionado dispositivo constitucional.

A presente proposição é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos de legislação federal (Lei Federal nº 8.666/93: dispensa de licitação: Art. 17, inc. I, alíneas "f" e "g") e estadual (Estatuto Estadual de Terras: Lei Estadual nº 7.055/1978: Art. 21 e seguintes) que regulam a matéria, assim como, ajustando-se ao referido mandamento contido no Art. 54, inc. XXX, e no Art. 156, ambos da Constituição do Estado do Paraná, objetiva a regularização da área ao seu legítimo ocupante que vem explorando-a adequadamente e em conformidade com as exigências legais, de modo a fazer com que se cumpra sua função social.

Ainda, vale ressaltar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expediente protocolado sob nº 5.894.656-7-SID, o qual foi objeto de pronunciamento favorável do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências, autarquia vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, e do Núcleo Jurídico junto à Secretaria de Estado de Governo, unidade da Procuradoria Geral do Estado, dele constando, inclusive, laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida.

Para melhor justificar a conveniência e oportunidade da proposta e no sentido de bem instruir e esclarecer quanto aos aspectos técnicos e jurídicos de que se reveste, é feita anexação de cópia das principais peças do processo.

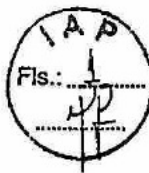
Certo de que a proposta merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 5.604.579-1

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530 909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: [41] 3350 2800 | Fax: [41] 3254 7345 | www.pr.gov.br

ANEXO 01 16/12/2013 010803 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



ILUSTRÍSSIMO SENHOR DIRETOR PRESIDENTE DO INSTITUTO
AMBIENTAL DO PARANÁ.

INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ
Escritório Regional de Pitanga PR

Protocolo N.º 38 / 11

Em 11 / 06 / 2002



Odilon Cardoso, brasileiro, casado, agricultor, portador do RG. 8.284.577-1 PR., e CPF. 251.375.060.-87, residente e domiciliado na localidade Terra Santa, no Município de Boa Ventura de São Roque - Pr., vem requerer a Vossa Senhoria a regularização do Lote 104"A" Gleba 16 do Imóvel Boa Ventura com área de 35.9959 ha, no Município de Boa Ventura de São Roque - PR., nos termos da Lei 7055/78.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Pitanga, 10 de Junho de 2002.

Odilon Cardoso
Odilon Cardoso

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO 8.284.577

DATA DE EXPEDIÇÃO 19/01/1998

NOME ODILON CARDOZO

FILIAÇÃO ELPIDIO QUINCOZES CARDOZO
ESMERALDINA MAIA CARDOZO

NATURALIDADE CATUIPE/RS

DATA DE NASCIMENTO 13/10/1952

DOC ORIGEM COMARCA=JAGUARI/RS, NOVA ESP DO SUL
C.CAS 1194, LIVRO=89, FOLHA=152

CPF

CURITIBA - PR

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

CIC

Fls. 1

NASCIMENTO 12.10.52

INSCRIÇÃO NO CAD 251 375 060

CONTRIBUINTE

ODILON CARDOZO

CASA CIVIL

C.T. 03

FLS.

RUB. 62

DIRETORIA LEGISLATIVA

Pág. 44

DIRETORIA LEGISLATIVA

Pág. 062

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

Odilon Cardozo

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

CODIFICAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS E FISCAIS

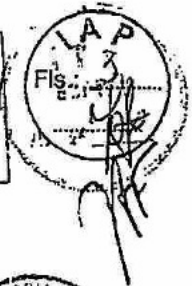
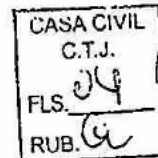
CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROVATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE CONTRIBUINTE

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



ESTADO DO PARANÁ- COMARCA DE PITANGA
MUNICÍPIO DE PITANGA - DISTRITO DE BOA VENTURA

Elias Scharsiner
(Tabelião Designado)



CERTIDÃO

Tório Distrital de Boa Ventura
Comarca de Pitanga - Paraná

Escritura Pública de Cessão e Doação de Direitos Possessórios que fazem: Elpidio Quincozes Cardozo e s/m. à favor de Odilon Cardozo e outros na forma como abaixo se declara:-

Saibam quantos esta pública escritura de cessão de direitos possessórios de terra que, no ano de mil novecentos e noventa e um, aos dois dias do mês de maio, do dito ano, neste Distrito de Boa Ventura, Município e Comarca de Pitanga, Estado do Paraná, compareceram perante mim Tabelião Designado, em Cartório, partes entre si justas e contratadas a saber: de um lado como Outorgantes Doadores o Sr. ELPIDIO QUINCOZES CARDOZO e sua mulher Da. ESMERALDINA MAIA CARDOZO, brasileiros, casados entre si sob o regime de comunhão universal de bens, ele aposentado, ela do lar, portadores da Cert. Cas. nº 443, fls. 101 Vº, Livro B-5 de Nova Esperança-R.S. e CIC nº 043.914.110-91, residentes e domiciliados neste Distrito; E de outro lado como Outorgados Donatários:- ODILON CARDOZO, brasileiro, casado com Helena A. Cardozo, sob o regime de comunhão universal de bens, portador da Cert. Cas. nº 1.194, fls. 152/153, L. B-09 de Nova Esperança, R.S. e CIC nº 251.375.060-87; GILSON LUIZ CARDOSO, brasileiro, solteiro, maior, lavrador, portador da Cert. de Nasc. nº 5.312, fls. 54, Livro A-01 de Nova Esperança, R.S. e CIC nº 675.817.659-20; JOSÉ CARLOS CARDOSO, brasileiro, casado com Marlene Aparecida Cordeiro Cardoso, sob o regime de comunhão parcial de bens, lavrador, portador da Cert. de Nascimento: Digo: Casamento nº 2.677, fls. 231, Livro B-8 de Pitanga, Pr.; SUELI ALMEDORINA CARDOZO MAIA, brasileira, casada com Vanderlã Vieira Maia, sob o regime de comunhão universal de bens, do lar, portadora da Cert. Cas. nº 118, fls. 93 do Livro 2-B de Jaguari, R.S.; sendo que todas donatários acima qualificados são filhos dos doadores e residentes e domiciliados neste Distrito e Município de Pitanga, Pr.: todos os presentes reconhecidos como os próprios de mim e das testemunhas à final nomeadas, do que dou fé. E, perante mim e as mesmas testemunhas, pelos outorgantes doadores me foi dito que a justo título, livre e desembaraçado de quaisquer ônus, são legítimos detentores dos direitos possessórios sobre uma área rural de terra situada na Colônia Boa Ventura, Gleba 16 (dezesseis), denominado Lote nº 104 (cento e quatro) Distrito de Boa Ventura, Mun. e Comarca de Pitanga, Pr., com área de 126, 6825 Ha. (cento e vinte e seis hectares, sessenta e oito ares e vinte e cinco centiares), sendo que os limites, características e confrontações

serão constantes na Escritura de Compra e Venda ou Título de Domínio que será fornecido em tempo oportuno, pelo ITCF onde encontra-se em arrolamento; e que sendo assim me foi dito pelos outorgantes doadores que não lhes convindo mais a liquidação da referida posse, acharam por bem desta escritura e na melhor forma de direitos, vender esta doação e ceder gratuitamente aos donatários todos os direitos, ações, posse, domínio e jus que exerciam sobre o imóvel, para que dele os donatários usem, gozem e disponham livremente como seu que fica sendo, transferindo-se também todas as vantagens e obrigações que lhes assistiam, podendo também os donatários requerer e assinar tudo o que mais necessário for ante o ITCF (Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná), com Escritório na cidade de Pitanga, Pr., para a devida regularização do imóvel, também me foi dito pelos mesmos donatários que aceitavam esta escritura na forma como está sendo redigida, assumindo também desta data em diante todos os impostos, taxas e outros emolumentos devidos ao imóvel ora doado. Assim o disseram e dou fé. A pedido das partes lavrei e datilografei esta escritura hoje neste Ofício, a qual feita e após lida, acharam-na conforme aceitaram e assinam, e sendo que os outorgantes não, são alfabetizados, pediram então que assinasse seus a rogos:- José Antonio Machado - Ident. 1.872.067-0 Pr. e Solange F. P. Schreiner - Ident. 4.977.631-4-Pr. e com as testemunhas: Antonio Pereira dos Santos, Cas. do Livro B-01 deste Ofício, nº 113 e Luiz Carlos Maciel, Ident. 4.164.012-0-Pr. e todos maiores, capazes, residentes neste Distrito, e comigo Elias Schreiner, Tab. Designado, que dou fé. Boa Ventura, 02/05/91 (AA) Antonio Pereira dos Santos - Luiz Carlos Maciel - José Antonio Machado - Solange F. P. Schreiner - Gilson Luiz Cardozo - Odilon Cardozo - José Carlos Cardoso - Sueli Amedorina Cardozo Paia e Elias Schreiner, tabelião designado, que lavrei, conferi, me reporto, raso, dou fé e também assino.

Boa Ventura, 02 de Maio de 1.991


ELIAS SCHREINER
Tabelião Designado
CIC 473.436.489.34

Descriver:.....

.....

Espécie: Particular ☐Sim ☒Espécie: Particular ☐Público ☒

Cessão e doação de direitos

Comarca:..... **Município:**.....

Cartório:.....Nº.....Livro:.....Fls.:.....

Possui outro Imóvel Rural? Não ☐ Sim ☒ Quantos?.....07..... Proprietário

Local/Município: Baa Ventura de São Roque.....ha 85,0000.... Posseiro

Local/Município:.....ha..... Proprietário

Financiamento bancário: Não ☐ Sim ☐ Posseiro

Atividades agropecuárias desenvolvidas anteriormente: Local.....

Condição: Proprietário ☐ Empregado ☐ Arrendatário ☐ Parceiro ☐

[illegible]

07 - UTILIZAÇÃO DO IMÓVEL		
ESPECIFICAÇÃO	ha	%
Culturas permanentes.....		
Culturas temporárias..... <i>Soja, milho</i>	<i>26,9969</i>	<i>75</i>
Pastagens.....		
Campos.....		
Matas.....	<i>8,9990</i>	<i>25</i>
Capoeiras.....		
Reflorestamento.....		
Outros.....		

ESPECIFICAÇÃO

ha

%

Culturas permanentes.....	2.2	2.2	2.2	2.5
---------------------------	-----	-----	-----	-----

Culturas temporárias.....	Soja, milho	26,9969	75
---------------------------	-------------	---------	----

Pastagens.....		
----------------	--	--

Campos.....		
-------------	--	--

Matas.....	8,9990	25
------------	--------	----

Capoeiras.....

Reflorestamento.....		
----------------------	--	--

Outros.....

08 - AVALIAÇÃO DO IMÓVEL

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pag. 118

CASA CIVIL
C.T.J.
FLS. 07
RUB. 2

1A
Fls.: 2

Preço Médio da região R\$...../ha.

Plano.....%

Levemente ondulado.....%

Topografia: Ondulado.....%

Acidentado.....%

Alagadiço.....%

Pedreira.....%

CONSERVAÇÃO DO SOLO:

Erosão: Não apresenta ☐

Apresenta pouco ☐

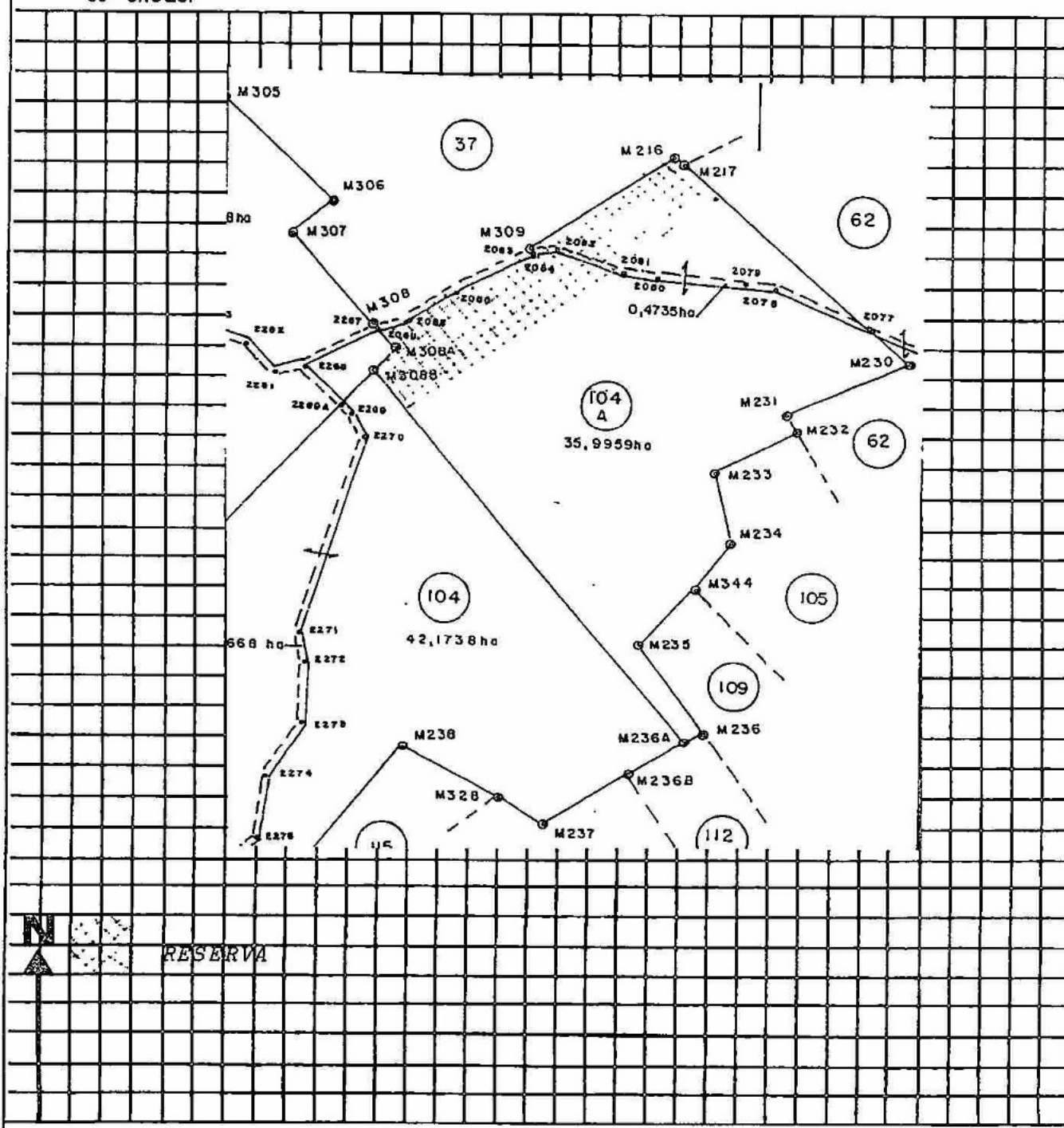
Acentuada ☐

Conservação: Curva de Nível ☐

Terraço ☐

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pag. 98

09 - CROQUI



10 - OBSERVAÇÕES



Conferir com original

ELPIT 12/12/03

[Assinatura]
JOSÉ TADEU BINI
 CHEFE REGIONAL DO IAP/ERPIT
 CPF. 215.315.609-20
 R.G. 977.726-PR

11 - ASSINATURA
 DO
 OCUPANTE

ODILON CARDOSO

12 - TESTEMUNHAS

1ª

Assinatura:

Nome:

2ª

Assinatura:

Nome:

13 - Afirmo haver transcrito com fidelidade as declarações que me foram prestadas para o preenchimento do presente LAUDO DE VISTORIA.

Local: BOA VENTURA DE SÃO ROQUE Data 31 / 10 / 2003

Assinatura: *[Assinatura]*

Nome: MAURO GRUBER

Calculista
 R.G. 3 286.830-4

14 - De acordo em 12/12/03

[Assinatura]
JOSÉ TADEU BINI
 CHEFE REGIONAL DO IAP/ERPIT

15 - Visto em ____ / ____ / ____

INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ

SISTEMA DE TERRAS TITULADAS DO ESTADO DO PARANÁ

RELATÓRIO DE LIMITES



*** TITULADO ***

NOME - DEILSON CARDOZO

NÚMERO TITULADO - 11525

REGISTRO GERAL -

CGC/CPF -

IDENTIFICAÇÃO - SIC.29137500037

NOME MÃE -

DATA NASCIMENTO -

*** IMÓVEL ***

CÓDIGO - 0000010

TIPO IMÓVEL - 01 - COLÔNIA

END - 00A - VITÓRIA

LOCALIZAÇÃO - 01525 -

INÍCIO - PITANGA

*** ESCRITURA ***

NÚMERO ESCRITURA - 000000

DATA CONTRATO -

NÚMERO LOTE - 02

NÚMERO LIVRO - 5

DATA EMISSÃO - 12/10/1991

NÚMERO MATRÍCULA - 100

NÚMERO CONTRATO -

NÚMERO COLHAS - 100

*** ESCRITURA ***

NÚMERO ESCRITURA - 009023

DATA CONTRATO -

NÚMERO LOTE - 102

NÚMERO LIVRO - 5

DATA EMISSÃO - 02/11/1991

NÚMERO MATRÍCULA - 15.000

NÚMERO CONTRATO -

NÚMERO COLHAS - 100

*** ESCRITURA ***

NÚMERO ESCRITURA - 009024

DATA CONTRATO -

NÚMERO LOTE - 102

NÚMERO LIVRO - 5

DATA EMISSÃO - 02/11/1991

NÚMERO MATRÍCULA - 15.000

NÚMERO CONTRATO -

NÚMERO COLHAS - 100

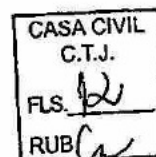
82,4653 ha

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
COORDENADORIA DE GESTÃO TERRITORIAL - CGET
DIVISÃO DE TERRAS



GOVERNO DO
PARANÁ

INFORMAÇÃO N.º 512



PROTOCOLO N.º 5.604.579 - 1 - SID - ODILON CARDOSO.



O lote n.º 104/ A, da "COLÔNIA BOA VENTURA - GLEBA 16", com área de 35,9959 ha, foi objeto da sub - divisão do Lote n.º 104, cuja área total era de 126,6825 ha, através do Despacho do Sr. Diretor Presidente do IAP, em 06.04.05, no Protocolo n.º 5.728.108 - 1 / Ofício n.º 104/ 03 ERPIT.

O lote n.º 104, da "COLÔNIA BOA VENTURA - GLEBA 16", com área de 126,6825 ha, encontra-se Incorporado ao Patrimônio do IAP, para fins de venda (Art. 27 e 33, inciso III, da Lei 7055/ 78), conforme Título n.º 2.403, expedido em 15.03.90, devidamente matriculado junto ao Registro de Imóveis da Comarca de Pitanga, sob n.º 15.976, em 02.05.90.

Quando da elaboração do Plano de Colonização, Autos n.º 380, o lote em questão, não alienado até o momento, era ocupado pelo Sr. "ELPIDIO QUINCOZES CORDEIRO".

Verificando junto aos Registros Cadastrais existentes nesta Divisão, bem como no Sistema de Terras Titulados do Estado do Paraná - STT., constatamos que em nome do Sr. "ODILON CARDOSO", consta a Titulação de 82,4653 ha, conforme relatório de Limite Constitucional, anexado ao presente.

A SEMA/ AJ., para exame e parecer.

SEMA/ CGET/ DT., em 13 de junho de 2005

Albari Sebastião Lejambre
Técnico de Assuntos Fundiários



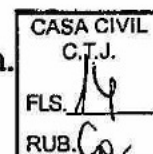
Rua Desembargador Motta, 3384 - Mercês
80430-200 - Curitiba - Paraná - Brasil
Fone: 41 304 7700 / Fax: 41 304 7804
e-mail: sema@par.gov.br

Parecer nº 571/2005.

Protocolo nº 5.604.579-1.

Interessado: ODILON CARDOSO.

Assunto: Regularização Dominial de Área Rural Devoluta.



SENHOR ASSESSOR JURÍDICO DA SEMA.

Odilon Cardoso, brasileiro, casado, agricultor, portador da Carteira de Identidade RG nº 8.284.577-1/Pr. e do CPF nº 251.375.060/87, residente e domiciliado na localidade denominada Terra Santa, Município de Boa Ventura de São Roque-Pr., neste ato está requerendo junto a esta Entidade Estatal, a Regularização Dominial, em próprio nome do **"Lote 104/A, da Gleba 16, com 35,9959 há., do Imóvel denominado Colônia Boa Ventura"**, situada no Município de Boa Ventura de São Roque, Comarca de Pitanga-Pr.

O presente processo vem devidamente instruído com as cópias da Carteira de Identidade e CPF do requerente, Escritura Pública de Cessão e Doação de Direitos Possessórios em favor do requerente, em que figura como outorgantes de tais direitos Elpídio Quincozes Cardoso e Sua Mulher, estes, mencionados no Plano de Colonização nº 380, como sendo os ocupantes da área à época da sua elaboração, demonstrando assim que o requerente é o detentor dos direitos possessórios sobre a área objeto do presente processo e o Laudo de Vistoria elaborado pelo Escritório Regional do IAP de Pitanga, certificando que o requerente é o atual ocupante da área em apreço, demonstrando assim a sua legitimidade para o presente pleito.

Instada a CGET/DT/SEMA, informou que a área do lote 104/A, da Gleba 16, com 35,9959 há., é originária de área maior, que foi subdividida, conforme autorização do Senhor Diretor Presidente do IAP, de acordo com o contido no Protocolo nº 5.728.108-1, encontra-se incorporada ao Patrimônio do IAP, para fins de regularização aos seu atual ocupante, de acordo com o disposto nos Arts. 27 e 33-III, da Lei de Terras de nº 7055/78, conforme Título de Domínio nº 2.403, expedido em 15.03.1990 e devidamente matriculado junto ao Registro de Imóveis da Comarca de Pitanga, sob nº 15.976, informou ainda que em nome de **Odilon Cardoso**, consta a

titulação de uma área de terras com 82,4653 há., de acordo com o Relatório de Limite constitucional para aquisição de Terras Devolutas do Estado, anexado ao presente.

Ante ao exposto e de tudo o mais que do presente processo consta, somos pelo **deferimento** da pretensão da parte interessada, no sentido de regularizar dominialmente a área objeto do presente requerimento em seu próprio nome, ficando o requerente sujeito ao pagamento dos valores atualizados referente à aquisição do Imóvel em questão.

Entretanto, ressaltamos, que tendo em vista que a área aqui pretendida à aquisição, somada à já adquirida pelo requerente junto ao Estado do Paraná, ultrapassa o Limite Constitucional Estadual, para aquisição de Terras Devolutas do Estado do Paraná, necessário se torna o encaminhamento do presente processo à prévia e expressa autorização da Assembléia Legislativa, nos termos do Art. 54, Inciso XXX, da Constituição Estadual do Estado do Paraná.

É o nosso parecer.

Curitiba, 22 de Agosto de 2005.

Luiz Carlos Pupim
OAB/PR. 9733
Assessoria Jurídica da SEMA

- De acordo.
- À CGET/DT/SEMA, para a tomada das providências que o caso requer.

Theo Botelho Marés de Souza
Dr. Theo Botelho Marés de Souza.
OAB/PR. 35.464
Assessor Jurídico da SEMA.



CASA CIVIL
C.T.J.
FLS. 16
RUB. 6




PROTOCOLO Nº 5.604.579 - 1 - ODILON CARDOSO.

Sr. Diretor.

Tendo em vista o contido no parecer 571/ 05 da SEMA/AJ., para que o lote aqui objetivado venha ser regularizado ao requerente, há necessidade de prévia autorização Legislativa, nos termos do Art. 54, inciso XXX, da Constituição Estadual.

DITER/REG. FUN., em, 25 de setembro de 2007


Roberto Alfredo Gomes
Setor de Regularização Fundiária



Instituto de Terras
Cartografia e Geociências



GOVERNO DO
PARANÁ



Curitiba, 02 de outubro de 2007.
Ofício nº 230/2007 – ITC/GP

Sr. Secretário,

Encaminhamos o protocolo 5.604.579.1 à Vossa Excelência, em virtude do Parecer da Assessoria Jurídica desta Secretaria ter recomendado: "Necessário se torna o encaminhamento do presente processo a prévia e expressa autorização da Assembleia Legislativa, nos termos do Art. 54, Inciso XXX, da Constituição Estadual do Estado do Paraná".

Na oportunidade, reiteramos nossas expressões de apreço e consideração.

Atenciosamente,


LINDSLEY DA SILVA RASCA RODRIGUES
Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

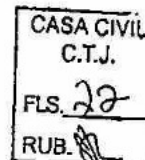

JOSE ANTONIO PERES GEDIEL
Diretor Presidente do
Instituto de Terras, Cartografia e Geociências

Ao Senhor
RAFAEL IATAURO
Chefe da Casa Civil
Curitiba - PR

**GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ**

Casa Civil

Coordenadoria Técnico-Jurídica

**PROTOCOLO N.º: 5.604.579-1****INTERESSADAS:**

1. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA;
2. Odilon Cardoso.

**PARECER N.º: 4457/2007 – C T J – C C**

EMENTA: AUTORIZAÇÃO PARA REGULARIZAÇÃO DOMINIAL, EM NOME DE NELSON ODILON CARDOSO, DO LOTE Nº 104/A, DA GLEBA 16, COM 35,9959 HA, PERTENCENTE AO IMÓVEL DENOMINADO COLÔNIA BOA VENTURA, SITUADO NO MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, COMARCA DE PITANGA – PR. POSSIBILIDADE. ART. 54, INCISO XXX DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ.

O Senhor Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, através do Chefe da Casa Civil, encaminha à consideração do Senhor Governador do Estado, para posterior encaminhamento à Assembleia Legislativa, o presente protocolado, o qual trata de pedido formulado pelo Senhor Odilon Cardoso referente à regularização dominial, em seu favor, do Lote nº 104/A, da Gleba 16, com 35,9959 ha, pertencente ao Imóvel denominado Colônia Boa Ventura, situado no município de Boa Ventura de São Roque, Comarca de Pitanga – PR.

Ressalta-se que o requerente já obteve a titularização de uma área correspondente a 82,4653 há, conforme consta no Relatório de Limite Constitucional às fls. 11, sendo assim, nos termos do Parecer nº 571/2005 da Assessoria Jurídica da SEMA, apesar do imóvel, objeto da presente, possuir uma área pequena, constata-se que a área anteriormente regularizada (82,4653 hectares) em favor do requerente, se juntada à área agora pretendida, é superior ao que estabelece o art. 54, inc. XXX da Constituição do Estado, fazendo-se necessário, então, o encaminhamento deste pedido à aprovação da Assembleia Legislativa.

Destaca-se o disposto pelo artigo 54, inciso XXX, da Constituição Estadual, nos seguintes termos:

“Art. 54. Compete, privativamente à Assembleia Legislativa:



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

Casa Civil
Coordenadoria Técnico-Jurídica



XXX – aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas, com área superior a cem hectares, ressalvado o disposto no art. 49, XVII, da Constituição Federal”.

Ressalta-se que, conforme o disposto no Parecer da Assessoria Jurídica da SEMA, fica o requerente sujeito ao pagamento dos valores atualizados referentes à aquisição do Imóvel em questão.

Constata-se, às fls. 06/07, Laudo de Vistoria que trata da possibilidade do pedido de regularização dominial.

Diante do exposto, esta Coordenadoria posiciona-se pelo encaminhamento do presente protocolado ao Exmo. Governador do Estado, nos termos do art. 87, inciso IV, da Constituição Estadual, que poderá determinar o envio de Mensagem Governamental à Assembléia Legislativa, na forma solicitada, após redação a ser dada pela CTL/CC.

CTJ, 14 de dezembro de 2007

Tatiany Almeida
Assessora Jurídica da Casa Civil
OAB/PR 36.280

REVISADO EM: 14/12/2007

Elói Mezzadri
Assessor Jurídico

Felipe Woiciechowski Faria
Acadêmico de Direito.

1. De acordo;
2. Encaminhe-se à DG/CC.
Em, 14/12/2007.

Andréa Pires da Costa
Coordenadora Jurídica da Casa Civil



ITC
Instituto de Terras
Cartografia e Geociências



INFORMAÇÃO Nº 255

PROTOCOLO Nº. 5.604.579 – I – SID – ODILON CARDOSO

Senhor Diretor.

- *Encontra-se o presente em condições de ser encaminhado novamente à Casa Civil, para os devidos fins, ou seja, elaboração de nova Mensagem à Assembléia Legislativa, visando obter Autorização para Alienação do lote aqui objetivado.*

ITC/ DITER, em 12 de junho de 2013


Albari Sebastião Lejambre
Técnico em Assuntos Fundiários



INF. Nº0288/2013

Prot.: Nº.05.604.579-1 _ SID_ ODILON CARDOSO

Data: 25/11/2003.

Ao Senhor Diretor Presidente, após análise do presente, solicitamos novamente o encaminhamento do protocolo em questão à Casa Cível, para elaboração de nova mensagem à Assembléia Legislativa, para aprovar previamente nos Termos do Artigo 54, Inciso XXX da Constituição Estadual.


Diretor de Terras em 25/06/2013,
Roberto Alfredo Gomes



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria do Meio Ambiente
e Recursos Hídricos

Ofício nº 180/2013 GP

Curitiba, 09 de julho de 2013.

Excelentíssimo Senhor,

O Instituto de Terras, Cartografia e Geociências-ITCG, em cumprimento a Legislação de Terras, consoante o Art. 54 inciso XXX da Constituição Estadual, vem encaminhar o protocolo nº 5.604.579-1, devidamente instruído pelo ITCG, para ser submetido ao parecer da Coordenadoria Jurídica da Administração Pública, com encaminhamento para apreciação do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Carlos Alberto Richa.

Após análise e consideração, e diante da conveniência, deliberará pela elaboração de mensagem à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná para fins de Autorização da Regularização Dominial da Área.

Contando com especial atenção de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente e coloco-me a disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,


Amilcar Cavaleante Cabral
Diretor-Presidente do Instituto de
Terras, Cartografia e Geociências

Ao Excelentíssimo Senhor
JULIO CEZAR ZEM CARDOZO
Procurador-Geral do Estado
Curitiba-PR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Diretoria Legislativa – Centro de Apoio Legislativo



PROTOCOLO: 10.883/2013-DAP

INTERESSADO: DIRETORIA LEGISLATIVA

PARA: PROCURADORIA-GERAL

ASSUNTO: CONSULTA

Consulta


Trata-se de Mensagem nº 201/2013, oriunda do Poder Executivo do Estado, com o intuito de formular proposição para aprovação de Decreto Legislativo, por esta Casa, a fim de que, nos termos do artigo 54, XXX, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo a alienar o Lote 104/A, Gleba 16, do imóvel denominado Colônia Boa Ventura, com área de 35,9959 ha, localizado no Município de Boa Ventura de São Roque, Comarca de Pitanga.

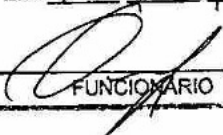
Ademais, deve ser analisada a viabilidade de alienação através de decreto legislativo, tendo em vista que a previsão do inciso XXX, do artigo 54 da Constituição Estadual traz a necessidade de aprovação prévia da Assembleia para alienação com área superior a cem hectares.

Por fim, deve ser observado se no caso em comento pode haver dispensa de licitação, a teor do disposto na Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, uma vez, não se referindo a nenhuma das hipóteses excepcionais contempladas nos arts. 24 e 25 desta Lei, a regra geral estabelecida pelo art. 37, XXI, da CF é a da necessidade de procedimento licitatório.

Cabe ressaltar que, segundo a mensagem, o imóvel será alienado a Odilon Cardozo, bem assim que já tramita nesta Casa o Projeto de Lei nº 514/2013, com o mesmo objetivo.

Diretoria Legislativa, 16 de dezembro de 2013.


Lucília Felicidade Dias
Diretoria Legislativa

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PARANÁ
PROTOCOLO Nº <u>14.816</u>
EM <u>16/12/13</u>
 FUNCIONÁRIO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

PROCURADORIA

Protocolo n.º 14816/2013.

Interessado: Diretoria Legislativa.

Assunto: Consulta.



Distribuo ao Advogado Guilherme Brenner Lucchesi para
análise e manifestação.

Curitiba, 17 de dezembro de 2013.

Pedro de Noronha da Costa Bispo
Procurador do Estado / ALEP



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

PROCURADORIA

DIRETORIA LEGISLATIVA
298

PROCURADORIA GERAL
F.L.S.
23

Protocolo n.º 14.816/2013 (Protocolo n.º 10.883/2013-DAP)

Interessada: Diretoria Legislativa

Assunto: Regularização Fundiária – Mensagem n.º 201/2013

Parecer n.º 420 /2013

EMENTA: CONSTITUCIONAL. Alienação de terras públicas. Atribuição exclusiva do Poder Legislativo. Imóveis com área total superior a 100 (cem) hectares. Possibilidade de autorização exclusivamente por meio de Decreto Legislativo. Terras devolutas. Impossibilidade de regularização fundiária por meio de legitimação de posse. Incorporação ao patrimônio do Instituto de Terras e Cartografia. Possibilidade de autorização da alienação mediante venda, preferencialmente aos possuidores.

Sr. Procurador-Geral,

I – DA CONSULTA

Trata-se de expediente encaminhado pela Diretoria Legislativa desta Casa de Leis a esta Procuradoria-Geral a fim de que exare manifestação preliminar acerca da Mensagem n.º 201/2013 do Poder Executivo, referente a regularização fundiária.

É o que passo a analisar.

II – DA COMPETÊNCIA DO PODER LEGISLATIVO PARA AUTORIZAR A ALIENAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS

Diz o artigo 49, inciso XVII, da Constituição da República que é da competência exclusiva do Poder Legislativo:

1



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

PROCURADORIA



Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:
[...]

XVII – aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares;

No mesmo sentido, o artigo 188, § 1.º, da Carta Magna federal estabelece que:

Art. 188. A destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária.

§ 1º. A alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional.

Por simetria, a Constituição do Estado do Paraná, no artigo 53, incisos XIII e XIV, estabelece que:

Art. 53. Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no art. 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

[...]

XIII – bens do domínio público;

XIV – aquisição onerosa e alienação de bens imóveis do Estado;

Art. 54. Compete, privativamente, à Assembleia Legislativa:

[...]

XXX – aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas, com área superior a 100 (cem) hectares, ressalvado o disposto no art. 49, XVII, da Constituição Federal;

Desta forma, caso a área das terras ultrapasse cem hectares, em se tratando a autorização de alienação atribuição privativa da Assembleia Legislativa, é dispensável a sanção governamental, sendo a autorização legislativa concedida por meio de Decreto Legislativo¹.

¹ Vide arts. 121, § 3.º, X, e 122 do Regimento Interno da ALEP: "**Art. 121.** A Assembleia exerce a sua função Legislativa por via de Projetos de Lei, de Resoluções ou de Decretos Legislativos. [...] § 3.º Os projetos de Decreto Legislativo destinam-se a regulamentar as matérias de competência, exclusiva (leia-se privativa) da Assembleia, que não estejam definidas como matéria de projeto de resolução tais como: [...] X - dar autorização para matérias que exigem a manifestação da Assembleia Legislativa, em obediência aos preceitos constitucionais e legais".



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

PROCURADORIA



Em conclusão e do cotejamento dos dispositivos da Constituição da República, da Constituição Estadual e do Regimento Interno da ALEP, tem-se, no ordenamento jurídico vigente, nacional e estadual, que é da competência do Congresso Nacional e, por simetria, da Assembleia Legislativa, apreciar e votar a Mensagem Governamental e, se aprovada, autorizar a alienação das terras especificadas na proposta por meio de Decreto Legislativo.

Analisando-se especificamente a mensagem encaminhada pelo Governador do Estado do Paraná a esta Casa de Leis, verifica-se que, embora o lote tenha área inferior a 100 hectares (35,9959 ha), o possuidor já obteve a titularização de área correspondente a 82,4653 ha, devendo sua situação dominial ser regularizada.

Considerando-se o disposto na Lei Estadual n.º 7.055/1978-PR, **deve-se considerar a soma dos imóveis para fins de alienação**. Desta forma, nos termos do artigo 54, inciso XXX, da Constituição do Estado do Paraná, eventual autorização de alienação deve ser feita por meio de **Decreto Legislativo**.

III – DESCARACTERIZAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA – ÁREA SUPERIOR A 100 HECTARES – PREFERÊNCIA DE VENDA PARA OS POSSUIDORES DA ÁREA – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Em que pese a previsão de alienação de área superior 100 hectares por meio de Decreto Legislativo, nos termos da legislação estadual e federal, tal alienação não pode constituir regularização fundiária de terras devolutas, por meio de legitimação de posse. Neste sentido, veja o disposto nos artigos 22 e 28 da Lei Estadual n.º 7.055/1978-PR², e no artigo 29 da Lei Federal n.º 6.383/1976³:

“Art.122. A resolução e o decreto legislativo serão promulgados pelo Presidente da Assembleia Legislativa dentro de quarenta e oito horas da sua aprovação, sendo que se este não o fizer, o 1º Vice-Presidente fá-lo-á, em igual prazo.”

² **Art. 22.** As terras devolutas só poderão ser transferidas a título legitimação de posse.

[...]

Art. 28. O possuidor de terras devolutas, que as tenha tomado produtivas com o seu trabalho e o de sua família, nelas mantendo morada permanente por cinco (5) anos ininterruptos, poderá adquirir o domínio de área contínua até cem (100) hectares, mediante legitimação de posse.

³ **Art. 29.** O ocupante de terras públicas, que as tenha tornado produtivas com o seu trabalho e o de sua família, fará jus à legitimação da posse de área contínua até 100 (cem) hectares.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

PROCURADORIA



Desta forma, é necessário se proceder à incorporação do patrimônio do Instituto de Terras e Cartografia, nos termos do artigo 27 da Lei Estadual n.º 7.055/1978-PR⁴. Posteriormente à incorporação, tais terras somente poderão ser destinadas à pesquisa ou fomento (art. 33, I), à constituição de reservas florestais, a cargo do Estado (art. 33, II), ou à venda aos que se dedicam à atividade agrícola ou pastoril (art. 33, III).

Atente-se que, em caso de venda, os possuidores da área (nos termos do artigo 16, inciso III, da Lei Estadual⁵) terão preferência aos demais na sua aquisição, conforme previsto no artigo 34, inciso I, da Lei Estadual n.º 7.055/1978-PR:

Art. 34. Na venda, obedecida a seguinte ordem será dada preferência:

- I – aos que ocupam o imóvel nos termos de artigo 16, inciso III;
- II – aos agricultores cujos imóveis rurais sejam comprovadamente insuficientes para o sustento próprio e o de sua família;
- III – aos que se venham dedicando, há mais de três (3) anos, à atividade agrícola, na qualidade de arrendatários parceiros ou assalariados;
- IV – aos que forem membros de cooperativa ou sociedade de agricultores.

Note-se que tal venda se sujeita às condições resolutivas previstas no artigo 35 daquela Lei Estadual:

desde que preencha os seguintes requisitos: I – não seja proprietário de imóvel rural; II – comprove a morada permanente e cultura efetiva, pelo prazo mínimo de 1 (um) ano.

§ 1.º A legitimação da posse de que trata o presente artigo consistirá no fornecimento de uma Licença de Ocupação, pelo prazo mínimo de mais 4 (quatro) anos, findo o qual o ocupante terá a preferência para aquisição do lote, pelo valor histórico da terra nua, satisfeitos os requisitos de morada permanente e cultura efetiva e comprovada a sua capacidade para desenvolver a área ocupada.

§ 2.º Aos portadores de Licenças de Ocupação, concedidas na forma da legislação anterior, será assegurada a preferência para aquisição de área até 100 (cem) hectares, nas condições do parágrafo anterior, e, o que exceder esse limite, pelo valor atual da terra nua.

§ 3.º A Licença de Ocupação será intransferível *inter vivos* e inegociável, não podendo ser objeto de penhora e arresto.

⁴ **Art. 27.** As terras devolutas encontradas vagas ou sem condições de serem legitimadas, serão incorporadas ao patrimônio do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná.

⁵ **Art. 16.** Registrada a decisão proferida em processo discriminatório de perímetro em que haja sido apurada a existência de terras devolutas, o ITC vistoriando a área, elaborará laudo circunstanciado de que fará constar: [...] III – o rol dos possuidores que, em caráter preliminar, tenham sido considerados sem condições de legitimar suas posses, com a indicação de nacionalidade, estado civil, residência, extensão aproximada da posse, descrição das divisas, nomes dos confrontantes, natureza das benfeitorias, culturas e criações;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

PROCURADORIA



Art. 35. Os contratos de venda outorgados pelo Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná, ficam subordinados às seguintes condições resolutivas:

- I – conservar o adquirente no mínimo a quarta parte da área do imóvel em mata, ou proceder no prazo de dois (2) anos a reposição na mesma proporção, se houver sido devastada;
- II – pagar o adquirente as prestações na data do vencimento.

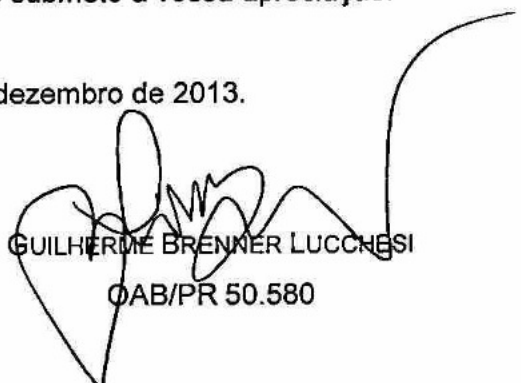
Art. 36. Resolvido o contrato pelo inadimplemento de qualquer das condições previstas, restituir-se-ão as partes ao estado anterior, ficando o adquirente obrigado a compor as perdas e danos.

Desta forma, cumprindo o Sr. ODILON CARDOZO os requisitos do artigo 16, inciso III, da Lei Estadual n.º 7.055/1978, é possível a autorização de alienação, nos termos da Mensagem n.º 201/2013, mediante venda.

Ressalte-se que, mesmo com a autorização legislativa, tal venda somente poderá ocorrer após a realização dos procedimentos para alienação de bens da Administração Pública Estadual, nos termos da Lei Estadual n.º 15.608/2007-PR⁶, à exceção do inciso IV, pois, como os beneficiários da alienação atendem os requisitos legais, não há motivo para se estabelecer um certame, pois detêm preferência na aquisição, sendo inexigível licitação por inviabilidade de competição (art. 33, Lei Estadual n.º 15.608/2007-PR, e art. 25, Lei Federal n.º 8666/1993).

É o parecer que submeto à vossa apreciação.

Curitiba, 17 de dezembro de 2013.


GUILHERME BRENNER LUCCHESI
OAB/PR 50.580

⁶ **Art. 6.º** A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à: I – existência de interesse público devidamente justificado; II – prévia avaliação, visando à definição do preço mínimo; III – autorização legislativa para os bens imóveis, bem como para bens móveis quando envolver alienação de controle societário de economia mista e empresa pública; IV – licitação na modalidade de concorrência ou leilão público, desde que realizado por leiloeiro oficial ou servidor designado pela Administração.

[...]

Art. 7.º Na concorrência para a venda de bens imóveis, a fase de habilitação limitar-se-á à comprovação do recolhimento de quantia correspondente a 5% (cinco por cento) da avaliação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

PROCURADORIA



Protocolo n.º 14816/2013.

Interessado: Diretoria Legislativa.

Assunto: Consulta – Regularização Fundiária – Mensagem nº 201/2013.

I. Aprovo o Parecer nº 420/2013;

II. Encaminhe-se à Diretoria Legislativa.

Curitiba, 17 de dezembro de 2013.

Luiz Carlos Caldas
Procurador-Geral



PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ
Gabinete Deputado Pedro Lupion
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



PARECER

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 05/2013 de autoria da MESA EXECUTIVA que "*Dispõe sobre a autorização ao Poder Executivo para a alienação de imóveis*"

Relator: DEPUTADO PEDRO LUPION

I - RELATÓRIO

Trata-se de Mensagem de nº 201/2013, oriunda do Poder Executivo, que uma vez lida em expediente foi convertida no Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 05/ 2013.

O PDL em análise objetiva autorizar o Poder Executivo a alienar o Lote nº 104/A, Gleba 16, do imóvel denominado Colônia Boa Ventura, com área de 35,9959 ha, localizado no município de Boa Ventura de São Roque, Comarca de Pitanga ao Sr. Odilon Cardozo.

Nos termos da mensagem encaminhada pelo Poder Executivo: "*A presente proposição é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos da legislação federal (Lei Federal nº 8.666/93: dispensa de licitação: Art. 17, inc. I, alíneas "f" e "g") e estadual (Estatuto Estadual de Terras : Lei Estadual nº 7.055/1978: Art. 21 e seguintes) que regulam a matéria, assim como, ajustando-se ao referido mandamento contido no Art. 54, inc. XXX e no Art. 156, ambos da Constituição do Estado do Paraná, objetiva a regularização da área ao seu legítimo ocupante que vem explorando-a adequadamente e em conformidade com as exigências legais, de modo a fazer com que se cumpra sua função social*" (exceto da mensagem governamental nº 203/2013 – fls. 04).

E ainda, continua:



"[...] [ressalta-se] que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expedientes protocolados sob nº 5.894.656-7-SID, o qual foi objeto de pronunciamento favorável do Instituto das Terras, Cartografias e Geociência, autarquia vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA, e do Núcleo Jurídico junto à Secretaria de Estado de Governo, unidade da Procuradoria Geral do Estado, dele constando, inclusive, laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida."
(exceto da mensagem governamental nº 203/2013 – fls. 04)

Na sequência o PL foi encaminhado a esta Comissão, nos termos regimentais.

Os seguintes documentos instruem o presente PDL: (i) Pedido de regularização da gleba, realizado ao Instituto Ambiental do Paraná (IAP) (fls.05); (ii) documentos pessoais (fls. 06); (iii) Escritura pública de cessão e transferência de Direitos Possessórios (fls. 07/08); (iv) Laudo de vistoria, formulado pelo Instituto Ambiental do Paraná (fls. 09/13); (v) expedientes oriundos de órgãos ligados ao Poder Executivo (fls. 14/18); parecer técnico-jurídico oriundo da Casa Civil (fls. 19/20).

É O RELATÓRIO.

II - ANÁLISE E VOTO

Passo para a análise da constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, conforme a competência Regimental desta Comissão (art. 33-A¹, RIALEP).

Consigne-se que a análise ora realizada é de fundamental importância uma vez que se presta exatamente para evitar a introdução no ordenamento jurídico de norma inconstitucional antes que surja um conflito

¹Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.



interindividual e/ou social que a concretize, ou seja, que seja por ela regido, exigindo sua aplicação.

Em relação aos proponentes, inegavelmente, são legítimos para apresentar Projetos de Decretos Legislativos conforme se verifica na Constituição Estadual (art. 65²) e no próprio Regimento Interno desta Casa Legislativa (art. 124³).

Neste ponto, entendo necessário esclarecer que o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná determina em seu artigo 117 que proposição é toda matéria sujeita à deliberação desta Assembleia e consistem em projetos de lei, projetos de resolução, projetos de decreto legislativo, emendas, indicações e requerimentos:

"Art. 117 Proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Assembleia, que será recebida pela Mesa, numerada, datada, despachada às comissões competentes e publicada no Diário da Assembleia e em avulsos, para serem distribuídas aos Deputados, às Lideranças e às comissões.

§ 1º As proposições poderão consistir de projetos de lei, projetos de resolução, projetos de decreto legislativo, emendas, indicações e requerimentos."

Com efeito, o Regimento Interno, ao regulamentar as hipóteses para elaboração do Decreto Legislativo, menciona, em seu art. 121, §3º:

"Art. 121 A Assembleia exerce a sua função Legislativa por via de Projetos de Lei, de Resoluções ou de Decretos Legislativos:

(...)

§ 3º Os projetos de Decreto Legislativo destinam-se a regulamentar as matérias de competência, exclusiva da Assembleia, que não estejam definidas como matéria de projeto de resolução tais como:

(...)

² Art. 65. [CE] A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.(grifo meu)

³ Art. 124. [RIALEP] A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.(grifo meu)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



X - dar autorização para matérias que exigem a manifestação da Assembleia Legislativa, em obediência aos preceitos constitucionais e legais. "

Em relação à constitucionalidade formal, quanto à técnica legislativa, não há qualquer óbice ao texto do projeto, estando todos de acordo com as normas impostas pela Lei Complementar nº 95, de 26/2/98, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26/4/01.

Sobre a matéria versada no presente PDL, válido mencionar que a limitação de área, para efeito de alienação e concessão de terras públicas, com prévia autorização do Legislativo, é regra que vigora desde a Constituição Federal de 1934, que, no artigo 130, estabelecia, como objeto para cada um desses atos jurídico-administrativos, o limite de dez mil hectares.

A limitação em si fora mantida nas Constituições ulteriores, mas o tamanho da área de terra que, para ser alienada ou concedida, foi alterada.

Atualmente, se verifica no artigo 49, inciso XVII⁴ da Constituição Federal (CF), a determinação de que é competência exclusiva do Poder Legislativo aprovar previamente a alienação ou a concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares. De mesma sorte, o artigo 188, §1º⁵ da CF, vem no mesmo sentido do mencionado dispositivo, ao exigir a aprovação prévia do Congresso Nacional, para se efetivar a concessão ou alienação de terras públicas.

Outrossim, considerando o princípio da simetria, a Constituição do Estado do Paraná estabelece como competência privativa do Poder

⁴ Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional: [...]XVII - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.

⁵ Art. 188. A destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária. § 1º - A alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional.



Legislativo a aprovação prévia para alienação ou concessão de terras públicas, desde que a doação pretendida ultrapasse cem (100) hectares, conforme se depreende do artigo 54, inciso XXX, *in verbis*:

Art. 54. Compete, privativamente, à Assembleia Legislativa:

(...)

XXX - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas, com área superior a 100 (cem) hectares, ressalvado o disposto no art. 49, XVII, da Constituição Federal;

Do mencionado dispositivo decorre, sem grande esforço hermenêutico, que as alienações ou concessões de terras públicas com áreas superiores aos limites constitucionais (100 hectares) impõem necessidade de autorização prévia do Poder Legislativo, e por consequência são evitadas do vício de inconstitucionalidade, quando não lhes preceda a indispensável autorização.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Ainda, com relação a alienação do imóvel deve ser observado no caso em apreço que houve a lavratura de uma escritura pública de cessão e transferência de direitos possessórios (fls. 07/08), datada de 1991 (23 anos) e neste sentido não se pode negar que tal documento gerou de certa forma nos então outorgados a segurança jurídica da posse do imóvel.

Ora, assim como no direito alemão, francês, espanhol e italiano, o ordenamento brasileiro revela, na expressão de sua unidade sistemática, e, na sua aplicação, vem reverenciando os princípios ou subprincípios conexos da segurança jurídica e da proteção da confiança, sob a compreensão de que nem sempre se assentam, exclusivamente, na observância da pura



legalidade ou das regras *strictu sensu*. Isto significa que situações de fato, quando perdurarem por largo tempo, sobretudo se oriundas de atos administrativos, que guardam presunção e aparência de legitimidade (a exemplo da escritura pública), devem estimadas com cautela quanto à regularidade e eficácia jurídicas, até porque, enquanto a segurança é fundamento quase axiomático, perceptível do ângulo geral e abstrato, a confiança, que diz com a subjetividade, só é passível de avaliação perante a concretude das circunstâncias.

A fonte do princípio da proteção da confiança está, na boa-fé do particular, como norma de conduta, e, em consequência, na ratio iuris da coibição do venire contra factum proprium, tudo o que implica vinculação jurídico da Administração Pública às suas próprias práticas, ainda quando ilegais na origem. O Estado de Direito é sobretudo Estado de confiança. (excerto STF - ACO 79, Rel. Min. Cezar Peluso, julgamento em 15-3-2012, Plenário, DJE de 28-5-2012.)

E a boa-fé e a confiança dão novo alcance e significado ao princípio tradicional da segurança jurídica, em contexto que, faz muito, abrange, em especial, as posturas e os atos administrativos, relevando a importância decisiva da ponderação dos valores da legalidade e da segurança, como critério epistemológico e hermenêutico destinado a realizar, historicamente, a ideia suprema da justiça.

Por fim, não existe restrições para a aprovação da autorização legislativa pretendida neste PDL ressaltando tão somente, que a alienação, por óbvio, deverá obedecer aos procedimentos previstos na legislação aplicável a espécie.

Diante do exposto, não se vislumbra qualquer óbice para a aprovação do presente PDL em sede desta Comissão de Constituição e Justiça.

É O VOTO.



PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ

Gabinete Deputado Pedro Lupion


4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



III - CONCLUSÃO

Por todo o exposto, entendo pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Decreto Legislativo nº 05/2013, de autoria da Mesa Executiva.


Sala das Comissões, 18 de fevereiro de 2014

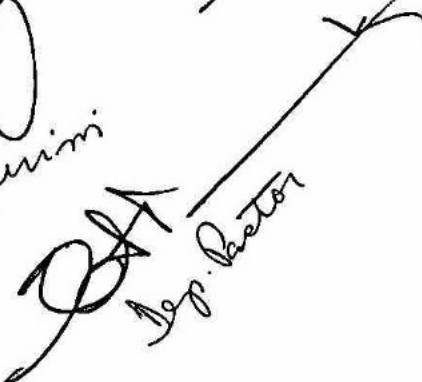

Deputado NELSON JUSTUS
Presidente


Deputado PEDRO LUPION
Relator



Dep. Fraziano


Dep. Turini



Dep. Curioni


Dep. Pastor

**VOTO
CONTRARIO
AO PARECER**

Deps.
Tadeu Venen
Ruiques Mello


APROVADO

18.02.14 



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 05/13

RELATÓRIO

A Mensagem nº 201/13, de autoria do Poder Executivo, foi transformada em Projeto de Decreto Legislativo nº 05/13, de autoria dos Deputados Plauto Miró e Valdir Rossoni, que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG, órgão vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA, a alienar a Odilon Cardozo, o Lote 104/A, Gleba 16, do imóvel denominado Colônia Boa Ventura, com área de 35,9959 ha, localizado no Município de Boa Ventura de São Roque, Comarca de Pitanga, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Preliminarmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Pedro Lupion exarou o devido parecer favorável.

Procedida à análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta, encontra amparo legal quanto ao processo legislativo, no art. 54, inciso XXX, da Constituição Estadual, quando se trata de área superior a 100 (cem) hectares. Observe-se ainda que, embora a área do imóvel seja inferior a 100 (cem) hectares, o seu ocupante, já adquiriu terras em outra oportunidade, que somadas, ultrapassam o limite estabelecido constitucionalmente. Sendo assim a necessidade de buscar a aprovação da Assembleia Legislativa.

De igual modo, a Constituição Estadual em seu Art. 10, dispõe sobre a alienação dos bens imóveis do Estado, especialmente, a título oneroso, com autorização prévia.

Constata-se ainda que, o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através do protocolado nº 5.894.656-7/SID, e que obteve o pronunciamento favorável



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências, autarquia vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA, inclusive com laudo técnico de vistoria e demais documentos que fundamentam a medida.

CONCLUSÃO

Portanto, esta Comissão de Finanças, manifesta-se pelo parecer FAVORÁVEL ao Projeto de Decreto Legislativo nº 05/13.

É o parecer.

Sala das Comissões, 12/03/14


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO ELIO RUSCH
RELATOR

